

MARCOS JOVINO ASTURIAN

**Em busca do convencimento: disputas político-
eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande
do Sul (1945-1954)**

Passo Fundo, agosto de 2011

MARCOS JOVINO ASTURIAN

**Em busca do convencimento: disputas político-
eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande
do Sul (1945-1954)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2011

Aos meus pais, com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof.^a Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel, pela orientação competente, criteriosa e paciente durante o período do Mestrado.

A Universidade de Passo Fundo, pela concessão da Bolsa de Apoio Institucional que viabilizou a pesquisa.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Passo Fundo.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal de Erechim Juarez Miguel Illa Font, pelo excelente atendimento no que concerne ao acesso às fontes.

A professora Ms. Gladis Helena Wolff, pelo apoio e troca de ideias.

Ao mestre Ernesto Cassol, amigo e exemplo de dignidade.

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Viadutos – Beatriz de Fátima Betin Machajewski – pelo apoio e compreensão.

A minha namorada Tatiane, pela compreensão, pelo amor e companheirismo.

Aos colegas e amigos, que me auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa.

E, de forma muito especial, à minha família, aos meus pais Adilson, Naldi Fátima e ao meu irmão Alan, pela dedicação e amor incondicional, obrigado por tudo.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender a disputa eleitoral entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições de 1947, 1950 e 1954 para governador do Rio Grande do Sul através das páginas do jornal Diário de Notícias, configurando um estudo de história política tendo como fontes documentais a imprensa. Para tanto, se utilizará a tradição analítica relativa ao conceito de ideologia, atualizado em John Thompson, como forma geral de interpretação de um possível papel histórico das formas simbólicas no universo do político. O papel central dos meios de comunicação de massa, particularmente da imprensa escrita, constitui ponto comum de reflexão conceitual, na história e na sociologia da comunicação social. Tanto os pessedistas quanto os petebistas utilizaram o jornal como um mecanismo de produção e propagação das representações possuidoras de conteúdo político. Portanto, interessamos como as formas simbólicas foram criadas, em circunstâncias particulares, servindo para estabelecer, bem como sustentar relações de dominação.

Palavras-chave: Partido Social Democrático, Partido Trabalhista Brasileiro, política, ideologia, imprensa.

ABSTRACT

This study seeks to understand the electoral dispute between the Partido Social Democrático (PSD) and the Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) in the elections of 1947, 1950 and 1954 for governor of Rio Grande do Sul through the pages of the newspaper Diário de Notícias, setting up a study political history of documentary sources as having the press. For this purpose, we use the analytic tradition on the concept of ideology, updated John Thompson, as a general interpretation of a possible historic role of symbolic forms in the universe of political. The central role of mass media, particularly the written press, is the common point of conceptual reflection on the history and sociology of the media. Both the PSD and the PTB using the newspaper as a mechanism of production and propagation of possessing depictions of political content. Therefore we are interested in how the symbolic forms were created, in particular circumstances, serving to establish and sustain relations of domination.

Keywords: Partido Social Democrático, Partido Trabalhista Brasileiro, politics, ideology, press.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Página político-partidária do PTB em alusão a trindade petebista, isto é, o candidato à Presidência da República, Getúlio Vargas; o candidato a governador do Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles e o candidato ao Senado pelo Estado rio-grandense, Alberto Pasqualini (Diário de Notícias, 29 de setembro de 1950, p. 11) 75
- Figura 2 – “A Pedido” do PSD referente à propaganda eleitoral dos candidatos Cristiano Machado à Presidência da República e de Cylon Rosa a governador do Rio Grande do Sul (Diário de Notícias, 10 de setembro de 1950, p. 7) 78
- Figura 3 – “A Pedido” do PSD demonstrando o repúdio em relação ao comunismo (Diário de Notícias, 16 de janeiro de 1947, p. capa) 102
- Figura 4 – “A Pedido” do PTB associando Walter Jobim (PSD) a Josef Stálin (Diário de Notícias, 18 de janeiro de 1947, p. 10) 103
- Figura 5 – “A Pedido” do PSD convidando os correligionários e o “povo em geral” para o lançamento oficial dos candidatos da Frente Democrática (Diário de Notícias, 4 de julho de 1954, p. 5) 111
- Figura 6 – “A Pedido” do PTB convida a população em geral por ocasião da recepção do senador Alberto Pasqualini, candidato ao governo estadual, e do deputado João Goulart, candidato ao Senado (Diário de Notícias, 22 de julho de 1954, p. 16) 115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Eleições para a Presidência da República no Rio Grande do Sul em 2/12/1945	60
Tabela 2 – Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 19/01/47	66
Tabela 3 – Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 3/10/50	82
Tabela 4 – População urbana e rural no do Rio Grande do Sul - 1940-60	100
Tabela 5 – Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 3/10/54	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Polarização Partidária (1947)	67
Gráfico 2 – Polarização Partidária (1950)	82
Gráfico 3 – Polarização Partidária (1954)	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira
ANL – Aliança Nacional Libertadora
ED – Esquerda Democrática
FD – Frente Democrática
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
LEC – Liga Eleitoral Católica
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Libertador
PSD – Partido Social Democrático
PR – Partido Republicano
PRL – Partido Republicano Liberal
PRP - Partido de Representação Popular
PRR – Partido Republicano Riograndense
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDA – Partido Social Democrático Autonomista
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional
USB – União Social Brasileira

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo I: Política, ideologia, história e imprensa: orientações teóricas	17
1.1. Política e ideologia: abordagens conceituais	17
1.2. História e imprensa: a utilização de fontes jornalísticas na pesquisa histórica	21
1.3. Aspectos da imprensa escrita no Brasil: os anos 1950	28
1.4. O jornal Diário de Notícias	31
Capítulo II: A democratização e a reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul	40
2.1. O surgimento de novos partidos políticos	40
2.2. União Democrática Nacional	46
2.3. Partido Libertador	49
2.4. Partido Social Democrático	50
2.5. Partido Trabalhista Brasileiro	53
2.6. Partido Comunista Brasileiro	58
2.7. Partido de Representação Popular	59
2.8. O ensaio eleitoral: as eleições de 1945 à Presidência da República no Rio Grande do Sul	59
Capítulo III: Relações de poder e dominação: os enfrentamentos político-eleitorais entre o PSD e o PTB nas eleições de 1947 e 1950	63
3.1. Walter Jobim (PSD/PRP/PCB) e Alberto Pasqualini (PTB): as eleições estaduais de 1947	63
3.2. A campanha eleitoral do PTB e do PSD	64
3.3. Vitória pessedista e crescimento petebista	66
3.4. A contenção da pressão social nos centros urbanos: aspectos do governo Walter Jobim	67
3.5. Cylon Rosa (PSD/UDN/PRP) e Ernesto Dornelles (PTB/PSDA/PSP): as eleições estaduais de 1950	70
3.6. Partido Social Democrático Autonomista	70

3. 7. As alianças políticas estaduais	71
3. 8. “Ernesto Dornelles no governo será Getulio Vargas no Rio Grande”: a campanha Ernesto Dornelles	73
3. 9. “A consolidação da democracia”: a campanha Cylon Rosa	76
3. 10. A “polarização partidária” estadual	81
3. 11. O primado da sociedade urbano-industrial sobre a agrária tradicional: aspectos do governo Ernesto Dornelles	84
3. 12. Getúlio Vargas e as eleições estaduais	87
3. 13. O Trabalhismo de Alberto Pasqualini	92
3. 14. O caráter “cristão” e “democrático” dos partidos e candidatos	94
3. 15. O anticomunismo como estratégia eleitoral	98
3. 16. A batalha pelo voto na zona colonial	105

Capítulo IV: A crise política nacional e as eleições de 1954 para governador do Rio Grande do Sul **107**

4.1. O conturbado contexto político nacional	107
4.2. A Frente Democrática e a ruptura do PTB	108
4.3. “Honestidade e Trabalho”: a campanha Ildo Meneghetti	110
4.4. “O Estado como promovedor da justiça social”: a segunda campanha Alberto Pasqualini	114
4.5. A busca pela legitimação	119
4.6. O Diário de Notícias e a crise política	120
4.7. A “tradição da alternância no poder”	123
4.8. Investimentos estrangeiros para o desenvolvimento estadual: aspectos do governo Ildo Meneghetti	127
4.9. Novas eleições velhos eixos temáticos	130
4.10. PSD e PTB: a defesa pela implantação de modelos em contradição	132

Considerações Finais **134**

Referências Bibliográficas **139**

Introdução

O período compreendido entre 1945 e 1964 foi de grande efervescência no cenário político nacional. No país, ocorreram mobilizações em diversos Estados com o objetivo de articular a formação de novos partidos políticos. Constituíram-se tanto os grandes partidos nacionais, como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), quanto os pequenos, isto é, os menos expressivos nacionalmente, mas com influência em determinadas regiões do país, como o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Republicano (PR), entre outros. Esses partidos se estruturaram tendo como principal vetor o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas.

O PSD e o PTB formaram duas distintas correntes políticas de sustentação a Vargas. A primeira, herdeira da estrutura das interventorias e a segunda, de lideranças do meio sindical, estudantil e de políticos ligados às massas trabalhadoras urbanas. No Rio Grande do Sul, a organização dos partidos políticos ocorreu seguindo, em parte, o paradigma nacional, articulando-se em correntes de apoio ou oposição a Vargas. Posteriormente, no cenário político estadual, a configuração partidária reuniu, grosso modo, dois grandes blocos: um, formado pela base de apoio ao PTB (varguista) e outro contrário ao PTB, reunido em torno do PSD (anti-Vargas). Assim, as clivagens entre os setores das oligarquias rio-grandenses exerceram influência na configuração partidária estadual, diferenciando-se do que ocorria em nível nacional.

Este trabalho objetiva compreender a disputa eleitoral entre o PSD e o PTB nas eleições para governador do Rio Grande do Sul, através do jornal Diário de Notícias, configurando um estudo de história política, tendo a imprensa como fonte documental. Para tanto, se utilizará a tradição analítica relativa ao conceito de ideologia, atualizado em John Thompson, como forma geral interpretativa de um possível papel histórico das formas simbólicas no universo do político. O papel central dos meios de comunicação de massa, particularmente da imprensa, constitui ponto comum de reflexão conceitual na história e na sociologia da comunicação social.

Parte-se do pressuposto de que tanto o PSD quanto o PTB utilizaram o jornal Diário de Notícias como um mecanismo de produção e propagação das respectivas

representações possuidoras de conteúdo político. Também se entende que a atuação da imprensa, produzindo e reproduzindo determinadas formas de ideologia, fez dela um agente atuando diretamente no imaginário político da sociedade. Analisar-se-ão as fontes através dos modos de operação da ideologia estabelecidos por John Thompson. Não se pretende demonstrar a veracidade ou a falsidade das formas simbólicas, pois interessam as maneiras como essas foram criadas, em circunstâncias particulares, servindo para estabelecer e para sustentar relações de dominação.

O recorte temporal se justifica em função de a conjuntura nacional e estadual ter sido um período democrático e de grande efervescência política. A opção de analisar, neste trabalho, as eleições de 1947, 1950 e 1954 está pautada na lógica interna petebista, isto é, a fase do trabalhismo nacional e estadual, cujas figuras exponenciais eram Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini, respectivamente. Adianta-se que, após 1954, ocorreu um processo de cisão interna no PTB estadual, devido à disputa entre as alas de Pasqualini e de Brizola, sendo a primeira superada pela segunda. Brizola representou a tentativa de incorporar as massas em uma perspectiva de redistribuição do capital e da terra. Além disso, posicionou-se contra a presença do capital estrangeiro, em detrimento da ala pasqualinista que aceitava o capital estrangeiro, desde que controlado pelo Estado. Justifica-se não avançar o estudo concernente às eleições subsequentes porque isso demandaria maior tempo de pesquisa e devido às diretrizes teóricas norteadoras do trabalhismo terem sido alteradas de forma significativa.

O recorte espacial é feito em virtude de o Rio Grande do Sul adquirir, no respectivo período, significativas especificidades regionais dentro do contexto nacional, bem como contribuir para a historiografia rio-grandense devido às lacunas referentes à história dos partidos políticos estaduais. Já, o jornal Diário de Notícias – que pertencia à cadeia de jornais Diários Associados de Assis Chateaubriand – foi escolhido devido à acessibilidade em relação ao acervo, bem como por se tratar do segundo jornal com maior circulação estadual. Esse veículo de comunicação era um tradicional jornal da capital – seio do petebismo – e alcançou notabilidade pela oposição a Vargas e à sua política.

Optou-se por analisar as seguintes partes no jornal Diário de Notícias: as notícias e notas políticas estaduais, os editoriais, os “A Pedidos” e as páginas político-partidárias pagas pelos pessedistas e petebistas, isto é, notícias produzidas pelos partidos e

reproduzidas pelo jornal.¹ Logo, o periódico também se notabilizou como fonte primário-partidária e se transformou em uma “tribuna política”, onde os partidos transmitiam aos eleitores os seus conteúdos políticos, procurando convencê-los da legitimação de suas respectivas propostas. A questão centralizadora do estudo é entender os modos de operação da ideologia do PSD e do PTB através de suas estratégias de construção simbólica – com quais formas simbólicas são capazes de criar e sustentar relações de dominação – através do espaço utilizado na imprensa.²

Quanto à imprensa, compreende-se o jornal Diário de Notícias como um agente político e, por isso, faz-se necessário entender alguns aspectos de sua relação com os partidos políticos estaduais. A análise desse veículo comunicativo exigiu frequentes diálogo com outras fontes para contextualizá-lo, pois além dos elementos objetivos que as notícias impressas produzem, também se encontram elementos subjetivos e interesses particulares. Desse modo, procurou-se identificar, o quanto possível, o posicionamento político-partidário do respectivo jornal no cenário político local.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, apresenta-se uma sistematização quanto à complexidade do conceito de política e sua relação com os estudos históricos, bem como do conceito de ideologia estabelecido em John Thompson. Além disso, se apresentará uma teorização concernente à importância da imprensa, no caso específico do jornal, como fonte na construção historiográfica. Algumas reflexões teóricas acabam sendo reproduzidas, bem como uma abordagem referente aos aspectos históricos da imprensa escrita no país – com ênfase na década de 1950 – e a trajetória do jornal Diário de Notícias, através de sua relação com o cenário político local.

O segundo capítulo objetiva fazer um estudo da conjuntura do período referente à democratização do país, ou seja, o que compreende o fim do Estado Novo e a consequente reorganização partidária, inaugurando nova fase do regime republicano. Também se abordará o nascimento dos grandes partidos nacionais – UDN, PSD e PTB – e se realizará análise da estruturação e da consolidação dos partidos políticos no Rio Grande do Sul. Ainda, se investigará as eleições de 1945 para a presidência da

¹ As citações retiradas do jornal Diário de Notícias serão mantidas na forma original. Além disso, as figuras apresentadas no decorrer do trabalho terão funções exclusivamente ilustrativas.

² Embora os textos analisados sejam produzidos, sobretudo, pelos partidos políticos e reproduzidos pelo jornal, eles estão publicados no jornal, bem como possuem linguagem jornalística. Portanto, justifica-se a utilização dos modos de operação da ideologia de John Thompson para analisar os respectivos conteúdos.

República, em âmbito estadual, e suas implicações para o quadro político rio-grandense subsequente.

No terceiro capítulo será averiguado o embate entre o PSD e o PTB nas eleições de 1947 e 1950, para o cargo majoritário estadual, através da produção e propagação das respectivas representações possuidoras de conteúdo político no jornal Diário de Notícias. Em seguida, será feita uma breve caracterização dos respectivos governos estaduais.

Já, no quarto capítulo, o último, será analisada a disputa entre pessedistas e petebistas para governador do Rio Grande do Sul, nas eleições de 1954, bem como uma caracterização do governo Ildo Meneghetti. Além disso, serão pontuados os eixos temáticos que permearam as disputas eleitorais entre o PSD e o PTB nas eleições de 1947, 1950 e 1954, no respectivo Estado. Em suma, no respectivo capítulo dar-se-á a ênfase de que existiam duas identidades discursivas em conflito: de um lado, o PSD e a defesa de um modelo primário-exportador, de outro, o PTB e a defesa de um modelo urbano-industrial.

Portanto, a problemática central deste trabalho busca, a partir da compreensão dos textos produzidos pelos partidos políticos e reproduzidos pelo jornal através dos “A Pedidos” e das páginas político-partidárias de ambos os partidos, entender os modos de operação da ideologia de pessedistas e petebistas, bem como suas estratégias de construção simbólica. Reafirmamos que os editoriais, as notícias e notas políticas estaduais servirão, sobretudo, para contextualização das eleições: não implicando, necessariamente, a análise desses textos por meio dos modos de operação da ideologia.

A campanha eleitoral é espaço da apresentação de programas dos candidatos e dos partidos políticos e se move por estratégias simbólicas que facilitam a mobilização de sentido dentro de sociedades estruturadas. Por isso, compreender a construção simbólica do discurso político permite reconstituir elementos e especificidades que podem contribuir para a construção de uma visão mais ampla destes partidos – PSD e PTB –, no sentido de se entender melhor o cenário político estadual daquele período histórico.

1. Política, ideologia, história e imprensa: orientações teóricas

No presente capítulo, faremos uma análise da complexidade do conceito de política e sua relação com os estudos históricos, bem como do conceito de ideologia embasado na obra de John Thompson. Também analisaremos a utilização de fontes jornalísticas na pesquisa histórica contextualizando a imprensa brasileira na década de 1950 e o jornal Diário de Notícias.

1.1. Política e ideologia: abordagens conceituais

A política é um elemento presente nas mediações relacionais estabelecidas entre sujeitos em uma sociedade e as complexas dimensões dela no universo humano e social. *Grosso modo*, a política é uma das atividades que envolvem as ações humanas imbuídas de relações de poder dentro da sociedade.

A busca pelo convencimento, através de representações carregadas de sentido e produzidas dentro de certa intencionalidade, projetada para despertar determinados sentimentos, crenças e ideologias capazes de alterar as práticas sociais dos indivíduos e da coletividade podendo ser colocadas como pertencentes ao objeto da política.³

Por isso, o conceito de política é complexo, pois envolve outras dimensões da experiência humana, como a economia, a cultura e o social, não restringido-a à relação do indivíduo com o Estado. Ela é concreta, presente na sociedade e não apresenta fronteiras naturais. De acordo com Rémond: “[...] o campo do político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis”.⁴

A ação humana e as relações estabelecidas entre os indivíduos na sociedade, as que envolvem questões de poder, convencimento e mobilização de outrem a determinadas vontades, são manifestações políticas. Logo, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder.

³ BOSETTI, Cleber José. *O jornal Folha d'Oeste e a ordem do progresso (1966-1972)*. Programa de Pós-Graduação em História. UPF (Dissertação). Passo Fundo, 2007, p. 7.

⁴ RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 443.

Assim Rémond descreve a política e as relações de poder,

[...] Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado. É também o único grupo humano ao qual se reconhece o poder de decidir por todos, a capacidade de impor a obediência às leis e o direito de punir as infrações. Entretanto, se o político é aquilo que tem uma relação direta com o Estado e a sociedade global, ele não se reduz a isso: ele se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo do político. Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político [...] A história política exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação.⁵

Esse historiador da política não pretende afirmar que tudo gira em torno da política ou até mesmo seja política, porém, constata que a política é o ponto para onde conflui a maior parte das atividades dos componentes do conjunto social. Então, a atividade política é uma das principais expressões da identidade coletiva.

Então, as relações de poder são inerentes à política, ou seja, poder deve ser entendido como a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir nos acontecimentos e as decorrentes consequências. No exercício do poder, os indivíduos empregam todos os recursos disponíveis e os meios que lhes possibilitem realizar as proposições.

Segundo John B. Thompson,

[...] o poder é um fenômeno social penetrante, característico de diferentes tipos de ação e de encontro, desde as ações reconhecidamente políticas dos funcionários públicos até os encontros mais prosaicos entre indivíduos na rua. Se hoje comumente associamos poder à política, isto é, às ações de indivíduos agindo em nome do estado, isto é porque os estados se tornaram particularmente centros importantes de concentração do poder no mundo moderno. Mas a importância das instituições estatais não nos deveria ocultar o fato de que o poder manifestamente político é somente uma forma mais especializada de poder, e de que os indivíduos normalmente exercem poder em muitos contextos que pouco ou nada têm a ver com o estado. Assim fazendo, eles exprimem e ajudam a tornar relativamente estáveis as relações ou redes de poder e dominação entre os indivíduos, e entre os grupos de indivíduos, que ocupam diferentes posições nos campos de interação.⁶

⁵ RÉMOND, Op. Cit., p. 444-445.

⁶ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 21-22.

O poder político exerce a atividade de coordenação dos indivíduos e a regulamentação dos padrões das interações sociais e utiliza a autoridade como recurso, pois está estruturado em uma gama de instituições políticas, sobretudo no Estado. A capacidade de este exercer o poder está diretamente vinculada a duas formas distintas de exercê-lo: o coercitivo e o simbólico.

O primeiro relaciona-se com o uso da força física e, historicamente, as instituições mais significativas desse tipo de poder são as militares: o poder militar. Já, o segundo nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. Essa atividade está no mesmo patamar de importância, no que diz respeito à vida social, do que as outras atividades, como a coercitiva.

De acordo com John Thompson:

[...] Os indivíduos se ocupam constantemente com as atividades de expressão de si mesmos em formas simbólicas ou de interpretação das expressões usadas pelos outros; eles são continuamente envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informações de conteúdo simbólico. Assim fazendo, se servem de toda sorte de recursos que descreverei como “meios de informação e comunicação” [...] Na produção de formas simbólicas, os indivíduos se servem destas e de outras fontes para realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos com consequências as mais diversas. As ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir crer e descrever, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva [...] ⁷

O poder simbólico é a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e de influenciar as ações dos outros. Além disso, é capaz de produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas. Portanto, essa atividade é característica da vida social.

Cabe ressaltar a existência de instituições que assumem uma função particular, historicamente fundamental na acumulação dos meios de informação e de comunicação. Essas instituições culturais fornecem recursos materiais e financeiros, bem como forjam os meios nos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e por elas distribuídos ao mundo social.

A imprensa, por exemplo, é um importante mecanismo de elaboração de representações possuidoras de um conteúdo político. O envolvimento dela na produção

⁷ THOMPSON, Op. Cit., 2004, p. 24.

e divulgação de fatos sociais resulta, inevitavelmente, na tomada de decisões em relação ao jogo político, ou seja, torna-se um ator político.

A atuação da imprensa representando e reproduzindo representações no meio social, produzindo e reproduzindo determinadas formas de ideologia fazem dela um agente político que interfere diretamente no imaginário político das sociedades. De acordo com Bosetti: “[...] A imprensa por tais motivos, pode ser considerada um veículo essencialmente político, mesmo nos momentos em que não está vinculada aos partidos políticos”.⁸

O poder da imprensa está nas condições de produção do discurso que, dependendo do contexto em que aparece, acaba adquirindo representatividade, isto é, tornando-o legítimo. Além disso, ao produzir representações de uma intencionalidade política, a imprensa está atuando também no campo da ideologia que, conforme Thompson, é o sentido a serviço das relações de poder.

A análise da ideologia, de acordo com a concepção que irei propor, está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder. Deixem-me definir este enfoque mais detalhadamente: estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Desde que: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação [...] Se fenômenos simbólicos servem, ou não, para estabelecer e sustentar relações de dominação, é uma questão que pode ser respondida somente quando se examina a interação de sentido e poder em circunstâncias particulares – somente ao examinar as maneiras como as formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais estruturados.⁹

A comunicação de massa tornou-se: “O canal mais importante para circulação de informação e comunicação de vários tipos, e toda tentativa de representar a natureza e o papel da ideologia nas sociedades modernas deve prestar uma atenção total a esse desenvolvimento”.¹⁰ Thompson define os modos de operação da ideologia, ou seja, as estratégias de construção simbólica como sendo os instrumentos capazes de criar e de

⁸ BOSETTI, Op. Cit., p. 9.

⁹ THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 75-76.

¹⁰ Idem, p. 135.

sustentar relações de dominação e de facilitar a mobilização de sentido. Ele ressalta também para o fato de que as ideologias são construídas, pois nada é ideológico por si mesmo. Portanto, é importante contextualizar um fenômeno para avaliar se é ou não ideológico.

1.2. História e imprensa: a utilização de fontes jornalísticas na pesquisa histórica

A “Nova História Política” caracteriza-se pela amplitude da pesquisa histórica, em detrimento da “Velha História Política” que se caracterizava pela abordagem narrativa e meramente factual dos eventos históricos. Dentre outras distinções, está a proposição de variáveis de análise que ultrapassam a questão do poder do Estado ou do governante. Desse modo, o poder passa a ser uma categoria para a qual concorrem fenômenos como os processos eleitorais e a mídia,¹¹ por exemplo.

A relação da história com as eleições, a função dos historiadores no estudo sobre o fato eleitoral, como se estabeleceu este campo de pesquisa na França a partir da instituição da República, as principais obras e os principais temas, são algumas questões sobre as quais René Remond¹² se dispôs a refletir, avaliando contribuição da dimensão histórica ao estudo das eleições e à compreensão dos comportamentos eleitorais.

O primeiro tema que chamou a atenção dos historiadores, no que diz respeito às eleições na França, foi a análise de resultados dos sufrágios universais para avaliar a composição de forças no poder. Posteriormente, o autor analisa a antiguidade e a continuidade do fenômeno eleitoral a fim de avaliar, de fato, o que causou o interesse dos historiadores para com o respectivo fenômeno.

O principal aspecto abordado por Rémond foi o papel determinante que as eleições desempenhavam no regime a partir do reconhecimento da opinião pública como a responsável pela legitimação do poder. Além disso, o fenômeno seria também responsável por uma periodização da vida política, na medida em que analisado de acordo com a existência ou não de pleitos.

Os historiadores voltavam a atenção às eleições e, principalmente, às consequências das mesmas. Para isso, eram estudados aspectos, como: a relação entre maioria e oposição, a composição dos governos, o funcionamento das instituições e a

¹¹ Os termos mídia e imprensa neste trabalho referem-se especialmente aos jornais.

¹² RÉMOND, René. *As eleições*. In: RÉMOND, Op. Cit., p. 49-50.

duração dos regimes. Segundo o mesmo autor, tudo isso foi alterado no momento em que as eleições passaram a ser vistas como objeto revelador do “espírito” da opinião pública.

Cita, então, o trabalho referente à divisão geográfica das opiniões na França a partir da análise das eleições. “A história das consultas eleitorais daí em diante passou a se confundir com a geografia eleitoral: a atenção se concentrou toda na observação das singularidades regionais e na permanência de suas orientações”.¹³

Caracterizado este primeiro momento, o autor passa a abordar uma nova geração de historiadores na França, a dos anos 50, que foi definida por Rémond no estudo do Estado focado na análise de Departamentos. Além disso, não se restringe apenas à dimensão política e busca a chave da evolução política nas estruturas sociais e econômicas.

Contudo, apesar de manter o fenômeno político como centro da explicação, esses historiadores ampliaram os estudos a partir da produção de dados setorizados. Às vezes descentralizando a análise aos níveis municipais: uma novidade na época. De acordo com Rémond, eles buscavam uma relação entre comportamentos eleitorais e outros tipos de atores em clara intenção de identificar as circunstâncias do voto.

Em seguida, a contar dos anos 60, esse autor defende que esta perspectiva departamental perde importância à proporção que cresce em número de pesquisas devido ao ceticismo em relação à possibilidade de explicação dos comportamentos políticos, o que coincide com a crise da história política. “Os historiadores abandonaram a história do sufrágio, das leis e dos regimes eleitorais, e deixaram para os profissionais de outras disciplinas a análise de seus efeitos”.¹⁴

Rémond ressalta que uma tendência inversa a esse processo esboçou-se alguns anos após a referida e os historiadores recuperaram o status decisivo do político, até mesmo em outros domínios. Além de avanços referentes ao método amparado em análises estatísticas, o estudo das eleições pela história passou ainda a contar com o debate de outras disciplinas e com o interesse pela longa duração: sem perder, de seu ponto de vista, os procedimentos, a perspectiva e a problemática orientada historicamente.

Segundo ele, esta última fase ainda não terminou, pois resta o entendimento de outras possibilidades de análise. O programa de pesquisa descrito por Rémond prevê

¹³ RÉMOND, Op. Cit., p. 41.

¹⁴ Idem, p. 44.

refazer a história das eleições do passado aplicando métodos, conceitos e critérios elaborados pela ciência política em consultas atualizadas.

De acordo com Rémond, até hoje, o estudo das eleições é pouco explorado pelos historiadores e devem ser consideradas, por si só, como um objeto de observação, assim como outros fatos sociais. O estudo delas é uma contribuição específica das pesquisas históricas concernentes à compreensão dos comportamentos individuais e coletivos dos eleitores.

A campanha eleitoral, por exemplo, é parte integrante de uma eleição. Nela ocorre a manifestação das preocupações dos eleitores e é o espaço de apresentação de programas dos candidatos e de temas dos partidos. Além disso, é a entrada de estratégias em operação e há a interação entre cálculos políticos e movimentos de opinião. Enfim, a campanha modifica, a cada dia, as intenções e talvez a relação de forças.¹⁵

Já, a utilização de fontes jornalísticas na pesquisa histórica vem sendo, de forma progressiva, útil aos pesquisadores que se propõem a estudar períodos recentes da história. A mídia representa, para o acontecimento histórico, a condição de sua existência e, para torná-lo conhecido, quem faz a publicização são os jornalistas.

De acordo com Alzira Alves de Abreu,

[...] o historiador não pode mais ignorar que a mídia é parte integrante do jogo político e da própria construção do acontecimento histórico. O historiador deve admitir [...] que os jornalistas são ao mesmo tempo testemunhas e atores e, na maior parte das vezes, porta-vozes de partidos políticos, de organizações e de interesses.¹⁶

Já, segundo Nora, se quem elevava o acontecimento ao patamar de fato histórico era o historiador e o passar do tempo, atualmente ele se oferece através das mídias que impõem “[...] o vivido como história, e que o presente nos impõe em maior grau o vivido”.¹⁷ Os textos produzidos pelos jornalistas, na sua prática social, são discursos determinados pelo contexto sócio-histórico no qual estão inseridos. Por isso, os pesquisadores devem estar atentos ao contexto onde o jornal está inserido, sua atuação,

¹⁵ RÉMOND, Op. Cit., p. 49-50.

¹⁶ ABREU, Alzira Alves de. (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 9.

¹⁷ NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF (Comp.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988, p. 183-184.

tendências e práticas ao longo do período. Esses são indícios fundamentais a serem considerados.

Deve-se levar em consideração que a imprensa está permeada, entre outros aspectos, pela questão econômica. Ela, sobretudo a grande imprensa, trabalha em consonância com a lógica comercial, pois são empresas que barganham com outras um lugar no respectivo mercado. Logo, os aspectos econômicos que envolvem a empresa influenciam sua posição política. Mais ainda, a individualidade do jornalista precisa ser também considerada, pois é um sujeito social que possui interesses, relações, ambições e ideologias.

O jornal não pode ser entendido como fonte objetiva, mas como um órgão de imprensa que tem uma subjetividade implícita. Além do caráter informativo, é também formador de opinião pública¹⁸ e, então, é também objeto de pesquisa. Assim, o jornal é parte de um projeto coletivo e a ele agrega-se um conjunto de indivíduos com os respectivos interesses.

De acordo com De Luca,

[...] Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura do passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores [...] portanto, para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve, a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente.¹⁹

A mídia é um dos elementos que determinam, de forma mais imediata, a opinião pública, pois os estímulos transmitidos através do emissor – jornais – tendem a alterar o comportamento do receptor-leitor. Portanto, eles são importantíssima força na formação da opinião pública.

¹⁸ “O pensamento coletivo de um grupo de pessoas com interesses comuns, em relação a alguma coisa controversa, constitui a Opinião Pública. A Opinião Pública é essencialmente um produto da interação social, e desta forma não surge como uma força espontânea. Para a sua formação concorrem os valores culturais de determinada sociedade, seus estatutos jurídicos, as conquistas e decisões do direito, a atuação de seus líderes, a pressão dos grupos de interesse e os meios de comunicação social.” ROMÁN, Rossana Margot Tolovera. Opinião Pública. IN: AZEVEDO, Martha Alves d’ (Coor.). *O jornal como formador de opinião pública*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1983, p. 29.

¹⁹ LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 140-141.

Román analisa, assim, a manipulação da opinião pública como forma de controle social:

[...] a opinião pública, manipulada por interesses diversos, procura reprimir ou prevenir formas de comportamento que não se chocam diretamente com os comportamentos e instituições estabelecidos por grupos dominantes, mas que encontram a rejeição mais ou menos sentida por parte dos componentes que formam outros grupos. É na manipulação que vai formando a opinião pública, que os meios de comunicação são utilizados para manter o status adquirido pelo grupo dominante, transformando-se eles mesmos numa espécie de liderança que influencia enormemente nas atitudes e comportamentos adquiridos pelos demais indivíduos que vivem na sociedade.²⁰

A maioria das informações que a mídia oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade, porém essa se estabelece de forma indireta, ou seja, distorcendo-a. A realidade criada pela mídia é contrafação à realidade existente. E, segundo Abramo, “[...] a sociedade – é cotidianamente e sistematicamente colocada diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa [...] A manipulação das informações se transforma, assim, em manipulação da realidade”.²¹

Já se percebe que o jornal é uma fonte que carece de reflexões de caráter metodológico, mesmo assim possui qualidades singulares extremamente úteis à pesquisa histórica. Uma delas é a periodicidade, mas o registro do dia a dia deve ser completado com a inserção desses fatos em um contexto mais abrangente e relacionado a fontes de outra natureza.

Márcia Janete Espig²² considera que um dos principais problemas relacionados ao tratamento das fontes jornalísticas pelo historiador é a significativa ausência de uma crítica interna ao conteúdo jornalístico. Logo, é dada ao jornal a utilização como se fosse uma fonte precisa e objetiva, no qual a informação é válida por si mesma. E, de acordo com Zicman, “Com raríssimas exceções, para os historiadores o jornal é antes de

²⁰ ROMÁN, Op. Cit., p. 33.

²¹ ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996, p. 24.

²² ESPIG, Márcia Janete. “O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXIV, n. 2, p. 269-289, dez. 1998.

tudo uma fonte onde se “recupera” o fato histórico – uma ponte ou trampolim em direção à realidade – não havendo entretanto interesse por sua crítica interna”.²³

Torna-se necessário levar em consideração que o ato de apropriar-se da imprensa como fonte de informação para a pesquisa histórica e, no caso, da fonte jornalística, saiba-se também que esse material está deslocado do tempo e espaço em que circulou. Portanto, a qualidade desta leitura é distinta, deve ser meticulosa, exaustiva e enfadonha.

Segundo Elmir,

[...] devemos fazer uma leitura intensiva destes jornais e não uma leitura extensiva. Ler os jornais extensivamente é o que fazemos diariamente hoje. Ler intensivamente é o que acontece com leitores cujo tempo da experiência da leitura não corresponde ao tempo da formulação do jornal.²⁴

A imprensa não pode ser utilizada pelos pesquisadores de uma forma simplista, como mera representação objetiva do real. Deve, isto sim, ser entendida como representação possível do real, sobre o qual incidem determinados filtros deformadores e cabe ao historiador determinar e equacionar em suas análises.²⁵

Esta representação está permeada de disputas e inserida numa relação conflituosa de sobreposição em relação às outras.²⁶ Uma representação luta para impor-se e passa a compor o imaginário social de determinado grupo, caso possua a virtude de fazer sentido para o mesmo. Pode-se afirmar, então, que o discurso jornalístico está carregado de imaginação, simbologias e ideologias, através das quais a imprensa vai reforçar as ideias que já circulam na sociedade e tentar indicar novas, pois é por meio dos jornais que advêm novas informações.

Segundo Baczko,

O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos

²³ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUCSP* – nº 4, junho, 1985, p. 90.

²⁴ ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudo do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, n. 13, p. 21-22, 1995.

²⁵ ESPIG, Op. Cit., p. 276.

²⁶ Ver: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. O imaginário social é, pois, uma peça efectiva e eficaz do dispositivo de controle da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais.²⁷

De acordo com Espig, a relação do discurso jornalístico com o imaginário

[...] não é apenas de passiva adequação, mas também de criação de sentido. Ao mesmo tempo em que se esforça para adequar-se ao imaginário social da sociedade à qual se dirige, a imprensa também contribui para criar ou modificar este imaginário. As instituições jornalísticas, gozando de certa credibilidade frente ao público leitor, poderiam criar imagens e representações que, sendo mais ou menos fiéis aos fatos objetivos, canalizassem ações e formassem opiniões a cerca de tais ou quais assuntos.²⁸

Contudo, o receptor-leitor não está condicionado a uma situação de passividade perante o emissor-jornal, isto é, que simplesmente absorve as informações. O jornal precisa fazer sentido às pessoas que o leem, pois, de certa forma, está atrelado ao que é possível dizer e não pode estar distante da visão de mundo presente naquela sociedade.

Segundo John Thompson,

Devemos abandonar a idéia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares. Devemos também descartar a suposição de que a recepção em si mesma seja um processo sem problemas, acrítico, e que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve água. Suposições deste tipo têm muito pouco a ver com o verdadeiro carácter das atividades de recepção e com as maneiras complexas pelas quais os produtos da mídia são recebidos pelos indivíduos, interpretados por eles e incorporados em suas vidas.²⁹

Apesar de tais considerações no que diz respeito à recepção do discurso, torna-se necessário ressaltar que este trabalho trata da produção do discurso e não da recepção. Além disso, é imprescindível salientar que foram analisados, sobretudo, os “A Pedidos” e as “páginas político-partidárias”, isto é, notícias produzidas pelos partidos políticos e reproduzidas pelo Diário de Notícias. Logo, o jornal tornou-se, também, uma fonte primário-partidária, ou seja, espaço de significativa autonomia referente à construção

²⁷ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 5 Antropos-homem, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 309-310.

²⁸ ESPIG, Op. Cit., p. 276-277.

²⁹ THOMPSON, Op. Cit., 2004, p. 31.

ideológica dos partidos, apesar das implicações inerentes à complexidade da fonte jornalística.

Em suma, na pesquisa histórica, a utilização de fontes jornalísticas necessita de uma série de observações metodológicas. A premissa básica de sua utilização é não considerá-las fontes objetivas e transparentes em si mesmas. Além disso, torna-se necessária uma leitura intensiva destas fontes e articulá-las com outras. O jornal é uma fonte histórica complexa e interessante para os pesquisadores, sobretudo pelo seu potencial como veículo das representações e ideologias de uma sociedade em um período específico.

1.3. Aspectos da imprensa escrita no Brasil: os anos 1950

As condições sociais e econômicas do Brasil colonial foram obstáculos concernentes ao surgimento da imprensa no país. Havia a predominância de uma população rural e analfabeta, em coexistência com o sistema escravagista. A ocupação do território brasileiro foi realizada, principalmente, para atender os interesses comerciais, ou seja, retardando as iniciativas de cunho intelectual. Isso porque a Coroa portuguesa temia que a imprensa pudesse representar um instrumento de crítica à dominação.³⁰

Antes da vinda da família real portuguesa ao Brasil, aqui não existia imprensa em operação. O primeiro jornal no Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro, surgiu somente em 1808, por iniciativa oficial e informava apenas sobre os domínios reais: decretos e fatos ligados à família real. No mesmo ano criou-se o jornal Correio Brasiliense, editado em Londres, que entrou de maneira clandestina no Brasil e fazia duras críticas ao governo luso. Esse procurou amenizar o impacto de jornais oposicionistas com o financiamento de periódicos nas províncias, através das oficinas impressoras locais.³¹

De acordo com o historiador Nelson Werneck Sodré, até a segunda metade do século XIX, a imprensa brasileira era artesanal, utilizava-se de técnicas de trabalho rudimentares, não dispunha de um aparato técnico desenvolvido e nem de ampla organização estrutural e econômica. Observa-se, nesse contexto, uma proliferação significativa de jornais de cunho político: pró-abolição da escravatura e pró-

³⁰ Ver: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

³¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 29.

proclamação da república. Contribuíram para formar blocos políticos liberais, republicanos e conservadores, na capital e no interior. Porém, a passagem para o século XX marcou, neste país, a modificação dos jornais de estrutura do tipo artesanal para a industrial, onde os pequenos cederam lugar às grandes empresas jornalísticas.³²

Definitivamente, na fase industrial, assumiram características empresariais, comerciais e as notícias passaram a ser compreendidas como mercadorias. Também nesse período, no Brasil, surgiu o serviço telegráfico, as ilustrações, um avultado número de edições e de tiragens.

A partir de 1930 ocorreu um desenvolvimento vertiginoso dos meios gráficos e das formas de se fazer jornal, tornando esse setor de indiscutível poder político e capacidade econômica. O Estado Novo (1937-1945) e a consequente supressão dos partidos políticos corroboraram para a imposição de um modelo de gestão empresarial, bem como de estilo informativo no jornalismo.

Na década 1950, a imprensa brasileira foi distanciando-se do estilo de jornalismo francês: permeado pela crítica e opinião. A partir de então, a imprensa nacional passou a ser influenciada pelo modelo de jornalismo estadunidense: privilegiando a informação e a notícia. *Grosso modo*, o que ocorreu, de fato, foi a substituição do estilo político-literário para o jornalismo informativo.³³

A guerra estimulou o progresso da imprensa americana e seu desenvolvimento prosseguiu regularmente: os Estados Unidos oferecem o exemplo típico da complementaridade dos meios de informação, já que o extraordinário sucesso do rádio e da televisão não deteve o avanço da imprensa escrita. A era da concorrência encarniçada, das criações e dos sucessos rápidos havia passado; a imprensa entrara na era da gestão. Os fatores econômicos dominavam: doravante, o jornal era tanto um suporte publicitário quanto um veículo de informações. As técnicas modernas fizeram do jornalismo uma atividade ponderada e uniformizaram os seus métodos.³⁴

Entretanto, a transição não é um corte abrupto. Coexistiram o jornalismo opinativo, interpretativo e o noticioso, em um amálgama dos modelos francês e estadunidense. Ressalta-se que o ocorrido no campo jornalístico reflete a transição do campo político: a passagem do Estado Novo para a democracia representativa.

³² SODRÉ, Op. Cit., p. 261-275.

³³ ABREU, Alzira Alves de. (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 15-30.

³⁴ ALBERT, P; TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 109.

A imprensa brasileira, na década de 1950, passou a privilegiar a informação transmitida de forma “objetiva” e “imparcial”. O jornalismo estava sendo reconhecido como um gênero de estabelecimentos de verdades, pois buscava distanciamento em relação à literatura e à política. A linguagem jornalística passou a adquirir uma sistematização interna, transformando-se em uma comunidade discursiva própria.

Nesse processo de profissionalização do jornalismo no país, ocorrido de modo lento nas primeiras décadas do século XX, os jornalistas passaram a construir um discurso em que as representações sociais conformam práticas, condutas e tomada de posição, o que permite reconhecer uma dada identidade do grupo.

De acordo com Marialva Barbosa,

As reformas da década de 1950, introduzindo no dizer dos jornalistas – a partir da técnica – a mítica da neutralidade e da objetividade, a rigor, servem para impor uma dada representação jornalística para si mesmos, investindo naquilo que Bourdieu afirma ser lutas por classificação. Cada vez mais procuram produzir representações em que buscam a construção de uma identidade gratificante e que trazem para eles o reconhecimento social. O jornalismo passa a ser identificado como uma espécie de mandato de natureza política e social. Procuram um lugar inteiramente diverso do ocupado por outros grupos e como agentes do campo reivindicam um trabalho no qual sobressai a aura particular que os diferenciem de todos os demais [...]³⁵

Na década de 1950, iniciaram-se os investimentos no setor de publicidade e teve início a implantação, no Brasil, de grandes agências nacionais e estrangeiras de publicidade. Os anúncios nos jornais se diversificavam. Encontravam-se os anúncios de automóveis, eletrodomésticos, produtos agrícolas, etc. A maior parte das receitas dos jornais era proveniente dos anunciantes e esse aporte de recursos possibilitou a modernização gráfica da empresa jornalística.

As novas técnicas de redação e estruturação de textos jornalísticos – influenciadas pelo modelo estadunidense – correspondiam a uma demanda de rapidez, tanto na instância da produção, quanto na do consumo. O ritmo acelerado da vida moderna exigia adaptações para tornar os jornais veículos dinâmicos de notícias e propagandas.

³⁵ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 158-159.

No que corresponde à relação entre imprensa e política, no respectivo contexto, destaca a autora Marialva Barbosa:

Os jornais continuam sendo – a par da imagem construída a *posteriori* em relação aos ideais de objetividade e neutralidade, introduzidos com as reformas – lugares fundamentais para a tomada de posição política, onde o confronto se destaca. Por outro lado, no exercício do jornalismo permanecem se auto-atribuindo o papel de único intermediário possível entre o poder público e o público. Nesse sentido, o jornalismo não se revela como um contrapoder, mas como poder instituído. Nas décadas de 1950 e 1960, esse papel pode ser claramente observado através das longas campanhas empreendidas pela imprensa para ampliar a voz das facções políticas.³⁶

De fato, a profissionalização do jornalismo brasileiro não representou a autonomização do campo literário e nem do campo político. Entre os principais jornais da década de 1950 estão a *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, criados no respectivo período, a partir da vinculação estreita de seus proprietários com a política. Ambos introduziram novas técnicas de apresentação gráfica e inovações de cobertura jornalística, renovando a linguagem da imprensa.

O jornal *Tribuna da Imprensa* (1949) – fundado por Carlos Lacerda –, apesar de ter uma tiragem inexpressiva, foi muito influente por ter tido papel decisivo no cenário político, catalisando e amplificando as contradições e tensões sociais do período. Já, o jornal *Última Hora* (1951) – fundado por Samuel Wainer – foi o responsável pela mais intensa e marcante reforma do jornalismo até então, tendo grande importância política durante o segundo governo Vargas.

Em suma, a década de 1950 foi determinante para a consolidação das transformações que vinham sendo observadas desde o início do século XX. A reforma do jornalismo brasileiro, em um processo cumulativo, incorporou experiências desenvolvidas ao longo de décadas: havendo inovações e rupturas, permanências e continuidades.

1. 4. O jornal Diário de Notícias

O desenvolvimento da imprensa no Rio Grande do Sul, na passagem do século XIX para o XX, está vinculado a dois fatores determinantes: a luta político-partidária e

³⁶ BARBOSA, Op. Cit., p. 163.

as transformações tecnológicas - passagem da produção artesanal à impressão mecanizada - que vão interferir diretamente na alteração da imprensa estritamente partidária numa imprensa industrial.³⁷ A incipiente imprensa escrita no Estado ganhou força em meio ao processo da Revolução Farroupilha, em 1835, quando confrontos político-partidários incentivavam o surgimento de novos jornais. O embate entre farrapos e legalistas encontrou, nos jornais, um espaço para divulgação e defesa de seus ideais.

Da fase inicial do nosso jornalismo, interessam os jornais pré-revolucionários e os editados durante o período farroupilha. Fora de dúvida que o movimento de 35 não determinou o surgimento da imprensa no Estado, mas foi a mola-mestra para o seu desenvolvimento. Conciliada a província, os jornais pós-revolucionários, em menor número, se mantêm por mais tempo, evoluindo, técnica e editorialmente.³⁸

Após o término desse conflito, organizou-se uma imprensa partidária ou panfletária civil, perdurando por toda segunda metade do século XIX. Tanto proprietários quanto editores se alinharam obrigatoriamente, a algum dos partidos políticos existentes. Sem esta forma de ligação, seria improvável a sobrevivência financeira de um periódico. Quase concomitantemente estruturou-se, no Estado, uma imprensa literária que se iniciou no fim da década de 1860 e perdurou até os primeiros anos do século subsequente.

Pode-se afirmar que o período entre 1870 e 1930 foi de radical modificação na história da imprensa sul-rio-grandense, bem como na brasileira, ainda que não se deva falar em ruptura total de modelos ou abandono de certas práticas. Pode-se, antes, citar a convivência, com maior ou menor beligerância, de práticas de tendências preexistentes e que perdurarão durante o período, ao lado de outras tantas que surgiram e terminaram por se afirmar durante essa época, caracterizando um processo híbrido de desenvolvimento da imprensa entre nós, como de resto em todo o Brasil.³⁹

No fim da década de 1920, no Rio Grande do Sul, iniciou-se a decadência dos jornais de caráter estritamente político-partidário. Entre os principais fatores

³⁷ HOHLFELDT, Antonio. A imprensa (1870-1930). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.3 t.2. p. 313

³⁸ SILVA, Jandira; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-riograndense*. Porto Alegre: CORAG, 1986. p. 115.

³⁹ HOHLFELDT, Op. Cit., p. 313.

contributivos concernentes ao declínio desse estilo de jornal destacaram-se: a ascensão das camadas médias urbanas, a ampliação do comércio e da indústria, os avanços tecnológicos e o aumento da escolarização. Além disso, o público leitor, em sua maioria uma camada média em ascensão, começou a desenvolver novos interesses intelectuais.

Nos anos 30, a concorrência entre os jornais, cada vez mais organizados como empresas, passou a um novo patamar. Depois que foram fechados os partidos e se proibiu o partidarismo na imprensa (1937-1945), ainda haveria jornais políticos e partidários, e isso até 1964. Porém, essa retomada, notável no interior, sobretudo, teria força e alcance reduzidos. A censura durante o período estadonovista, os estímulos à modernização institucional e a crescente influência das concepções norte-americanas fizeram com que acabasse por se impor o modelo de gestão empresarial e o estilo informativo na prática do jornalismo.⁴⁰

Essa cultura jornalística alternativa estava permeada pela modernização das máquinas, por uma linha editorial independente, pela redução de preços e pela racionalidade mercantil.⁴¹ O Correio do Povo (1895) e o Diário de Notícias (1925) foram a vanguarda deste jornalismo no Estado, seja pelos moldes capitalistas de sua organização empresarial, seja pelo novo conceito jornalístico que, respondendo às novas demandas, consolidava-se na sociedade.

O jornal Diário de Notícias (1925-1979) era o segundo maior jornal no Rio Grande do Sul, rivalizando com o Correio do Povo. Mesmo dotado de menor prestígio social e tendo pequena circulação no interior; a sua forma de apresentação, através de uma paginação mais inovadora e linguagem menos convencional, tornou-o o jornal dos segmentos urbanos.⁴²

Fundado a 1º de março de 1925, pelo jornalista Leonardo Truda, o jornal passou a Assis Chateaubriand no primeiro semestre de 1929, em função da insistência de Assis junto a Vargas para que a Aliança Liberal ampliasse a outros estados a campanha contra o situacionismo, que detinha o voto de 17 unidades federativas. Os primeiros cinquenta contos do total de 400 do preço

⁴⁰ RÜDIGER, Francisco. Cotidiano, mídia e indústria cultural: modernidade e tradicionalismo: dos anos 1930 à atualidade. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. V.4. p. 360.

⁴¹ A imprensa se torna menos livre quanto mais adquire o caráter de empresa, quanto mais se torna dependente das agências de notícias e agências de propaganda internacionais, bem como de verbas governamentais. SILVA, Heber Ricardo Da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa (1945-1948)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 19.

⁴² RÜDIGER, F. Op. cit., p. 362.

de venda do jornal saíram diretamente do caixa do movimento oposicionista e das mãos de Osvaldo Aranha, que meses antes fizera abortar a mesma pretensão de Assis Chateaubriand.⁴³

Assis Chateaubriand, contrário à continuidade da política café-com-leite, apoiava Getúlio Vargas como candidato de oposição a Washington Luís. Tendo em vista as eleições presidenciais em 1930, o então candidato Getúlio Vargas utilizou-se dos jornais dos Diários Associados⁴⁴ para divulgar a sua plataforma. Em contrapartida, Assis Chateaubriand usou o apoio político e financeiro da Aliança Liberal para incorporar novos veículos à sua rede. Com a instauração do Governo Provisório, Chateaubriand recebeu inúmeros favores, incluindo a concessão de empréstimos à cadeia dos Diários Associados, por meio da Caixa Econômica Federal.

Não obstante, Chateaubriand posicionou-se pela reconstitucionalização do país, iniciando um enfrentamento direto com Getúlio Vargas. Apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, o que lhe rendeu a prisão, o confisco dos bens e o fechamento de alguns jornais, inclusive o Diário de Notícias em Porto Alegre. Em meio às adversidades, Assis Chateaubriand tentou imprimir o Diário de Notícias no Uruguai e na Argentina para escapar da censura, mas, com o malogro de suas intenções preferiu fechar o jornal até que a situação política estivesse normalizada. Em pouco tempo esse jornal voltou a circular normalmente e, em 1935, o jornalista Ernesto Corrêa foi promovido ao cargo de diretor do Diário de Notícias, permanecendo nesta função até o ano de 1968.

Após o golpe de 10 de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo, Assis Chateaubriand, além de aceitar passivamente o novo regime, tornou-se um grande colaborador do mesmo, pois seus artigos eram repassados pela Agência Nacional para os jornais editados no país. Além disso, suas rádios abriram espaço para que representantes do governo falassem, sobre o regime estadonovista.⁴⁵ É óbvio que os interesses de Chateaubriand (ampliar sua rede) e Vargas (manter-se no poder) explicam as atitudes aparentemente contraditórias.

⁴³ CARNEIRO, Glauco. *Brasil primeiro: história dos Diários Associados*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999, p. 135.

⁴⁴ No auge os Diários Associados era um imenso empreendimento que possuía dezenas de jornais, algumas estações de televisão, várias estações de rádio, dezenas de revistas, agências de notícias e propagandas. MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 16.

⁴⁵ Idem, p. 376.

Na capital do Rio Grande do Sul, Chateaubriand assumiu o controle de duas das três emissoras de rádio: a Farrroupilha (1943) e a Difusora (1944). E as páginas do Diário de Notícias difundiam intensivamente o noticiário internacional, em função da Segunda Guerra Mundial. Os jornais vinculados aos Diários Associados declararam-se favoráveis aos aliados e contrários aos nazi-fascistas. O ano de 1945 foi marcado pela rendição da Alemanha nazista e pela campanha pró-democratização no Brasil.

Em maio, enquanto Getúlio Vargas tentava manter-se no governo, chega ao fim a Segunda Guerra Mundial. Ernesto [Corrêa], apreensivo, vê o ódio traduzido em fogueiras acesas nas ruas, com exemplares em tiras do Diário de Notícias. Inconformados com a derrota, os “Filhos de Hitler” manifestam seu repúdio às críticas feitas aos fascistas e nazistas. A edição extra comemorativa à vitória aliada, tão logo chegou às ruas, foi utilizada para alimentar o fogo da intolerância aceso à frente do jornal. Jovens bêbados dançavam em torno dele, aos gritos de “abaixo judeus”. O andar térreo foi apedrejado, vidros quebrados e um funcionário acabou ferido.⁴⁶

Na fase final do Estado Novo, Chateaubriand apoiou a “democratização” do país e a liberdade de imprensa, bem como a candidatura de Eduardo Gomes, em detrimento às aspirações de Getúlio Vargas de permanecer no poder.⁴⁷ Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o candidato pessedista, Eurico Gaspar Dutra, venceu as eleições presidenciais, o segundo lugar ficou com o candidato udenista, Eduardo Gomes, e o terceiro com Yedo Fiúza, do PCB.

Com grande influência na vida pública, o diretor dos Associados – Assis Chateaubriand – sempre conduziu seus editoriais na linha de notório conservadorismo e intransigência em relação às esquerdas reformistas. O Diário de Notícias encontrava-se permeado, sobretudo, pelo anticomunismo. O diretor do jornal, Ernesto Corrêa, controlava de perto o que era publicado. Apesar da boa relação entre Chateaubriand e Corrêa, ocorreram significativas divergências entre ambos, o que corrobora com a tese de que as matérias publicadas no Diário de Notícias passassem diretamente pelo crivo do seu diretor.⁴⁸

⁴⁶ DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005. p. 66.

⁴⁷ Getúlio havia nomeado ministro da Justiça o ex-interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, inimigo direto dos Associados. Agamenon foi autor da “Lei Malaia”, a qual proibia que empresas jornalísticas de um só proprietário pudessem ser acionistas de outras do mesmo ramo, ou que se fundissem entre si, ou se organizassem em associação ou agrupamentos, o decreto parecia destinado especificamente a atingir os Diários Associados. Idem, p. 66-67.

⁴⁸ NOGUEIRA, Maristel Pereira. *O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Tese). Porto Alegre, 2009, p. 53-54.

Contudo, de acordo com Virginia Pradelina da Silveira Fonseca, o perfil do jornal Diário de Notícias mantinha-se intrinsecamente associado aos interesses de seu proprietário.⁴⁹

O Diário de Notícias de Porto Alegre, assim como todos os demais meios de comunicação da cadeia Associados, defendia as causas particulares do seu controvertido proprietário, que, por sua vez, era motivado por interesses, na maioria das vezes, pessoais, “singulares”. Executava uma política editorial atrelada aos interesses econômicos e/ou políticos de Chateaubriand. Não se orientava, portanto, nem por uma determinada concepção política, nem pelas tendências do mercado, mas pelos interesses do momento de seu proprietário.

⁵⁰

Nos anos de 1950, o segundo governo Vargas teve uma relação conflituosa com a imprensa. Isso permite afirmar que a grande imprensa, a de nível nacional, estava interligada a setores oposicionistas de Vargas, sendo que os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, sobretudo o Diário de Notícias e o jornal Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, tornaram-se porta vozes exacerbados contra o governo federal.

O único jornal assumidamente favorável a Vargas era o Última Hora, de Samuel Wainer, sobre quem pairavam acusações concernentes à licitude dos empréstimos que havia contraído junto ao Banco do Brasil. Apesar de Wainer ter pago o empréstimo, os opositores de Vargas investiram contra a transação, inclusive formando uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os empréstimos referentes a fundação do jornal de Wainer. O caso teve significativa repercussão e, de fato, corroborou para que os antigetulistas tivessem a oportunidade para explorarem os receios dos setores médios da sociedade no que diz respeito à imoralidade, bem como à corrupção existente no governo.⁵¹

Os Diários Associados, de Chateaubriand, aprofundaram as críticas ao governo Vargas após o episódio ocorrido com o jornalista Carlos Lacerda, proprietário do jornal Tribuna da Imprensa. O Diário de Notícias fez intensa cobertura do caso da Rua

⁴⁹ Todavia, é fundamental salientar que foram analisados no presente trabalho, sobretudo, os “A Pedidos” e as “Páginas Político-Partidárias”, ou seja, notícias produzidas pelos partidos políticos e reproduzidas pelo Diário de Notícias. É plausível compreender o jornal como fonte primário-partidária, isto é, espaço de significativa autonomia concernente à construção ideológica dos partidos, apesar dos interesses pessoais de seu proprietário. Portanto, é possível estudar os modos de operação da ideologia dos partidos políticos num periódico permeado pela influência de Chateaubriand.

⁵⁰ FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. *Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 151.

⁵¹ RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *O pacto ABC: as relações Brasil-Argentina na década de 1950*. Passo Fundo: Ediupf, 1996, p. 135-136.

Toneleros, o atentado ao jornalista Carlos Lacerda, no dia 5 de agosto de 1954. Say Marques (diretor-secretário da redação) era um convicto opositor do governo Vargas. No entanto, o diretor do jornal – Ernesto Corrêa – admirava Vargas, mesmo não sendo um getulista. “E tinha severas e freqüentes discordâncias com a postura enraivecida de Chateaubriand e Say em relação ao líder gaúcho.”⁵²

O jornal Diário de Notícias que havia dividido a liderança do jornalismo estadual com o Correio do Povo durante três décadas, entrou em declínio depois que a população da capital, tendo ligado o suicídio de Vargas à oposição da empresa, destruiu as instalações, em seguida a esse fato. Em consequência, esse o jornal perdeu avultado número de leitores e anunciantes.⁵³

Celito De Grandi⁵⁴ descreve a destruição das instalações do Diário de Notícias, após a morte de Getúlio Vargas:

Na redação do Diário, um estrondo. As grades desabaram. Houve apenas o tempo de correr para os fundos e fugir pela porta de acesso à rua General Câmara, por onde era feita a distribuição do jornal. Dali, agora, saía apenas fumaça. Os manifestantes, alucinados, aos gritos, jogavam no meio da rua mesas, cadeiras, rádios, papéis, máquinas de escrever. Tudo foi pisoteado e incendiado. Quando já nada mais restava, a turba seguiu pela rua da Praia, gritando palavras de ordem e quebrando tudo o que tivesse ligação com os Estados Unidos, a começar pelo Consulado Americano.⁵⁵

Posteriormente, o jornalista Nelson Dimas de Oliveira passou a fazer parte do expediente do jornal como responsável pela área administrativa e tinha a incumbência de ajudar no processo de reconstrução das empresas, no pós-incêndio. Ernesto Corrêa permaneceu como diretor. João Calmon e Edmundo Monteiro, os dois principais executivos dos Diários Associados, alertam Chateaubriand sobre a gravidade do quadro da empresa. Entretanto, naquele momento, as preocupações de Chateaubriand centravam-se no posto de embaixador do Brasil na Inglaterra.⁵⁶

Os Diários Associados apoiaram discretamente a candidatura de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, pela coligação PSD-PTB. Com a vitória desse, grupos udenistas e setores militares tentaram impedir a sua posse, a que Assis

⁵² DE GRANDI, Op. Cit., p. 85.

⁵³ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ediufgrs, 1993, p. 65.

⁵⁴ Celito De Grandi é jornalista. Começou a carreira profissional como repórter do jornal Diário de Notícias, no início da década de 1960, e posteriormente assumiu o cargo de diretor do jornal. Tem se dedicado à pesquisa da história do respectivo jornal.

⁵⁵ DE GRANDI, Op. Cit., p. 91.

⁵⁶ Idem, p. 109-110.

Chateaubriand se opôs frontalmente, colocando-se ao lado do movimento liderado pelo General Henrique Teixeira Lott, que garantiu o direito do presidente eleito. O jornalista que havia sido senador pelo PSD representando o seu Estado natal, a Paraíba, bem como num segundo mandato parlamentar pelo Maranhão, também pela legenda do PSD, renunciou em 1957, para assumir a embaixada do Brasil em Londres.⁵⁷

No início dos anos de 1960, os Diários Associados enfrentam uma grande crise financeira. No contexto nacional havia um conturbado quadro político, sendo que após a renúncia de Jânio Quadros, os militares não aceitavam a posse do vice-presidente, João Goulart. Abriu-se uma profunda crise de sucessão. No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola promoveu a Campanha da Legalidade: movimento que exigia o cumprimento da Constituição, a qual determinava que o vice-presidente, João Goulart, assumisse o cargo de presidente. Em manobra política, foi adotado o parlamentarismo como forma de conciliação. Em janeiro de 1963 foi realizado um plebiscito e o país voltou a ser governado pelo regime presidencialista. Conforme Celito De Grandi, o Diário de Notícias apoiou o movimento da Legalidade.⁵⁸

Após João Goulart assumir a presidência da República, os Diários Associados posicionaram-se em oposição ao governo, inclusive participando de ações articuladas com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Em plena Guerra Fria, os discursos contra as reformas de base publicados nos veículos Associados estavam permeados pelo anticomunismo. “Desde que começara a conspirar contra Jango, nos primeiros meses de 1963, até a eclosão do golpe, em abril de 1964, foram raros os artigos escritos por Chateaubriand que não tratassem de política nacional [...]”.⁵⁹

Neste episódio, a exemplo da quase totalidade da imprensa brasileira – uma das exceções foi a Última Hora, de Samuel Wainer –, o Diário de Notícias e o Correio do Povo apoiaram o movimento militar responsável pela derrubada de João Goulart. Logo todos teriam razões para arrependimento: o poder instalado trata de sufocar jornais e o pressuposto básico da existência de ambos, a liberdade.⁶⁰

⁵⁷ Na sua atuação parlamentar, grosso modo, Chateaubriand foi árduo defensor do capital estrangeiro, sendo que empreendeu campanhas contra o monopólio estatal e conseqüentemente a criação da Petrobrás. Duas questões, além da posição contrária ao monopólio da Petrobrás, se destacam em sua atuação: a defesa da cultura cafeeira, para qual exigiu a participação mais ativa do governo como financiador da produção, e a luta pela autonomia do Distrito Federal, defendendo a tese de que o Senado e a Câmara deveriam incorporar às suas funções legislar sobre assuntos do município da União, através de comissões especiais. CARNEIRO, Op. Cit., p. 382-384.

⁵⁸ DE GRANDI, Op. Cit., p. 120.

⁵⁹ MORAIS, Op. Cit., p. 646.

⁶⁰ DE GRANDI, Op. Cit., p. 125-126.

No regime militar, a imprensa passou a ser controlada rigidamente e muitos jornais sofreram intervenções diretas, principalmente, a partir da Lei da Imprensa, de março de 1967. Assis Chateaubriand faleceu em 1968 e dez anos depois Ernesto Corrêa. Entre outros fatores, sobretudo os problemas administrativos e financeiros levaram o jornal Diário de Notícias à supressão no ano de 1979.

Ressalta-se que o jornal constitui fonte de pesquisa deste trabalho, embora não entendido como fonte objetiva, mas sim como órgão de imprensa que tem uma subjetividade implícita. Pesquisou-se, de modo especial, as páginas político-partidárias produzidas pelos partidos e reproduzidas pelo jornal sem o crivo editorial. De fato, o jornal deve ser compreendido como uma tribuna política: um espaço utilizado pelos pessedistas e petebistas como forma de propagação das respectivas representações possuidoras de conteúdo político. Contudo, se deve desconsiderar que o referido jornal está interligado ao cenário político existente, bem como está condicionado aos seus próprios interesses.

2. A democratização e a reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul

Neste capítulo, far-se-á uma contextualização do período concernente à democratização no Rio Grande do Sul. Abordam-se aspectos da política estadonovista, o nascimento dos grandes partidos nacionais e se analisará a estruturação dos partidos políticos nesse Estado. Além disso, se procederá uma análise das eleições de 1945, para a Presidência da República, no âmbito estadual, bem como suas implicações para o quadro político rio-grandense.

2. 1. O surgimento de novos partidos políticos

O Estado Novo (1937-1945), desde o ingresso do país na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados, passou a viver uma situação contraditória. De um lado, a guerra representava um significativo argumento para o governo adiar de forma indeterminada a transição para um regime mais aberto. De outro, as Forças Armadas brasileiras combatiam o nazi-fascismo na Europa e, no plano nacional, havia um Estado ditatorial. As oposições procuraram aproveitar o desgaste do governo populista⁶¹ de Vargas, decorrente dessa contradição, para acelerar a abertura política. Enquanto isso, o governo estadonovista procurava uma estratégia para criar mecanismos de transição segura, isto é, para manter o poder nas mãos de Vargas.

Nos primeiros meses de 1945, as articulações das oposições antigetulistas tornavam evidente o enfraquecimento do regime vigente. Além das manifestações antifascistas, também se realizaram congressos organizados por categorias profissionais que debatiam, sobretudo, temas políticos. O mais relevante, o I Congresso Brasileiro de

⁶¹ Em suma, o populismo surgiu no contexto em que a massa tornou-se instrumento para fins de reivindicação numa sociedade em transição. O elemento que orientou a ação popular, nessa fase, foi o estado. O estado permeado pela política de massa combateu as oligarquias tradicionais, manteve os setores populares sob significativo controle, bem como desenvolveu um processo de industrialização através da intervenção estatal. Deve-se reconhecer à incorporação dos trabalhadores à cidadania e na conquista de direitos sociais. Todavia, não pode ser ignorada a via autoritária como foi construída a base institucional sobre a qual o populismo veio desenvolver-se. No que tange à produção historiográfica brasileira, o conceito populismo está permeado por variadas interpretações. Ver: IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: Populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. *Locus*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007.

Escritores, realizado no mês de janeiro daquele ano, reuniu nomes expressivos da intelectualidade do país que defendiam a legalidade democrática e a instalação de um governo eleito pelo povo através do voto universal direto e secreto.

Enfim, fatores internos e externos, fizeram com que fosse publicada, em 28 de fevereiro de 1945, a Lei Constitucional nº 9, a qual estabeleceu que dentro de noventa dias fossem marcadas eleições para presidente, governadores, Congresso Nacional e Assembleias Legislativas. Dentro desse prazo, o governo deveria elaborar a Lei Eleitoral e estruturar seu consequente aparelhamento. Elaborou-se o Decreto Lei nº 7.856, de 28 de maio de 1945, o qual exigia que os partidos apresentassem, para obtenção do registro, a adesão de dez mil eleitores distribuídos em, pelo menos, cinco estados: cada um com, no mínimo, quinhentos adeptos, bem como personalidade jurídica de acordo com o Código Civil.

Os partidos políticos se estruturaram tendo como principal vetor o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas. Os de maior expressão nacional foram: a União Democrática Nacional (UDN), que se caracterizou como a principal oposição a Vargas; o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como duas correntes políticas diferentes de sustentação a Vargas. Dessas, a primeira foi herdeira da estrutura das interventorias e a segunda surgiu de lideranças do meio sindical, estudantil e de políticos ligados às massas trabalhadoras urbanas. Quanto aos menores partidos em nível nacional, mas com influência em determinadas regiões do país, destacaram-se o Partido Social Progressista (PSP), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outros.

O fim do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas representaram um período de efervescência política no país: a democratização. Opta-se por não utilizar o termo “redemocratização”, pois do ponto de vista histórico é um conceito discutível, uma vez que em períodos anteriores ao Estado Novo, os regimes liberais eram significativamente limitados; em tese democráticos, porém, oligárquicos na realidade. Contudo, cabe ressaltar que os analfabetos, os cabos e soldados permaneceram à margem do pleito de 1945.⁶²

⁶² FELIZARDO, J. Joaquim. *Partidos Políticos e Eleições no Brasil*. Porto Alegre: Vozes, 1982, p. 6.

O processo de democratização não representou um corte abrupto na história política brasileira e as estruturas estadonovistas permaneceram no período democrático (1945-1964). De acordo com Maria do Carmo Campello de Souza,

O advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado [...] foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória [...]⁶³

A formação dos partidos políticos no Rio Grande do Sul pode ser entendida através da identificação das bases de sua economia e sua origem sócio-política. Além disso, é imprescindível compreender a sua relação intrínseca à dinâmica nacional, ou seja, na sua condição de Estado membro de uma Federação. Portanto, identifica-se o processo histórico estadual através da inserção no sistema econômico brasileiro.

Grosso modo, a estruturação e a dinâmica da economia rio-grandense baseavam-se principalmente na produção agropecuária, sendo constituída por três zonas diferenciadas: zona rural da pecuária, zona rural da pequena produção e zona rural caracterizada pelas explorações em grande escala de arroz, trigo e gado.⁶⁴

Já, o desenvolvimento industrial era caracterizado em uma relação de dependência do setor primário local e se apresentava disperso em pequenas unidades produtivas. Enfim, o panorama econômico estadual era dependente dos mercados externos, sobretudo do mercado nacional.⁶⁵

Conforme Müller,

Observa-se que a forma de o RS se desenvolver estava nevrálgicamente ligada às exportações e menos ao seu mercado interno. Do ângulo do capital mercantil e financeiro, em função, nas esferas da intermediação, do capital produtivo na indústria e nas explorações agropecuárias, seus modos de reposição e de ampliação passavam e estavam na dependência de suas relações com o restante da economia brasileira. É isto que caracteriza a economia gaúcha como

⁶³ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Editora Alfa - Omega, 1990, p. 105-106.

⁶⁴ MÜLLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60. In: DACANAL, J. H; GONZAGA, S. (Org.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 365.

⁶⁵ “[...] dependência do mercado externo, para o qual se destinam 60% da produção de bens, somados os setores primário e secundário, sendo importante lembrar que 80% dessas exportações dirigem-se ao mercado nacional”. CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Ediufrgs, 2005. p. 76.

dependente. Seu caráter periférico advém dessa dependência, acentuando-se pelo fato de insistir na exploração desse modelo histórico.⁶⁶

Embora permeado por crises cíclicas – inerentes às economias estruturadas no setor primário e com baixo nível tecnológico –, observa-se que a economia estadual se manteve sem apresentar graves problemas até a década de 1940. Contudo, ao final da II Guerra Mundial, quando aumentou a concorrência dos produtos de outras regiões, sobretudo das do centro do país, surgiram implicações na economia local. As consequências dessas transformações são: o êxodo rural, o desemprego, a urbanização desenfreada, problemas de infraestrutura de serviços urbanos, etc. Portanto, a crise econômico-social fez com que surgissem grupos sociais emergentes, tornando-os importantes no cenário político.

Segundo Pesavento,

[...] a identificação dos principais problemas enfrentados pelo estado pode ser sintetizada em três questões fundamentais: a) a industrialização; b) êxodo rural; c) transportes e energia. Tais questões envolviam diretrizes político-partidárias, que por sua vez se revelavam associadas aos programas de desenvolvimento econômico que se apresentavam para o Brasil.⁶⁷

Assim, o panorama econômico-social do Rio Grande do Sul fez com que os grupos políticos buscassem medidas concernentes à dinamização da economia local. A situação de dependência passou a exigir profundas mudanças, o que vai coincidir com a formação dos partidos políticos em âmbito nacional e repercutir diretamente no caráter político-partidário do Estado.⁶⁸

Os partidos políticos nascem somente quando a sociedade atinge um determinado estágio de desenvolvimento, ou seja, quando congrega algumas condições de modernidade, tais como: a existência de uma especialização profissional, a constituição de um conjunto nacional e de uma consciência nacional pela expansão do mercado interno, o progresso dos meios de informação e, acima de tudo, a mobilidade espacial e social. Além disso, no interior do respectivo desenvolvimento, é necessário que ocorra uma crise, uma ruptura para justificar a emergência de um partido. Logo, um

⁶⁶ MÜLLER, Op. Cit., 1979, p. 365.

⁶⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990, p. 126.

⁶⁸ CÁNEPA, Op. Cit., p. 77.

partido surge como a solução para problemas, isto é, no espaço entre um problema e um discurso é que se situa a mediação política.⁶⁹

Berstein, pautado nos cientistas políticos americanos, estabelece critérios que permitem definir os partidos políticos:

- a duração no tempo, que garante ao partido uma existência mais longa que a vida de seus fundadores, e implica que ele responda a uma tendência profunda da opinião pública. Restaria tentar definir exatamente essa duração mínima [...] tal definição exclui de fato as clientelas, as facções, os partidos ligados unicamente a um homem; - a extensão no espaço, que supõe uma organização hierarquizada e uma rede permanente de relações entre uma direção nacional e estruturas locais, abrangendo uma parte da população. Este segundo critério exclui do campo dos partidos os grupos parlamentares sem seguidores no país e as associações locais sem visão de conjunto da nação; - a aspiração ao exercício do poder, que necessita de um projeto global que possa convir à nação em seu conjunto, e que, por isso, implica a consideração de arbitragens necessárias aos interesses contraditórios que aí se manifestam. Esta característica, função direta da mediação política de que falamos acima, exclui os grupos de pressão representativos de uma categoria definida, como os grupúsculos restritos à defesa intransigente de uma ideologia, mesmo quando traduzem o nome de “partidos”; - enfim, a vontade de buscar a apoio da população, seja recrutando militantes, seja atraindo o voto dos eleitores, condição indispensável para a realização do objetivo anterior.⁷⁰

Sendo assim, é plausível afirmar que fora o Decreto-lei de 28 de maio de 1945 quem criou, de fato, os partidos políticos no país, pois pela primeira vez na história republicana adotou-se o caráter nacional como condição obrigatória para o registro de qualquer agremiação. Tal medida rompeu com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional que durante anos beneficiou as oligarquias estaduais.

Em relação aos partidos políticos, é necessário analisar as composições sociais que eles representam. Existe uma ponderação que eleva a representação de certas categorias sócio-profissionais em função da imagem que o partido passa de si mesmo, de dados culturais e de interesses sociais. Não obstante, é notório que os partidos também são interclassistas em sua composição. E, mesmo que uma categoria seja representada majoritariamente entre o eleitorado, ainda é essencial, para um partido que almeja o poder, conciliar interesses diversos, ou seja, de outras composições sociais.⁷¹

O PTB, por exemplo, apresentou uma proposta mais diretamente dirigida à classe trabalhadora, sobretudo a urbana, apontando para a articulação de um partido de

⁶⁹ BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 67-68.

⁷⁰ Idem, p. 62-63.

⁷¹ Idem, p. 76-77.

massas com bases sindicais. Contudo, a aspiração ao exercício do poder, que passa por um projeto global, fez com que o partido tivesse propostas para outros segmentos sociais, como o pequeno produtor rural, o profissional liberal, etc.

De acordo com Gramsci, “[...] estudar a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país”.⁷² Os processos referentes ao desenvolvimento dos partidos políticos expressam o conflito e a disputa de concepções de existência social que caracterizam as sociedades modernas, ou seja, consequências da competição que se trava entre diferentes interesses.

Para Cánepa, no Rio Grande do Sul,

[...] embora a criação dos partidos políticos em 1945 se tenha processado em condições diversas a uma representação efetiva das principais forças sociais em confronto, estas foram capazes de se organizarem num segundo momento e, utilizando-se das instituições criadas, por assim dizer de “cima para baixo”, se fazerem nelas representar. Na verdade, poderíamos dizer que se assiste a dois movimentos conjugados: de um lado, são as forças sociais já constituídas ou em constituição que buscam expressão através das instituições políticas então criadas; de outro, é a classe política que, no processo de construção ou afirmação de identidade, aproxima-se de determinados setores sociais e, nesse processo, “transforma-se”, por assim dizer, assumindo características de verdadeiras forças sociais. Os partidos em sua atuação concreta seriam os elementos de “canalização” desse duplo processo.⁷³

A reorganização partidária, no contexto da democratização, girou em torno das elites políticas tradicionais rio-grandenses e, sendo assim, num primeiro momento, somente o Partido Comunista Brasileiro pareceu constituir algo novo no respectivo processo. Os movimentos incipientes do processo de reorganização partidária estadual na conjuntura de 1945 não diferem, *grosso modo*, daqueles de âmbito nacional. Então, Getúlio Vargas e o Estado Novo constituem o marco divisor essencial na formação partidária.

O Código Eleitoral determinou a intensificação das articulações partidárias, associando clivagens regionais e forças políticas nacionais. A aglutinação das forças políticas rio-grandenses esteve permeada pelo padrão nacional, isto é, de um lado, as correntes da oposição antivarguista, configurando-se em torno da União Democrática

⁷² GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, política e Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 24.

⁷³ CÁNEPA, Op. Cit., p, 66.

Nacional e de outro, as correntes do oficialismo, articulado principalmente a partir da interventoria estadual, o Partido Social Democrático, aparentemente fiel a Vargas.⁷⁴

2. 2. União Democrática Nacional

A UDN nasceu em 7 de abril de 1945, como frente de oposição à ditadura do Estado Novo, defendendo liberdades democráticas e a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. A UDN foi marcada por contradições e, sendo assim, torna-se difícil, neste momento, encontrar uma identidade coesa, uma vez que coexistiram nela posturas liberais e progressistas, junto com outras ostensivamente reacionárias e antidemocráticas. Contudo, havia um ponto de convergências entre as correntes udenistas: o espírito de luta contra o regime estadonovista e contra Getúlio Vargas.

Conforme Benevides,

O espírito de luta contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas, em suas várias encarnações, das mais idealistas às mais pragmáticas, formou, plasmou e reuniu os diversos grupos que se comporiam no partido da “eterna vigilância”. Foi, portanto, como um movimento – ampla frente de oposição, reunião de antigos partidos estaduais e aliança política entre novos parceiros – que surgiu a União Democrática Nacional [...] ⁷⁵

O candidato udenista, brigadeiro Eduardo Gomes, desenvolveu sua campanha eleitoral embasada na defesa do direito de greve e da liberdade sindical e da proposta de um modelo econômico que conciliasse a iniciativa privada, o papel do Estado e do capital internacional. Esses tópicos eram essenciais por obter, cada qual ao seu modo, a simpatia das esquerdas e dos conservadores. Em momento posterior, ocorreram as cisões, no partido, devido à polarização das tendências, pois gradativamente a UDN tornou-se contrária à intervenção estatal e baluarte do capital estrangeiro.⁷⁶

No que se refere à formação udenista, no período de sua fundação, Benevides identifica cinco grupos que compunham a UDN: as oligarquias destronadas com a Revolução de 1930; os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou

⁷⁴ BODEA, Op. Cit., p. 17.

⁷⁵ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 23.

⁷⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A União Democrática Nacional*. In: FLEISCHER, David (Org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Unb, 1981. v. 1, p. 96.

em 1937; os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; as esquerdas e os grupos liberais com uma forte identificação regional.

Benevides, assim se expressa,

[...] os liberais nos estados: aqui, o corte regional é importante, porque a oposição liberal tinha uma nítida identificação em termos de “correntes estaduais”; como o grupo dos libertadores gaúchos, chefiados por Raul Pilla e o grupo dos mineiros, inspiradores do “Manifesto” como Milton Campos, os Mello Franco, Bilac Pinto, Luis Camilo, Magalhães Pinto, entre outros. Ao grupo paulista, tradicionalmente anti-getulista, pertenciam os egressos do Partido Constitucionalista, ou seja, ex-combatentes de 32 [...] O grupo fluminense era composto por bacharéis como Raul Fernandes, Prado Kelly e Soares Filho, em sua ala conservadora, e por intelectuais e jornalistas [...] ⁷⁷

As bases sociais da UDN eram complexas, um partido tanto das classes médias urbanas quanto das oligarquias rurais. O perfil socioeconômico dos udenistas, neste contexto, é variado, ou seja, empresários - pequenos, médios e grandes industriais -, comerciantes, latifundiários, lavradores, bem como profissionais liberais. O Programa udenista de 1945, de autoria de Virgílio de Melo Franco, estava permeado pelo cunho coerentemente liberal. *Grosso modo*, o respectivo Programa trazia a visão liberal das instituições intermediárias, o liberalismo econômico através dos limites da intervenção estatal e fazia irrestrita defesa ao capital estrangeiro. “Apelar para o capital estrangeiro, necessário para os empreendimentos da reconstrução nacional e, sobretudo, para o aproveitamento das nossas reservas inexploradas, dando-lhe um tratamento equitativo e liberdade para a saída dos juros”. ⁷⁸

A UDN, no Rio Grande do Sul, que se aglutina em apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, já a partir dos meses de abril e maio de 1945, organizou-se tendo em seus quadros nomes tradicionais da política estadual que haviam entrado em atrito com Getúlio Vargas. Entre outros se destacaram: Flores da Cunha – antigo membro do Partido Republicano Riograndense (PRR), ⁷⁹ posteriormente líder do

⁷⁷ BENEVIDES, 1981, p.97-98.

⁷⁸ CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 455.

⁷⁹ “O Partido Republicano Rio-Grandense (PRL), com sua ideologia positivista-autoritária, estabeleceu as bases de sua futura dominação política sob a condução carismática de Castilhos. No entanto, a rígida organização do partido só consolidou sua força político-eleitoral durante a longa permanência à frente da Presidência do Estado de Borges de Medeiros como chefe supremo dos “coronéis burocratas”. Este assegura sua eficácia através da férrea direção política, uma vez que a classe economicamente dominante permanece ligada, por várias décadas, à oposição liberal em seus bastiões rurais do latifúndio pastoril”. TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Isabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ediufrgs/Sulina, 1991, p. 65.

Partido Republicano Liberal (PRL)⁸⁰ e que fora deposto por Vargas da interventoria as vésperas do Estado Novo; Osvaldo Aranha – ex-ministro das Relações Exteriores – e Borges de Medeiros que fora governador do Estado de 1902 até 1928.⁸¹

Osvaldo Aranha e Flores da Cunha desempenharam significativo papel na organização da UDN nacional e coube a Flores da Cunha a tarefa de estruturar o partido em nível estadual. Osvaldo Aranha concentrava-se na política nacional, na capital do país. Também se juntaram a UDN - assim como em nível nacional - elementos da Esquerda Democrática (ED) liderados, no Rio Grande do Sul, pelo ex-libertador e reformista social Bruno de Mendonça Lima. “Mas a aliança com os caciques da UDN duraria pouco: A ED gaúcha romperia com o partido em 1946 e tentaria concorrer às eleições estaduais de 1947 [...]”.⁸²

Em julho de 1945, reuniram-se as lideranças locais antivarguistas: Raul Pilla, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, para constituírem a junta estadual da UDN. Resultando, deste encontro, o manifesto das oposições coligadas: PRR, PRL e Partido Libertador (PL). Entretanto, as três correntes continuam a formação de seus diretórios por todo o Estado.

Segundo Bodea,

Mais grave para os destinos da UDN gaúcha do que a ruptura com a ED local seria, entretanto, um outro fenômeno político de características essencialmente regionais: a obstinação do líder maragato Raul Pilla em recriar o tradicional Partido Libertador (PL). Pilla havia assinado, ao lado de Flores, Aranha e Borges, o manifesto nacional de apoio à candidatura de Eduardo Gomes. Na fase de estruturação recusou-se, no entanto, a ingressar na UDN, então chefiada, ao nível regional, pelo seu velho rival, general Flores da Cunha. Com tenacidade e forte carisma pessoal Pilla conseguiu registrar a velha sigla PL [...]⁸³

⁸⁰ “[...] A partir de 1932, haverá um breve período tripartidário, quando o interventor Flores da Cunha decide organizar um novo partido hegemônico para dar-lhe sustentação política, o Partido Republicano Liberal (PRL), cuja forma de organização a partir da classe dirigente do Estado será o modelo da criação, por Vargas, do Partido Social Democrático (PSD)”. TRINDADE; NOLL, Op. Cit., p.65.

⁸¹ “Não obstante o peso dessas importantes lideranças, o partido não conseguiu atrair grandes contingentes eleitorais para suas fileiras, talvez porque o momento político possibilitasse um leque maior de opções com roupagens diferenciadas das práticas políticas já implementadas por esses líderes”. FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira. O sistema partidário a redemocratização (1945-1964). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4, p. 62.

⁸² BODEA, Op. Cit., p. 18.

⁸³ Idem, p. 18.

Em setembro de 1945, a UDN obteve o registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dando oportunidade para que, no mês de outubro, o PRR e o PRL também ingressassem nos quadros udenistas. Em seguida, ambos os partidos e suas dissidências restabeleceram novamente unidade, porém fundidos sob um novo partido nacional: a UDN.

2. 3. Partido Libertador

O PL teve como figura exponencial Raul Pilla, veterano do Partido Libertador e opositor direto de Getúlio Vargas desde outubro de 1937. Pilla foi, em 1945, um dos primeiros a declarar apoio à candidatura udenista do brigadeiro Eduardo Gomes. No contexto da democratização, o líder libertador foi o principal responsável pela articulação do partido.

De acordo Bodea,

O PL era um partido essencialmente gaúcho e ocupou, no cenário local, uma boa fatia do espaço que, em nível nacional, seria ocupado pela UDN. Tratava-se de um partido elitista, liberal, visceralmente antigetulista, que transformaria a luta pelo parlamentarismo na sua principal plataforma doutrinária. Ao nível regional, o PL levava uma grande vantagem sobre a UDN: era portador de uma longa tradição política, cultural e até militar (As Guerras Cívicas de 1893-95 e 1923) que remontava aos federalistas dos anos 1890 e aos libertadores da era Borges de Medeiros (1903-1928). Com este cacife, o PL suplantara a UDN em força eleitoral já a partir das eleições estaduais de 1947.⁸⁴

Além de marginalizar a UDN no Rio Grande do Sul, por concentrar o liberalismo regional, o PL também atraiu intelectuais urbanos, de tradição católica, o que foi determinante, concernente ao retardamento da fundação do Partido Democrata Cristão (PDC) no Estado, somente em 1954.⁸⁵ Apesar de Pilla ter constituído, com líderes do PRR e do PRL, a junta estadual da UDN, no mês de agosto de 1945, o PL realizou um Congresso no município de Bagé, no qual Pilla foi eleito presidente do partido. Posteriormente, obteve o registro como partido nacional e o PL aliou-se à UDN na eleição de Eduardo Gomes, porém declarou manter sua individualidade partidária.

⁸⁴ BODEA, Op. Cit., p. 18.

⁸⁵ TRINDADE; NOLL, Op. Cit., p. 68.

2. 4. Partido Social Democrático

O PSD, fundado em 17 de julho de 1945, começou a ser organizado inicialmente nos estados, sob a liderança dos interventores, congregando prefeitos, membros da administração estadual e outras forças que apoiavam o governo estadonovista, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos e outros. A sua base é predominantemente rural e o seu perfil eminentemente conservador e nada reformista, quer no sentido político-administrativo, quer no social.⁸⁶

De acordo com Oliveira,

A política continuou a ser concedida como um jogo entre elites, só que agora submetido ao julgamento do sufrágio universal, excluídos os analfabetos. A existência de eleições tem sido objeto de inúmeras discussões. As afirmações de que eleições significam um mecanismo de escolha de políticos ou mecanismo de seleção de políticos têm variado na teoria democrática. Mas, independente do significado do processo eleitoral, é preciso lembrar que a franquia democrática não ensejou governos da classe trabalhadora, nem mesmo nas sociedades mais próximas e uma divisão bipolar de classes. No caso específico do Brasil de 1945, distante desta situação bipolar, com marcada divisão de interesses regionais e setoriais, o papel de conciliação do PSD, não só aparece ser o resultado da análise *ex post facto*, mas é também assumida pelo que poderíamos chamar de “filosofia” do partido. O pressuposto de não-defesa de interesse de uma só classe aparece no próprio programa que explicita que o PSD objetiva a efetiva e permanente colaboração entre o capital e o trabalho, no sentido da paz social.⁸⁷

O programa do PSD, de 1945, procurava entremear os direitos fundamentais do homem e a prática da democracia através de detalhadas propostas concernentes à administração geral e financeira, organização social, economia nacional, trabalho e previdência, saúde e assistência, educação e cultura, transporte, comunicações e relações exteriores. Além disso, enfatizava a prática democrática por meio da conscientização do povo em relação à democracia e o respeito aos preceitos constitucionais.

No que diz respeito às diretrizes gerais da economia nacional, o respectivo Programa elucidava a intervenção estatal de forma direta ou indireta para promover o desenvolvimento econômico no país. Contudo, é reconhecida a liberdade da iniciativa

⁸⁶ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Omega, 1974, p. 86-87.

⁸⁷ OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. O Partido Social Democrático (PSD). In: FLEISCHER, Op. Cit., p. 111.

privada, bem como o incentivo da entrada de capitais estrangeiros. Em suma, procurou demonstrar diretrizes sistemáticas de incentivo e desenvolvimento da indústria, da agricultura, do comércio e do cooperativismo.

Conforme Chacon,

O discurso político, predominantemente liberal no Império e na Primeira República, social na Segunda e autoritária na Terceira, tornava-se estatal na Quarta. A longa e pormenorizada ênfase nos planos administrativos e a superficial e mera esperança na formação de consciência democrática e vigilante espírito constitucional, onde não falta o conselho paternalista final de bom comportamento, sem propor como o Estado seria democratizado e não só tornado mais eficiente e mais social, revelam a tendência da época. Por exemplo, reivindicação de vários direitos dos trabalhadores, porém, nenhuma referência aos sindicatos. Idem quanto aos estudantes e professores, denotando absoluta subestimação das instituições intermediárias, cerne da sociedade civil perante e sobre o Estado. Só a este, dirigido por uma elite iluminada (“esclarecida”, como então se dizia) competiria efetuar mudanças. Tudo, portanto, de cima para baixo: mais uma versão da “revolução conservadora”, com “ditadura republicana” fascinado Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Floriano Peixoto, Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas, na vertente sempre autoritária, embora social. O vezo tradicionalista continuou no programa seguinte do PSD, em 1946.⁸⁸

Getúlio Vargas, quando fundou o PSD, em 1945, reuniu, nesse partido, os interventores estaduais, nomeados durante o Estado Novo. Essas lideranças eram representantes de grupos ligados aos poderes locais de cada estado. No Rio Grande do Sul, o partido também iniciou a sua organização a partir da máquina administrativa estadual e municipais.

Segundo Lisandre Medianeira Oliveira,

A mobilização das forças governistas por parte do PSD foi garantida porque, durante o Estado Novo, as bases sócio-econômicas que apoiavam o regime permaneceram associadas ao poder oligárquico, e não se destruiu o poder estabelecido, nem em nível municipal, nem estadual, o que facilitou a estruturação do partido.⁸⁹

Entre as principais lideranças pessedista, na fase inicial de estruturação partidária, destacaram-se Protásio Vargas – irmão de Getúlio -, o interventor Ernesto Dornelles, Walter Jobim – que fora Secretário Estadual de Obras durante um

⁸⁸ CHACON, Op. Cit., p. 160.

⁸⁹ OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Tese). Porto Alegre, 2008, p. 44.

significativo período no Estado Novo – e Oscar Carneiro da Fontoura. Contudo, no Rio Grande do Sul, o PSD não foi organizado pelo interventor, mas por uma pessoa de grande projeção política e de ligação direta com a interventoria: Cylon Rosa – Secretário Estadual do Interior nos anos 1944-1945 – que articulou o partido em nível tanto nacional quanto estadual.

No mês de junho foi formada a comissão diretora do PSD rio-grandense composta por: Protásio Vargas – na presidência -, Walter Jobim, José Diogo Brochado da Rocha, Cylon Rosa, Oscar Fontoura, Osvaldo Vergara e José Coelho de Souza. A comissão pessedista congregou, em sua composição, a confluência de três diferentes origens partidária anteriores ao Estado Novo. “José Diogo e Osvaldo Vergara, provêm do Partido Republicano Rio-Grandense. Protásio Vargas, José Coelho de Souza e Cylon Rosa pertenciam à dissidência de abril de 1937 do Partido Republicano Liberal. Jobim e Oscar Fontoura provieram do Partido Libertador”.⁹⁰

No Rio Grande do Sul, um mês após ter sido formada a comissão diretora estadual pessedista, o partido já contava com aproximadamente dez diretórios municipais distribuídos por diversas zonas do estado. O PSD tornava-se o partido com maior organização no período. Em julho, o PSD realizou, em Porto Alegre, a primeira convenção estadual do partido, onde lançou, oficialmente, a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República e de Walter Jobim para o governo estadual.

Bodea, assim analisa as implicações da convenção estadual do PSD:

Nesta convenção começa a se delinear [...] o primeiro esboço de um conflito que afetaria profundamente o futuro do PSD gaúcho: o choque entre líderes políticos tradicionais e “elitistas” como Walter Jobim, Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa de um lado e líderes getulistas de massa, de estilo “populista” do outro. A expressão máxima destes últimos era José Diogo Brochado da Rocha, ex-diretor da Viação de ferroviários gaúchos. Na primeira convenção estadual do PSD, José Diogo enfrentou e desafiou os próceres pessedistas tradicionais com um estilo político distinto, caracterizado por um apelo à mobilização de massas impregnado de uma tônica social-reformadora e antielitista. No choque entre estes estilos de liderança, Protásio Vargas manteve-se prudentemente equidistante. O conflito prenunciava, no entanto, uma fissura política de sérias conseqüências na história subsequente do PSD gaúcho, que se manifestariam já a partir de 1946. Mas o resultado mais imediato do conflito na convenção de julho de 1945 foi a criação da chamada ala trabalhista do PSD, germe, na verdade, da futura articulação do Partido Trabalhista Brasileiro [...].⁹¹

⁹⁰ ALBERNAZ, Op. Cit., p. 108.

⁹¹ BODEA, Op. Cit., p. 19.

2. 5. Partido Trabalhista Brasileiro

O PTB, fundado em 15 de maio de 1945, reuniu, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, basicamente operários urbanos e sindicatos. De acordo com Bodea, o respectivo partido surgiu “Devido ao descontentamento dos setores operários urbanos – vinculados à estrutura sindical criada no Estado Novo – e também graças à visão de Vargas da necessidade de mobilizar o voto de massas urbano em torno de uma legenda específica [...]”.⁹² Em princípio, o partido buscou atender dois objetivos principais: defender o conjunto da legislação trabalhista na nova ordem democrática e servir para conter o ingresso da massa operária urbana nas fileiras do PCB.⁹³

Conforme Moniz Bandeira,

O PTB, ao contrário do que muitos imaginam, não surgiu de cima para baixo, por uma simples determinação de Vargas. Por volta de 1932, no Rio de Janeiro, já existia um grupo que se intitulava Partido Trabalhista do Brasil, e outros apareceram, antes e depois, com o mesmo nome, através de vários Estados [...] em 1937, durante a campanha eleitoral para a Presidência da República, Vargas mobilizou diversos dirigentes sindicais, entre eles alguns líderes da União Sindical, para organizar o Partido Nacional do Trabalho, nos moldes do trabalhismo inglês [...] Porém, diante da perspectiva de retomada do poder pela oligarquia cafeeira de São Paulo, através das eleições, e do agravamento da crise econômica e financeira, Vargas voltou-se para a direita, precipitando o golpe de Estado [...]⁹⁴

Na realidade, a gênese petebista esteve permeada pela influência de Getúlio Vargas. O discurso oficial do partido estava estruturado na defesa de um modelo de desenvolvimento estatizante, buscando atrair a “burguesia nacional”. O Programa do PTB, de 1945, partia do pressuposto do “reexame da Constituição” estadonovista, isto é, sem modificar as linhas gerais da respectiva Constituição. Logo reapareciam os contornos do Partido Trabalhista, idealizado por Vargas desde 1937, quando propôs anistia aos próceres da Aliança Nacional Libertadora com o intuito de atraí-los. O PTB

⁹² BODEA, Op. Cit., p. 15.

⁹³ DELGADO, Lucilia de Almeida Delgado. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 143.

⁹⁴ BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 31-32.

procurava estabelecer um partido sindical verticalista utilizando até mesmo o discurso corporativo.⁹⁵

O PTB, criado para ser popular e nacionalista, defendia um formato intervencionista estatal. O Partido, também criado por Getúlio Vargas, ainda no Estado Novo, conseguiu significativa afirmação nas eleições de 1945. Basicamente devido ao “carisma” de sua maior liderança, conseguiria ultrapassar os comunistas, bem como seria o fiel da balança das eleições.⁹⁶

Em oposição à UDN, o PTB avaliava que a iniciativa privada deveria ser supletiva, concernente a ação estatal, dando ênfase à planificação econômica, atingindo os setores produtivos do país através da orientação, intervenção ou gestão governamental. Além disso, os petebistas priorizavam a indústria nacional e propunham uma legislação de proteção aos monopólios. Outros aspectos significativos do Programa de 1945 foram a defesa do direito de greve e a diferenciação entre greve legal e ilegal, bem como manter a legislação trabalhista estendendo-a aos trabalhadores rurais. “[...] a legislação trabalhista estender-se-á ao trabalho rural, a fim de evitar o êxodo das populações campesinas”.⁹⁷

No Rio Grande do Sul, a formação do Partido ocorreu na segunda metade de 1945 e, diferentemente dos partidos já mencionados, o PTB estadual não pode ser descrito somente a partir das clivagens elitizadas da política estadual. Bodea define o respectivo partido através da confluência de três vertentes distintas: a corrente sindicalista, a corrente doutrinário-pasqualinista e a corrente pragmático-getulista.⁹⁸ No presente capítulo abordam-se as duas primeiras, pois a terceira será analisada no capítulo subsequente, uma vez que esta é fundamental para contextualizar as eleições de janeiro de 1947.

O PTB, neste Estado, foi fundado em 14 de setembro de 1945 e seus membros fundadores já haviam participado de algum movimento político ainda no primeiro semestre daquele ano, isto é, o movimento quemista e ala trabalhista do PSD. A corrente sindicalista originou-se, sobretudo, na chamada ala trabalhista do PSD rio-grandense, sendo a composição da comissão executiva do PTB formada, em grande,

⁹⁵ CHACON, Op. Cit., p. 181.

⁹⁶ GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, 2007, v. 2, p. 62.

⁹⁷ CHACON, Op. Cit., p. 469.

⁹⁸ Idem, p. 20.

parte por membros quememistas pessedistas, dos quais se destacavam José Vecchio, Sílvio Sanson e Zilmar Vasconcellos.

De acordo com Albernaz,⁹⁹ a gênese petebista estadual esteve permeada pelo quememismo.¹⁰⁰

[...] O partido, pelo menos no Rio Grande do Sul, foi fundado exclusivamente por ativistas quememistas, na maioria presidentes de sindicatos. Vecchio organizou o PTB em Porto Alegre, enquanto Sílvio Sanson, primeiro presidente da organização e defensor intransigente do projeto de que no partido só entrassem trabalhadores, excluindo a participação de bacharéis e políticos profissionais, se encarregou de estruturar o partido no interior do estado. Essa orientação de Sílvio Sanson acaba sendo derrotada, pois Vecchio entendia da necessidade do PTB gaúcho se abrir a algumas autoridades políticas como, por exemplo, Alberto Pasqualini, que logo vai se apresentar como uma liderança nacional do PTB.¹⁰¹

A corrente doutrinário-pasqualinista tem origens distintas. *Grosso modo*, tratava-se de bacharéis e profissionais liberais unidos em torno das ideias políticas e sociais do advogado Alberto Pasqualini. Oriundo do antigo PL, Pasqualini foi eleito vereador em Porto Alegre no ano de 1935, ocupou a Secretaria do Interior e Justiça na Interventoria Ernesto Dornelles (1943/1944), dela demitindo-se em 23 de julho de 1943, por incompatibilidade com as práticas estadonovista. Contudo, Pasqualini se posicionava em favor da legislação trabalhista e das ações de cunho social implementadas nos governos de Getúlio Vargas.

Alberto Pasqualini foi um dos grandes pensadores petebistas. Tanto ele quanto Vargas devem ser encarados como agentes de uma “divisão de tarefas” no seio do PTB. Antes de se contraporem, compunham uma “complementariedade conflitiva” em três níveis: primeiro, Vargas seria o expoente de um “projeto político nacional”, enquanto

⁹⁹ Segundo este autor o quememismo surgiu no Rio Grande do Sul, ou seja, a respectiva afirmativa contesta estudos específicos do quememismo de autores como Edgar Carone e Jorge Ferreira. Ver: ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Em busca da cidadania política: o quememismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Dissertação). Porto Alegre, 2006.

¹⁰⁰ “O quememismo surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas. Mais adiante, o quememismo evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembléia Constituinte. Tratou-se da percepção de que, para além da pessoa de Vargas, havia outras formas de luta [...] O resultado final foi a institucionalização do movimento em um partido de trabalhadores o PTB [...] Resgatando crenças, idéias, tradições, sensibilidades e valores políticos presentes entre os trabalhadores, antes e depois de 1930, e “dialogando” com eles, o quememismo mobilizou-se como classe social, com consciência de sua identidade coletiva.” FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento quememista. In: FERREIRA; DELGADO, Op. Cit., p. 43-44.

¹⁰¹ ALBERNAZ, Op. Cit., p. 140.

Pasqualini, o articulador do “projeto de construção” petebista; segundo, Vargas seria o líder político em nível nacional e Pasqualini seria o líder regional; terceiro, no próprio partido, Vargas seria o “estrategista político” e Pasqualini, o “doutrinador e teórico”.¹⁰²

As origens relacionadas com o mundo colonial italiano e a formação cultural permeada pelos valores do catolicismo pregados pela Igreja Católica influenciaram o pensamento pasqualinista. Portanto, as influências, sobretudo da doutrina social da Igreja Católica¹⁰³ aliadas a uma predisposição de origem social serviram de referências concernentes às ideias político-partidárias de Pasqualini. Em suma, ele defendia o sistema capitalista, desde que fosse dirigido para o bem coletivo, pois via a possibilidade de um capitalismo solidário e humano baseado na cooperação.¹⁰⁴

De acordo com Grijó,

Ele sustentava a necessidade da “justiça social”, a qual não seria alcançada pelo conflito entre grupos ou classes nem pelo embate ideológico, mas somente pela conversão dos “capitalistas” aos princípios humanistas e cristãos do “solidarismo”. Assim, a “exploração” cessaria, pois os rendimentos do trabalho social não seriam apropriados individualmente como “lucro”, mas teriam uma destinação coletiva. Os proletários obteriam “justa retribuição” por seu trabalho e, com condições adequadas de vida material, poderiam usufruir os benefícios da “civilização moderna”, entre eles o acesso ao consumo de bens e serviços, sobretudo a educação. A função maior do Estado nesse “sistema” seria o de distribuidor. Com os recursos auferidos pelos impostos e tributos, se responsabilizaria por atividades que não fossem de interesse ou da possibilidade da iniciativa privada solidarista, como certas obras e empreendimentos de necessidade pública. O Estado seria ainda encarregado da distribuição de crédito facilitado para aqueles que precisassem, principalmente aos proletários, carentes de crédito habitacional, por exemplo, e aos pequenos produtores rurais, necessitados de crédito para mecanização e modernização de suas atividades. Ainda a respeito do campo, Pasqualini defendia a extensão da legislação trabalhista ao mundo rural.¹⁰⁵

A doutrina social da Igreja Católica e um vasto conhecimento histórico, sociológico e jurídico compõem as fontes do pensamento pasqualinista. Pasqualini foi

¹⁰² BODEA, Op. Cit., p. 139-77.

¹⁰³ A Igreja Católica com o desenvolvimento do sistema capitalista procurou elaborar sua própria doutrina social. A doutrina da Igreja procurou encontrar alternativas para superar os conflitos entre as classes sociais. As encíclicas, grosso modo, propunham: a aproximação entre patrões e empregados, um salário mínimo digno e uma relação humana entre as classes. A doutrina defendia a propriedade privada e rejeitava diretamente o socialismo e o comunismo. FOYACA, C. *As encíclicas sociais*. Rio de Janeiro: Agir, 1967, p. 50.

¹⁰⁴ PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Olympia, 1958, v. 1, p. 75.

¹⁰⁵ GRIJÓ, Luiz Alberto. *Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo*. In: FERREIRA; REIS, Op. Cit., p. 96.

um dos raros políticos no país que tiveram como preocupação buscar uma sustentação teórica para as posições assumidas por ele, pelos correligionários e pelo partido.

O pensamento pasqualinista permeou a criação da União Social Brasileira (USB), fundada em 1945, dois dias após a criação do PTB. Além de Pasqualini, escolhido presidente do movimento, fizeram parte, da USB, futuras lideranças petebistas como Egydio Michaelson, João Caruso Scuderi, Aníbal di Primo Beck, entre outros.

O seu manifesto-programa, de 15 de setembro de 1945, estava baseado no princípio “solidarista” visando à superação do “capitalismo individualista”. Para Pasqualini, “O programa da USB assenta, pois, no princípio da propriedade privada dos meios de produção, com limitações exigidas pelos interesses coletivos. Preconiza, porém, a socialização de uma parcela dos lucros”.¹⁰⁶

Entre outros aspectos abordados, destacam-se: a ampliação do mercado interno, a mais ampla autonomia sindical, a mortalidade infantil, a tuberculose, a integração das massas rurais na vida econômica do país, o financiamento para a construção de moradias, etc. Além disso, a USB pronuncia-se a favor da democracia baseada nos direitos fundamentais do homem, no sufrágio secreto com representação proporcional e na autonomia sindical.

No que diz respeito ao pleito presidencial de 2 de dezembro de 1945, a disputa direta entre o PSD e a UDN, Pasqualini peremptoriamente se mantém equidistante: “Quando me interpelam com quem ficará a USB se com o candidato do oficialismo ou com da oposição, teria vontade de responder que, sendo o nosso partido um partido do povo, só poderá ficar com o povo”.¹⁰⁷

Vecchio ficou com a incumbência de aproximar o PTB e a USB, mas somente após do golpe de 29 de outubro de 1945, contra Vargas, é que ocorreu a assinatura do Termo de Compromisso Político entre PTB e USB, assinado por Sanson e Pasqualini. O compromisso tornou-se público e as suas linhas gerais versavam sobre a cooperação através de uma frente única concernente à política estadual tendo como premissa os interesses dos trabalhadores.

¹⁰⁶ PASQUALINI, Alberto. Manifesto-Programa da União Social Brasileira. In: SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini Obra Social & Política: Bases do Trabalhismo (1929-1945)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1994. v. 1, p. 399.

¹⁰⁷ PASQUALINI, Alberto. Discurso de Instalação da União Social Brasileira. In: SIMON, Op. Cit., p. 413.

A relação entre o PTB e a USB convergiu para a fusão organizativa entre ambas as correntes no ano de 1946, sob a sigla PTB. Muitos intelectuais da USB foram absorvidos para os quadros petebistas, enquanto o núcleo da USB mantinha significativa hegemonia doutrinária no partido. Todavia, permaneceram conflitos internos no partido.

Para Bodea,

De fato, a integração da USB no PTB gaúcho daria a ele um caráter bastante distintivo no seio do PTB nacional: era a única seção que absorveria um movimento de esquerda – claro que reformista, mas portador de um certo grau de elaboração doutrinária. A USB ocupava, de fato, pelo menos uma parcela do espaço político reservado à Esquerda Democrática em estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Tratava-se de uma esquerda democrática que optou por integrar-se no PTB e não na UDN, ao contrário do que ocorria em nível nacional. Ao nível regional, a consequência disto seria dupla: por um lado, o PTB adquire, desde o início, uma conotação de “partido de esquerda” e não apenas “partido popular” ou simplesmente “legenda popular” como tendia a ser nos estados do centro do país. Por outro, sobrava pouco espaço para o Partido Socialista Brasileiro no Rio Grande do Sul.¹⁰⁸

2. 6. Partido Comunista Brasileiro

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), seção rio-grandense, de curta vida legal, foi oficialmente reinaugurado no dia 30 de julho de 1945, com a presença de seu Secretário Nacional de Divulgação do Partido, Maurício Grabois e da delegação de comitês municipais rio-grandenses. O PCB possuía comitês municipais em 18 municípios, em geral nos centros urbanos com maior concentração operária.

No ano de 1945, o PCB defendeu uma candidatura civil à Presidência da República, lançada na segunda quinzena de novembro, quando deposto Vargas e, conseqüentemente, abandonando o lema “Constituinte com Getúlio”. O PCB lançou, oficialmente, Yedo Fiúza à candidatura presidencial. No Rio Grande do Sul, os comunistas enfrentaram uma ferrenha oposição de seus adversários, bem como da Igreja Católica, através da atuação da Liga Eleitoral Católica (LEC).¹⁰⁹

¹⁰⁸ BODEA, Op. Cit., p. 28.

¹⁰⁹ A LEC exigia aos candidatos e partidos que não colaborassem com o comunismo nem nomeasse seus adeptos para qualquer cargo de direção no estado. Eram publicadas na imprensa listas de candidatos que se comprometiam com os postulados católicos. Contudo, faltam pesquisas para analisar até que ponto o apoio da LEC revertia em votos. RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é Vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 94.

De acordo com Soares,

A situação político-partidária, depois de muitos anos de ditadura, caracterizava-se pela existência de um só partido efetivamente nacional dotado de uma ideologia consistente: o Partido Comunista Brasileiro, fundado em março de 1922, que soube manter mesmo durante a ditadura, uma estrutura organizacional ancorada nas capitais e nas principais cidades.¹¹⁰

2. 7. Partido de Representação Popular

O Partido de Representação Popular (PRP), herdeiro da Ação Integralista Brasileira (AIB), cuja figura política exponencial fora Plínio Salgado, teve forte penetração nas regiões de colonização alemã e italiana, ou seja, a zona colonial em que predominavam as pequenas e médias propriedades rurais. O PRP estadual contava com expressivo apoio de parte significativa do clero das paróquias rurais, porém a hierarquia eclesiástica se inclinava para o PSD.

De acordo com Bodea,

“[...] Apesar de seu latente sentimento antioligárquico e antiimperialista, potencialmente apto a resvalar para alianças “populistas”, o clero local dedicava uma boa parcela de suas simpatias ao PRP, graças ao zelo com que este fechava o mundo rural ao “comunismo” e às novas idéias”.¹¹¹

Às vésperas dos pleitos de 1945, o panorama político no Rio Grande do Sul estava constituído da seguinte maneira: os partidos de caráter antigetulista - a UDN e PL -, os partidos favoráveis a Getúlio Vargas - PSD e PTB -, uma incipiente Esquerda Democrática e mais o PCB e o PRP que completavam o cenário eleitoral estadual.

2. 8. O ensaio eleitoral: as eleições de 1945 à Presidência da República no Rio Grande do Sul

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o PSD foi o grande favorecido em todos os níveis de disputa. A vitória expressiva alcançada pelo PSD em nível nacional, também se refletiu no Rio Grande do Sul. O apoio de Getúlio Vargas, ainda que tardio,

¹¹⁰ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 65.

¹¹¹ BODEA, Op. Cit., p. 20.

ao candidato pessedista, Eurico Gaspar Dutra, garantiu que este vencesse o candidato udenista, Eduardo Gomes. O candidato do PCB, Yedo Fiúza ficou em terceiro lugar. Cabe ressaltar que a campanha de Eduardo Gomes foi intensamente acompanhada pela imprensa, à qual se deve a construção de uma imagem positiva do candidato udenista. Os Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, patrocinaram a respectiva campanha em todo país, sendo que Chateaubriand envolveu-se diretamente na disputa eleitoral através de avultados artigos favoráveis ao candidato presidencial da UDN. Contudo, não o suficiente para determinar vitorioso resultado nas urnas.¹¹²

Tabela 1 – Eleições para a Presidência da República no Rio Grande do Sul em 2/12/1945

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
Eurico Gaspar Dutra	PSD	444.517	71.50
Eduardo Gomes	UDN-PL	110.444	17.54
Yedo Fiúza	PCB	50.200	8.02
Mário Rolim Telles	-	341	0.05
Branco	-	15.001	2.39
Nulos	-	2.337	0.37
TOTAL		625.840	100

Fonte: CÂNEPA, Op. Cit., p. 111.

O apoio de Vargas ao candidato Dutra ocorreu após um acordo das direções nacionais do PSD e do PTB, no qual, entre outras coisas, Dutra comprometera-se apoiar o programa petebista, bem como reconhecer a legislação trabalhista vigente. É provável que Vargas acabou apoiando Dutra, exclusivamente, para evitar o mal que seria ver a UDN apossar-se do governo federal, legitimada, ainda por cima, pelo voto popular.

Os resultados das eleições demonstraram a força política de Getulio Vargas, pois se elegeu senador pelo PTB de São Paulo e pelo PSD do Rio Grande do Sul. Além disso, foi eleito deputado federal em seis estados e no Distrito Federal. Portanto, a

¹¹² BENEVIDES, Op. Cit., 1981, p. 46.

eleição majoritária – Presidência e Senado – representou uma vitória pessoal de Vargas no estado, confirmando o seu prestígio popular.

Segundo Carlos Cortés,

A eleição de 1945 revelou dois fatos políticos. O eleitorado rio-grandense rejeitou, enfaticamente, a tentativa dos velhos caciques políticos de restabelecer sua dominação estadual. Mais importante, o Rio Grande do Sul se revelou um domínio de Vargas; suas forças mantiveram um indiscutível controle sobre o estado. Pelo menos por enquanto, o antigetulismo não atraía o eleitor gaúcho.¹¹³

O fraco desempenho do PTB nas respectivas eleições está vinculado diretamente a dois fatores fundamentais: o relativo desinteresse de Pasqualini e seus seguidores da USB nas eleições nacionais e a não receptividade dos trabalhistas diante da candidatura pessedista de Dutra. Os membros petebistas originários da União Social Brasileira estavam com os interesses voltados para a promoção de Pasqualini ao governo estadual, e mantinham aversão a candidaturas militares à Presidência.

Para Bodea,

Com a abstenção eleitoral da USB, a hostilidade dos líderes sindicais em relação à Dutra, o não envolvimento ativo do PTB gaúcho na campanha presidencial e uma nominata de candidatos desconhecidos do eleitorado – à exceção do próprio Getúlio, incluindo como candidato a deputado federal – o PTB teria poucos resultados neste primeiro teste eleitoral. Além dos fatores já aludidos acima, adicionava-se outra dificuldade tática insuperável: Getúlio aceitara concorrer para o senado na chapa do PSD. Isso inviabilizava candidaturas senatoriais do PTB. Como concorrer contra aquele que era considerado o mentor e líder de fato do novo partido? Nem mesmo Pasqualini estava disposto a correr tal risco. A consolidação do partido, em termos eleitorais, teria de esperar pelas eleições estaduais.¹¹⁴

Para o PSD as eleições representaram a hegemonia política em âmbito estadual. Tanto o apoio de Vargas, com a candidatura ao senado, pela legenda pessedista, quanto à estrutura das interventorias podem explicar o sucesso do partido. Enquanto o PTB recebeu somente o quarto lugar em número de votos no estado, ficando atrás da UDN e do PL. Já, o desempenho comunista ficou um pouco atrás do PTB e o PRP, com quociente eleitoral insuficiente, não elegeu representantes.

¹¹³ CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007, p. 188.

¹¹⁴ BODEA, Op. Cit., p. 33.

Essa breve análise sobre as eleições de 1945 é premissa básica para a compreensão dos resultados eleitorais das eleições estaduais de 1947, estudadas no capítulo subsequente, pois a máquina governamental e a estrutura das interventorias, bem como o incipiente desenvolvimento do PTB no interior do Rio Grande do Sul tornaram-se fatores determinantes no pleito de dezenove de janeiro de 1947.

3. Relações de poder e dominação: os enfrentamentos político-eleitorais entre o PSD e o PTB nas eleições de 1947 e 1950

Neste capítulo, se analisará a disputa eleitoral entre pessedistas e petebistas, através dos modos de operação da ideologia, para governador do Rio Grande do Sul, tendo o jornal Diário de Notícias como fonte de pesquisa. Serão abordadas as campanhas eleitorais de 1947 e 1950, alguns aspectos dos respectivos governos estaduais de Walter Jobim e Ernesto Dornelles, bem como estudados eixos temáticos que permearam essas disputas entre o PSD e o PTB nas referidas eleições.

3. 1. Walter Jobim (PSD/PRP/PCB) e Alberto Pasqualini (PTB): as eleições estaduais de 1947

As eleições de 1947 foram realizadas para os cargos de governador do Estado, senador e deputado estadual. Foram lançadas três candidaturas para os pleitos majoritários ao governo estadual: Walter Jobim, apoiado pela coligação PSD/PRP/PCB; Alberto Pasqualini pelo PTB e Décio Martins Costa com o apoio da UDN/PL. Ressalta-se que, a partir desta eleição, consolidou-se a disputa entre o PSD e o PTB no Rio Grande do Sul.

Walter Jobim havia sido lançado candidato ao cargo de governador do Estado pela convenção pessedista desde julho de 1945, sendo que Getúlio Vargas comprometera-se com a respectiva candidatura em novembro daquele ano. Não obstante, Vargas procurou fortalecer o PTB regional com o intuito de consolidar um partido alternativo ao PSD. Para isso, delegou ao político Loureiro da Silva a incumbência de reestruturar o PTB regional e incentivou o ingresso de alguns políticos pessedistas para os quadros petebistas.

Apesar do crescimento do PTB, Vargas posicionou-se a favor de uma aliança PSD/PTB, por ser contrário a uma eventual candidatura própria por parte dos petebistas. Porém, a dinâmica estadual foge ao controle estrito de Getúlio Vargas. Além do crescente apoio à candidatura de Pasqualini - *a priori* lançada pela USB - também se evidenciou a ojeriza da ala trabalhista do PTB em relação ao PSD, sobretudo em relação às medidas repressivas do governo Dutra contra as greves e os movimentos sindicais.

Em novembro de 1946 ocorreu a fusão definitiva USB-PTB em torno da candidatura Pasqualini.¹¹⁵

3. 2. A campanha eleitoral do PTB e PSD

Getúlio Vargas – então senador pelo PSD-RS – foi convidado para presidir a convenção estadual do PTB nos dias 11 e 12 de novembro de 1946, tendo a difícil tarefa de lançar a candidatura Pasqualini ao cargo de governador do Estado. Apesar do caráter ambíguo de Vargas referente às candidaturas para o cargo majoritário estadual, no decorrer da campanha ocorreu a definição em favor de Pasqualini em detrimento de Walter Jobim.

Já na posição de candidato ao governo estadual pelo PTB, Alberto Pasqualini expôs sua plataforma de governo. Em primeiro lugar deixou claro que o “trabalhismo” não é antagônico ao capitalismo, pois é a favor do capital privado. Contudo, refutou o “capitalismo individualista” que explora a maioria da população e beneficia uma minoria “parasita”. Entre o capitalismo individualista e a supressão do capital privado, há uma posição intermediária: o “solidarismo”, permeado pelo sentimento cristão que almeja a “justiça social”. Para tanto, é fundamental a atuação do Estado. Pasqualini abordou os problemas da habitação e da educação no Estado, as carências dos trabalhadores urbanos e rurais, bem como a necessidade de ampliar as garantias do funcionalismo público.¹¹⁶

A candidatura petebista e a união da UDN-PL em torno do candidato Décio Martins Costa fizeram com que o PSD buscasse novas alianças e conseguiram o apoio de dois partidos: o PRP e o PCB.

De acordo com Bodea,

Para o PC tratava-se de combater o social-reformismo de Pasqualini e evitar, sobretudo, que o trabalhismo se consolidasse ao nível do movimento sindical gaúcho [...] o PRP, por sua vez, foi sensibilizado a entrar em acordo com o PSD por razões diametralmente opostas: tratava-se de combater o perigo “vermelho” que representaria a candidatura Pasqualini. Com forte penetração entre os pequenos e médios proprietários agrícolas das zonas de colonização alemã e italiana, o PRP ficaria encarregado de bloquear o avanço pasqualinista

¹¹⁵ CÁNÉPA, Op. Cit., p. 115.

¹¹⁶ Diário de Notícias, 12 de novembro de 1946, p. 10-14.

nas camadas médias e baixas do mundo rural, enquanto o PC procuraria dificultar-lhe a caminhada no meio operário urbano.¹¹⁷

No comício de 29 de novembro de 1946, finalmente Vargas se define em favor de Pasqualini. O discurso de Getúlio Vargas assumiu um tom agressivo, acusou o PSD de reacionário e defendeu uma postura “antiimperialista”.¹¹⁸ Em seu discurso, publicado na página político-partidária, o candidato petebista Alberto Pasqualini endossou as palavras de Vargas.

De um lado, permanecem estagnadas as águas do passado, - águas que já não logram impulsionar moinhos da opinião pública, águas que o povo já não quer mais navegar. De outro lado, está se formando a nova caudal, a caudal trabalhista, que cada dia mais cresce e cada dia mais se avoluma para constituir o grande estuário dos ideais e das esperanças de um povo.¹¹⁹

A reação pessedista foi instantânea, sendo que a Executiva do PSD sul-riograndense repeliu a atitude de Vargas e o afastou do partido. O jornal Diário de Notícias deu total cobertura ao processo de expulsão de Vargas do PSD estadual, promovido pela ala dutrista. A ruptura entre Vargas - que defendeu a manutenção de sua cadeira no Senado, uma vez que foi eleito em várias unidades da federação e sua inscrição feita pelo PSD-PTB - e o PSD local aceleraria a saída de políticos getulistas do partido, sendo que esta fora uma etapa importante de “desgetulização” nos quadros pessedistas. Após o discurso do dia 29 de novembro de 1946, Vargas se afastou da campanha eleitoral no Rio Grande do Sul e suas intervenções ocorreram somente momentos antes das eleições através do envio de mensagens de apoio a Pasqualini.

Neste momento, surgiu a terceira corrente formadora do PTB: trata-se da pragmático-getulista. *Grosso modo*, essencialmente composta por “políticos profissionais” oriundos do PSD e que passaram a fazer parte dos quadros petebistas através da influência direta ou indireta de Vargas. O processo de formação se completaria com o PSDA, pró-Vargas, em 1950, bem como a sua aliança e absorção pelo PTB, a partir daquele ano.¹²⁰

Os meses de dezembro de 1946 e janeiro de 1947 foram de efervescência na disputa eleitoral, onde os candidatos percorreram o interior do Estado objetivando

¹¹⁷ BODEA, Op. Cit., p. 39.

¹¹⁸ Idem, p. 42.

¹¹⁹ Diário de Notícias, 30 de novembro de 1946, p. 06.

¹²⁰ BODEA, Op. Cit., p. 28.

aglutinar contingentes eleitorais e a zona colonial foi o campo de batalha eleitoral na fase final da campanha política. O PTB necessitava penetrar neste eleitorado, porém a barreira formada pela aliança PSD-PRP e pelo clero católico dificultava tal empreitada.

3. 3. Vitória pessedista e crescimento petebista

Em um contexto de agitação operária e sindical que acirrava ainda mais o embate eleitoral, os resultados das urnas deram a vitória ao candidato pessedista Walter Jobim (PSD-PRP-PCB) com 41,23%, Alberto Pasqualini ficou em segundo lugar com 37,54% e em terceiro o candidato Décio Martins Costa (PL-UDN) com 18,91% dos votos.¹²¹ Mesmo assim, o pleito de 1947 demonstrou um grande crescimento do PTB como força eleitoral estadual e revelou o predomínio petebista na capital rio-grandense.

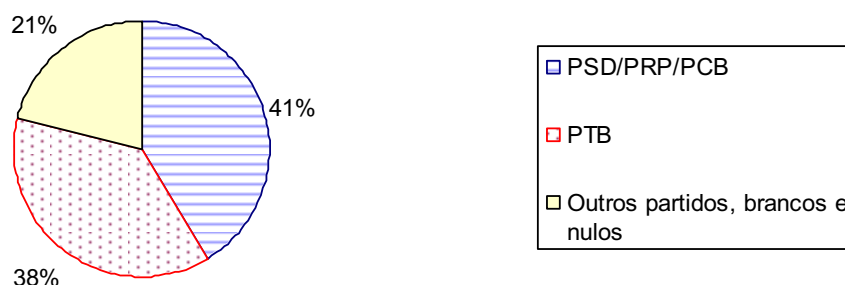
Tabela 2 – Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 19/01/47

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
Walter Jobim	PSD/PRP/PCB	229.129	41.23
Alberto Pasqualini	PTB	209.164	37.54
Décio Martins Costa	PL/UDN	105.062	18.91
Branços		10.254	1.85
Nulos		2.000	0.37
TOTAL		555.609	100

Fonte: CÁNEPA, Op. Cit., p. 117.

¹²¹ CÁNEPA, Op.Cit., p. 117.

Gráfico 1 - Polarização Partidária (1947)



Miguel Bodea cita cinco causas da derrota de Pasqualini nas eleições de 1947 para o governo do Estado. Em primeiro lugar, o apoio da máquina governamental, sob a chefia do interventor pessedista Cylon Rosa, ao candidato Walter Jobim. Em segundo, a incipiente estrutura do PTB no interior do Estado. Em terceiro, a hostilidade de setores da Igreja Católica em relação ao candidato petebista. Em quarto, a estratégica aliança do PSD-PRP nas regiões de colonização alemã e italiana, sobretudo entre os pequenos e médios proprietários agrícolas. Em quinto, a divisão do voto operário urbano provocada pelo apoio dos comunistas à candidatura do PSD.¹²²

3. 4. A contenção da pressão social nos centros urbanos: aspectos do governo Walter Jobim

Walter Jobim assumiu o governo do Estado na conjuntura da elaboração da constituinte estadual. Numa aliança entre PTB, PL e PCB, foi promulgada uma Constituição Parlamentarista. O governo entrou com recurso junto ao Supremo, alegando inconstitucionalidade do texto. O recurso foi acolhido e os artigos alusivos ao parlamentarismo foram declarados inconstitucionais. Com minoria na Assembleia Legislativa, o governo enfrentou a oposição sistemática do PL, do PTB e do PCB. Contudo, o executivo estadual não teve dificuldades quanto à aprovação de seus projetos, pois muitas questões eram vistas como consensuais para o desenvolvimento econômico estadual, do ponto de vista dos setores dominantes da política rio-grandense.

123

¹²² BODEA, Op.Cit., p. 53-55.

¹²³ CÂNEPA, Op. Cit., p. 126.

O governo Jobim estabeleceu planos para o desenvolvimento econômico regional: rodoviário, educacional, de saúde pública, de assistência social, de barragens para irrigação e de eletricidade. Tais medidas eram vistas como tentativas que objetivavam a coordenação de atividades dispersas. Usinas elétricas de cunho municipal visavam, através do Estado, produzir serviços básicos, como transportes e hidroeletricidade em maior escala e volume.

Geraldo Müller elucida algumas medidas fundamentais do governo estadual:

[...] o Departamento Autônomo de Carvão Mineral surgiu em 1947, com a finalidade de promover e estimular a produção de carvão que seria, fundamentalmente, destinado à Viação Férrea a qual se encontrava grandemente onerada pela importação de combustível e cujos custos não eram, de uma forma ou de outra, repassados nos preços dos serviços; a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) data, também de 47, e fora criada para “liberar o Estado da escassez generalizada”. De um modo amplo, pode-se asseverar que o setor industrial passou ocupar um lugar mais importante no conjunto das políticas estatais do que o até então ocupado, se bem que no quadro geral dos órgãos do Estado, as atividades agrícolas, comerciais e industriais, achavam-se reunidas numa mesma Secretaria de Estado.¹²⁴

Observa-se, no governo Jobim, a preocupação com a dinamização do mercado sob três formas diferentes. Primeira: a necessidade concernente à modernização e ampliação dos serviços de infra-estrutura – transportes, comunicação, energia elétrica, etc. Segunda: o êxodo rural e suas implicações – desemprego e crescimento das favelas. Terceira: o papel do Estado na economia frente à questão da liberdade de ação do capital privado.

O plano de eletrificação, por exemplo, pretendida facilitar e baratear a eletricidade, importante insumo industrial e também conter o êxodo rural. A carência de energia era associada a outras debilidades econômicas e à insegurança quanto à questão social. Para o governo estadual, a pressão social nos centros urbanos poderia ser evitada mediante o fomento do mercado interno rio-grandense. A indústria, como apêndice dos produtos agropecuários, deveria ser a fomentadora do mercado estadual. “O fomento do mercado interno implicava uma afirmação da democracia perante o comunismo, segundo Jobim, e de algumas correntes partidárias, comunismo esse que poderia receber a adesão das populações excedentes”.¹²⁵

¹²⁴ MÜLLER, G. Op. Cit., p. 371.

¹²⁵ Idem, p. 373.

Segundo Pesavento,

No que toca ao [...] êxodo rural – a posição do PSD era a de “conter a massa no campo”. A permanência do trabalhador no campo era, segundo a perspectiva do PSD, tanto um fator de progresso para o setor primário e, por extensão, para o secundário, quanto era um fator de estabilidade social. Em contrapartida, a evasão para as cidades era conhecida como um elemento que contribuía para a perturbação da ordem. A emergência da massa, tanto a urbana como a rural, era um dado político novo que se apresentava frente à democratização do voto. Os partidos, na sua busca de respaldo político, preocupavam-se com a presença da massa e buscavam controlá-la.¹²⁶

Do ponto de vista do governo Jobim, o desenvolvimento econômico deveria partir do incentivo à industrialização. A indústria deveria incentivar e beneficiar os produtos oriundos da agropecuária, o que demonstra a ligação direta com o ruralismo rio-grandense. Quanto à questão do capital estrangeiro, o governo estadual posicionou-se pela aceitação e o entendia como elemento renovador. Essa perspectiva estava diretamente vinculada à tendência vigente na sociedade brasileira, conhecida como “capitalismo associado”. Então, essa tendência foi favorável à colaboração do capital estrangeiro como participante do desenvolvimento econômico do país, ao lado do capital nacional.¹²⁷

Mesmo à frente de um governo partidário - o secretariado formado integralmente por quadros pessedistas -, foram frequentes os apelos de Walter Jobim à união de todas as forças políticas e à colaboração entre os diversos partidos políticos. Em linhas gerais, a retórica do governador consistia na união dos partidos em defesa dos valores democráticos e na advertência àqueles que procuravam avançar em demasia no plano das reformas, diante da questão social.

Em nível federal realizavam-se acordos de caráter interpartidário e em nível local era difícil excluir a colaboração do PTB, sobretudo pela representatividade petebista na Assembleia Legislativa. Todavia, os acontecimentos nacionais, em especial as ações do governo federal de Eurico Gaspar Dutra, condicionaram as clivagens no contexto regional para as eleições de 1950.

¹²⁶ PESAVENTO, Op. Cit., p. 126-127.

¹²⁷ Idem, p. 128.

3. 5. Cylon Rosa (PSD-UDN-PRP) e Ernesto Dornelles (PTB-PSDA-PSP): as eleições estaduais de 1950

No contexto nacional, Getúlio Vargas afastou-se do governo Dutra, mantendo-se em atitude de oposição, sobretudo aos aspectos “liberais” do governo federal.¹²⁸ No ano de 1948, Vargas se retirou oficialmente do Partido Social Democrático em nível nacional - pois já havia rompido com o PSD rio-grandense desde dezembro de 1946 - e assumiu a presidência do Partido Trabalhista Brasileiro. Em 1947 ocorreu a cassação dos mandatos de todos os representantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Parte significativa do voto operário e dos quadros sindicais do então ilegal PCB, foi absorvida pelo PTB.

3. 6. Partido Social Democrático Autonomista

As eleições de 1950 foram as únicas concomitantes para governador do Estado e presidência da República no período entre 1947-1962, no Rio Grande do Sul. A candidatura de Getúlio Vargas à Presidência, nas eleições do país em 1950, foi o fator determinante da conjuntura nacional concernente às clivagens regionais em todo o território nacional.

No Rio Grande do Sul, a candidatura Vargas pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) implicou na segunda fase da saída de políticos dos quadros pessedistas que passaram a integrar os quadros petebistas e evidenciou-se um processo de “desgetulização” do Partido Social Democrático (PSD).¹²⁹ Além disso, a cisão ocorrida no PSD, em decorrência das eleições presidenciais, também corroborou para o surgimento do Partido Social Democrático Autonomista (PSDA).

¹²⁸ O governo Dutra, empossado em 31 de janeiro de 1946, alinhou o Brasil, de forma incondicional, do lado norte-americano na Guerra Fria. O Partido Comunista passou a ser hostilizado e teve curta vida legal: já em maio de 1947 o Tribunal Superior Eleitoral declarava-o, sob o argumento de que era uma organização internacional de caráter subversivo, fomentadora da luta de classes. O senador Luís Carlos Prestes e os quinze deputados federais, todos eleitos pelo PCB, tiveram seus mandatos cassados. Ao mesmo tempo, no plano externo, o governo Dutra rompeu relações diplomáticas com a União Soviética. DORATIOTO, F. F. M.; FILHO, J. D. *De Getúlio a Getúlio: O Brasil de Dutra a Vargas, 1945 a 1954*. SP: Saga, 1969. p. 175.

¹²⁹ “[...] a imposição de um candidato à sucessão presidencial no ano de 1950 fortaleceu mais a organização de um partido autônomo, o PSDA, formalizando um gradual afastamento do último grupo getulista presente na seção gaúcha do partido. Assim, esse longo processo de desgetulização abriu caminho para um reconhecimento do PSD gaúcho como o mais dissidente do resto do país, pois marcou a primeira atitude dentro do partido de independência em relação ao diretório nacional pessedista [...]” OLIVEIRA, Op. Cit., 2008. p. 212.

No período de 1947-1950, caracterizou-se disputa interna do PTB, sobretudo entre a “corrente ideológica” do partido, basicamente orientada por Alberto Pasqualini e os políticos da “corrente pragmática”, oriundos do PSD. Já, a “corrente sindicalista” posicionou-se de forma ambígua, procurando guiar-se pela orientação teórica doutrinária de Pasqualini, bem como pela liderança nacional de Getúlio Vargas. Apesar de os pasqualinistas deterem certa hegemonia doutrinária no partido, a candidatura do teórico trabalhista não foi consolidada para o pleito majoritário estadual de 1950.¹³⁰

O PSDA, tendo como liderança Ernesto Dornelles, apoiou a candidatura de Vargas à Presidência e comprometeu-se com o apoio ao candidato do PTB em relação ao governo do Estado. Da mesma forma, o Partido Social Progressista (PSP) - sem expressão em nível estadual - apoiou o PTB para as eleições ao governo estadual, consequência da aliança em nível nacional, tendo o PSP indicado o vice-presidente na chapa de Vargas. Na convenção estadual realizada em 30 de junho de 1950, o PTB lançou o senador Salgado Filho como candidato oficial ao governo do Estado, com o apoio do PSDA e do PSP.

3. 7. As alianças políticas estaduais

O PSD, em nível nacional, encontrava-se isolado. De um lado, a União Democrática Nacional lançou o candidato, Brigadeiro Eduardo Gomes, à presidência da República e, de outro, devido ao distanciamento de Vargas em relação ao governo Dutra, culminou com o lançamento da candidatura Vargas, ocasionando consequente cisão no PSD.

No Rio Grande do Sul, Cylon Rosa fora indicado, com antecedência, como candidato à sucessão de Walter Jobim. Os pessedistas buscaram o apoio do PL e também da UDN. Contudo, a aliança foi concretizada somente com a UDN que, apesar do quadro nacional, aceitou, no âmbito estadual, apoiar Plínio Salgado - aliado da UDN no plano nacional - para o Senado, em contrapartida do apoio da UDN e do Partido de Representação Popular (PRP) ao candidato pessedista ao governo do Estado.

¹³⁰ BODEA, Op. Cit., p. 60.

Segundo Bodea,

Apreciada do ponto de vista da eleição presidencial, esta aliança era deveras paradoxal: em troca do apoio do PRP ao seu candidato presidencial Eduardo Gomes, a UDN apoiava o candidato ao Senado do PRP Plínio Salgado e, junto com o PRP, apoiava o candidato a governador Cylon Rosa do PSD gaúcho. Este último também apoiava Plínio Salgado para o Senado, mas em nível federal apoiava a candidatura presidencial de Christiano Machado, do próprio PSD.¹³¹

Para o Partido Libertador (PL), a aliança com o PSD seria inviável, pois de um lado, o partido notabilizou-se como o maior opositor ao governo pessedista de Walter Jobim e de outro, seu caráter liberal era incompatível em relação ao PRP, ainda que apoiasse Eduardo Gomes, aliado do PRP em nível nacional. Por isso, o PL lançou Edgar Schneider como candidato próprio ao governo do Estado e Décio Martins Costa ao Senado.

O quadro de sucessão ao Governo do Estado para as eleições de 1950 ficou assim definido: Cylon Rosa (PSD-UDN-PRP), Salgado Filho (PTB-PSDA-PSP), Edgar Schneider (PL) e Bruno de Mendonça pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Mas, o PTB perderia tragicamente seu candidato em acidente de aviação, ocorrido no dia 30 de julho de 1950, no município de São Francisco de Assis.

De acordo com Cánepa,

A morte do candidato do PTB, em 30 de julho de 1950, recoloca a possibilidade de alianças eleitorais no Rio Grande do Sul. Apesar de definidas as candidaturas em âmbito nacional, voltam à cena política as questões relativas às vantagens de uma candidatura única (consensual) ao Governo do Estado, advogada pelo próprio governador, ou ainda de uma aliança que unisse as duas principais forças do Estado – PTB e PSD. As negociações, entretanto, não avançam e o quadro partidário permanece como anteriormente definido. A possibilidade de alianças a apenas dois meses das eleições teria algumas conseqüências importantes na campanha de 1950, devendo expressar-se, fundamentalmente, através de um tratamento um tanto indiferenciado de certos temas pelos partidos e de um “abrandamento” das relações entre candidatos e partidos.¹³²

O PTB necessitava escolher novo candidato e a Comissão Executiva Estadual, presidida por João Goulart, deliberou em favor da candidatura do ex-interventor Ernesto

¹³¹ BODEA, Op. Cit., p. 64.

¹³² CÁNEPA, Op. Cit., p. 132.

Dornelles, primo de Vargas, procedente do PSDA. Portanto, o nome de Dornelles havia sido indicado para a Convenção Estadual em detrimento dos interesses de outros políticos vinculados diretamente ao PTB, tais como José Diogo Brochado da Rocha e Loureiro da Silva. Enfim, a candidatura de Ernesto Dornelles foi homologada na Convenção do PTB, no dia 22 de agosto de 1950.

No decorrer do processo eleitoral desse ano, observa-se que o Diário de Notícias, através dos editoriais, se envolveu significativamente na questão eleitoral. Pode-se elencar três aspectos recorrentes encontrados nos editoriais do respectivo jornal. Primeiro: a fragilidade da democracia em decorrência das estruturas ditatoriais do Estado Novo, ou seja, crítica indireta a Getúlio Vargas, então candidato à presidência da República pelo PTB.¹³³ Segundo: a falta de propostas sólidas nas plataformas dos partidos políticos, sobretudo no que diz respeito à saúde pública e à educação.¹³⁴ Terceiro: a contundente crítica à falta de “ideologia” dos partidos. Para o jornal, os partidos estavam permeados por conchavos políticos e pelos interesses eleitorais. Além disso, os editoriais salientavam a fragmentação partidária – criação de vários partidos – como algo negativo ao andamento da democracia e, conseqüentemente, há “inflação de candidatos”, ou seja, número elevado de políticos.¹³⁵

3. 8. “Ernesto Dornelles no governo será Getulio Vargas no Rio Grande”: a campanha Ernesto Dornelles

Em primeiro de setembro de 1950, no Teatro São Pedro, aconteceu o lançamento da candidatura de Ernesto Dornelles. A saudação ao candidato, proferida pelo deputado Ruy Ramos, representou a tônica que permeou toda a campanha eleitoral petebista para o governo estadual daquele ano: o binômio Vargas/Dornelles: “Ernesto Dornelles no governo será Getulio Vargas no Rio Grande, competente e seguro, fiél á sábia orientação do nobre estadista”.¹³⁶

O discurso-plataforma do candidato Ernesto Dornelles estava alinhado à candidatura Vargas. Ele enfatizou a importância do desenvolvimento do Estado a partir de investimentos públicos em infraestrutura - portos, rodovias, ferrovias -, no plano de

¹³³ Diário de Notícias, 18 de agosto de 1950, p. 4; Diário de Notícias, 12 de setembro de 1950, p. 4.

¹³⁴ Diário de Notícias, 31 de agosto de 1950, p. 4; Diário de Notícias, 12 de setembro de 1950, p. 4.

¹³⁵ Diário de Notícias, 12 de setembro de 1950, p. 4; Diário de Notícias, 24 de setembro de 1950, p. 4; Diário de Notícias, 30 de setembro de 1950.

¹³⁶ Diário de Notícias, 1 de setembro de 1950, p. 7.

eletrificação, no crédito aos pequenos produtores e na reorganização administrativa dos serviços públicos estaduais. Além disso, criticou o governo federal, a quem atribuiu a crise financeira do Rio Grande do Sul.

Conforme Dornelles,

Se eleito governador do Estado, procurarei aplicar os princípios básicos que informam o programa do nosso candidato à presidência da República e constituem, por seu conteúdo e atualidade, o mais alto penhor de que se executará em nosso país a verdadeira política do bem-estar social, vale dizer, a justiça distributiva preconizada pela doutrina cristã, em que se inspirou a nossa legislação depois de 1930 [...] A representação popular, tônica predominante de nossa organização política, imporá ao governante a diretriz.¹³⁷

Os responsáveis pelas diretrizes da campanha petebista foram Vargas e o candidato ao Senado, Alberto Pasqualini. O primeiro deu ênfase ao desenvolvimento da economia, sobretudo da indústria, através de uma política nacionalista, estendendo os benefícios sociais dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais. O segundo utilizou o seu estilo doutrinador para descrever o trabalhismo, tendo como uma de suas maiores preocupações a diferenciação entre trabalhismo e socialismo.

A fase final da campanha eleitoral - no mês de setembro - fora de efervescência política, sobretudo para o PTB, a partir do retorno de Vargas ao Estado para o encerramento da campanha à presidência da república, bem como para alavancar a campanha de Dornelles, através da sua popularidade. Vargas, Pasqualini e Dornelles realizaram uma verdadeira maratona eleitoral pelo interior do Rio Grande do Sul. Os principais centros urbanos foram visitados, organizando-se comícios com a presença de avultado número de pessoas.¹³⁸

¹³⁷ Diário de Notícias, 2 de setembro de 1950, p. 2.

¹³⁸ BODEA, Op.Cit., p. 76.



Fonte: Diário de Notícias, 29 de setembro de 1950, p. 11.

Figura 1 - Página político-partidária do PTB em alusão a trindade petebista, isto é, o candidato à Presidência da República, Getúlio Vargas; o candidato a governador do Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles e o candidato ao Senado pelo estado rio-grandense, Alberto Pasqualini.

No decorrer da campanha, a atuação de Ernesto Dornelles na interventoria federal no Estado do Rio Grande do Sul esteve presente significativamente nas páginas político-partidárias produzidas pelo PTB e reproduzidas pelo Diário de Notícias, sendo destacada a sua “dignidade” e “operosidade”, enquanto no exercício da respectiva função. “Durante o tempo em que exerceu a interventoria no Rio Grande do Sul, o candidato do Partido Trabalhista Brasileiro honrou o posto.”¹³⁹

¹³⁹ Diário de Notícias, Segundo Caderno, 24 de setembro de 1950, p. 1.

Dornelles criticou de forma contundente e recorrente o governo federal, no que diz respeito ao empréstimo fornecido ao Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul.

Em sua magnífica oração [...] passou a proceder um amplo exame da situação nacional, fazendo, de início, uma severa crítica ao governo federal em sua conduta para com o Rio Grande do Sul, no caso do debatido empréstimo para o Plano de Eletrificação. Salientou que, malgrado a importância da obra para o futuro do Estado, [...] a União, depois de assegurar ao chefe do Executivo gaúcho, sr. Valter Jobim, a concretização daquela operação de crédito, serviu-se dela para coagir o Estado a trilhar a norma política ditada pelo Catete, sob pena de efetuar a transação com tanto empenho solicitado pela economia do Rio Grande do Sul.¹⁴⁰

Questionado pelo jornal, sobre quais seriam os pontos principais da sua plataforma de governo, respondeu Ernesto Dornelles:

Nem há dúvida, respondeu o senador Ernesto Dornelles com vivacidade. Quanto aos problemas locais, vi muita coisa que me chamou a atenção e me convenceu da necessidade imediata de atacarmos o soerguimento da nossa terra. Meu primeiro cuidado será, e sempre, realizar o saneamento das finanças públicas. Mas para isso, será necessário levantar o índice econômico do Estado, através de uma política tendente sobretudo a estimular a produção.¹⁴¹

A ênfase na relação Vargas-Dornelles, a crítica ao governo federal, a atuação de Dornelles enquanto interventor e o saneamento das finanças estaduais foram aspectos recorrentes na campanha eleitoral petebista para governador do Rio Grande do Sul. Basicamente, a campanha Dornelles fundamentou-se nesses quatro tópicos.

3. 9. “A consolidação da democracia”: a campanha Cylon Rosa

O candidato pessedista, Cylon Rosa, iniciou oficialmente sua campanha ao governo do Estado em um comício realizado em Montenegro - sua cidade natal -, no dia 21 de agosto de 1950. Em seguida, Cylon Rosa explicou os motivos das alianças políticas, ou melhor, a “cooperação responsável” dos partidos. Conforme o candidato pessedista, a cooperação dos partidos seria fundamental para resolver os problemas estaduais e nacionais. Além disso, a formação de uma frente conjugada seria o anseio

¹⁴⁰ Diário de Notícias, 14 de setembro de 1950, p. 4.

¹⁴¹ Diário de Notícias, 27 de setembro de 1950, p. 16.

comum de resistir as “infiltrações perniciosas” que “ameaçariam” a “segurança da ordem social, econômica e política”.¹⁴²

Segundo Cylon Rosa,

A verdade é que já não há fronteiras definitivas, absolutamente fechadas, impedindo o exame conjunto de problemas fundamentais, o que permite, através desta circunstancia, a valiosa possibilidade de altos entendimentos entre as mais diversas formações políticas, mormente as de índole democrática. A vida dos partidos, exercida no interesse do bem comum, não se pode, em tais conjunturas, limitar à interação exclusiva da própria comunidade, pois uma compreensão mais arejada do processo político admite e possibilita combinações que, exatamente por inspiradas em altos propósitos, sejam capazes, em última análise – e por isto se justificam – de obstar a derrocada daquilo que deve constituir patrimônio solidário da comunhão democrática.¹⁴³

Esse candidato defendeu políticas objetivas do Estado em relação às exigências da iniciativa privada, o que seria imprescindível para a economia estadual e expansão da riqueza. Também fez alusão à reabilitação do trabalho, contraponto a valorização do trabalhador feita pelo PTB, bem como enfatizou que a campanha deveria ser caracterizada pelo debate de idéias e pelo respeito, pois são premissas para a “preservação” e o “prestígio” da democracia.¹⁴⁴

Encontra-se, nas mensagens de Cylon Rosa, o que John Thompson observou como um modo de operação da ideologia: a dissimulação. A dissimulação são relações de dominação estabelecidas e sustentadas através da ocultação e da negação, ou também pelo fato de serem representadas de uma forma que desvia nossa atenção ou passa por cima de relações existentes. Portanto, as relações sustentam-se de forma obscura.¹⁴⁵

A estratégia que facilita a dissimulação das relações sociais é a eufemização, ou seja, ações, instituições ou relações sociais são descritas-redescritas de forma a despertar uma valoração positiva.¹⁴⁶ Portanto, quando o candidato pessedista Cylon Rosa fez referência à “cooperação responsável”, estava dissimulando, através da eufemização, os interesses dos partidos políticos da coligação PSD-UDN-PRP.

¹⁴² Diário de Notícias, 22 de agosto de 1950, p. 2.

¹⁴³ Diário de Notícias, 22 de agosto de 1950, p. 2.

¹⁴⁴ Diário de Notícias, 22 de agosto de 1950, p. 7.

¹⁴⁵ THOMPSON, Op. Cit., 1995, p. 83.

¹⁴⁶ Idem, p. 84.



Fonte: Diário de Notícias, 10 de setembro de 1950, p. 7.

Figura 2 – “A Pedido” do PSD referente à propaganda eleitoral dos candidatos Cristiano Machado à Presidência da República e de Cylon Rosa a governador do Rio Grande do Sul.

Além disso, como consequência da eufemização, pode-se identificar outro modo de operação ideológico: a legitimação. Esta pode ser entendida, como observou Max Weber, através de relações de dominação representadas como legítimas, justas e dignas de apoio.¹⁴⁷ Outra estratégia típica é a universalização. De acordo com Thompson, por meio desta estratégia: “[...] acordos institucionais que servem aos interesses de todos, e esses acordos são vistos como estando abertos, em princípio, a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser bem sucedido”.¹⁴⁸

O candidato também fez uso da estratégia da universalização a partir do momento que utilizou o discurso da “cooperação responsável” dos partidos para manter a “segurança da ordem social, econômica e política”. Porque a cooperação consistia, na verdade, em acordos de interesses políticos e a ordem pode ser entendida como o

¹⁴⁷ THOMPSON, Op. Cit., 1995, p. 82.

¹⁴⁸ Idem, 1995, p. 83.

estabelecimento das representações ideológicas daqueles determinados grupos com seus respectivos interesses.

Cylon Rosa ressaltou, durante o transcorrer de sua campanha eleitoral, os princípios apregoados no lançamento oficial de sua campanha. Com relação aos seus pronunciamentos, o candidato pessedista abordou as características socioeconômicas das circunscrições visitadas. A peculiaridade de Cylon Rosa está relacionada às referências geográficas e históricas de cada região do Estado em sua relação com o cultivo de determinado produto.

Devido aos problemas de saúde, Cylon Rosa, fora proibido pelos médicos de realizar viagens.¹⁴⁹ Todavia, não ficou afastado da campanha e notabilizou-se pelas mensagens enviadas aos municípios, frequentemente publicadas pelo PSD nas páginas político-partidárias no Diário de Notícias.

Mensagem de Cylon Rosa ao “povo bageense” lida num comício pessedista no município de Bagé:

Bagé, a vossa estremecida comuna, depositária das mais nobres tradições democráticas [...] Entre vós nasceram heróis que, enaltecendo o Rio Grande, engrandeceram a Pátria brasileira. Seus nomes foram recolhidos pela História e seus feitos registrados como exemplos imperecíveis. E também heróis anônimos que fizeram dos peitos destemerosos, a insuperável trincheira resguardando essa fronteira aberta, durante mais de um século de lutas e glórias [...] Vossa cidade, grande e bela, é o orgulho dos rio-grandenses, não só pelo esplendor material, mas pelo desenvolvimento econômico, social e científico. Grande é vossa riqueza, em campos e gadarias, em comércio próspero e industria florescente, maior, porém, é a vossa riqueza moral, a vossa galhardia cívica, a vossa indesviável fidelidade aos princípios esposados e aos compromissos assumidos.¹⁵⁰

Mensagem do candidato pessedista intitulada “Ao povo de Erechim”:

O pequeno agricultor é a garantia na democracia rio-grandense, da preservação da liberdade. Esteado na independência econômica, contando com a dedicação ao trabalho como suprema arma da vida, faz impor sua vontade, com brandura e equilíbrio, nos negócios públicos [...] Deve-se a vós, povo de Erechim, a incorporação à cultura rio-grandense dos descendentes de imigrantes. Vossos costumes, vossos usos, sublimaram-se nos mesmos valores do velho Rio Grande farroupilha [...] Entre os monarcas da coxilha e os agricultores houve um laço que os uniu: ambos conjugaram sua moral no respeito à família.¹⁵¹

¹⁴⁹ Diário de Notícias, 23 de setembro de 1950, p. 12.

¹⁵⁰ Diário de Notícias, 13 de setembro de 1950, p. 5.

¹⁵¹ Diário de Notícias, 17 de setembro de 1950, p. 10.

Encontra-se, nas mensagens de Cylon Rosa, outro modo de operação da ideologia: a unificação, ou seja, relações de dominação estabelecidas e sustentadas através da construção simbólica de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los.¹⁵² Também se pode observar um processo de narrativização – estratégia que está dentro do modo de operação da ideologia denominado legitimação -, no qual símbolos de unidade fazem parte da narrativa das origens que conta uma história compartilhada e projeta um destino coletivo. É a construção de uma identidade coletiva através da unificação simbólica. Ao unir indivíduos de uma maneira que suprima as diferenças e divisões, a simbolização de unidade pode servir, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação.¹⁵³

Cylon Rosa, no decorrer da campanha eleitoral, abordou temáticas referentes ao aumento de produção agrícola através da assistência técnica e financeira ao pequeno produtor, bem como aumento da produção industrial por meio do desenvolvimento do plano de eletrificação. Outra questão debatida foi a necessidade da melhoria dos transportes, considerando aspecto determinante na economia estadual.¹⁵⁴ Contudo, a campanha do candidato pessedista ao governo estadual não apresentou formalmente uma plataforma de governo e evidenciou-se uma proposta de continuidade em relação ao governo Walter Jobim (PSD).

Segundo Cylon Rosa,

Num Estado, como o Rio Grande, em que os governantes vêm coordenando uma realização a outra realização, segundo diretrizes bem traçadas de uma órbita ampla, não cabem improvisações nem obras que não repousam na estrutura bem arquitetada dos labores administrativos. Temos de ser obreiros de um vasto empreendimento coletivo, de um enorme conjunto de construções suscetíveis de modificações ou correções parciais, mas que exigem, antes de tudo, continuação e prosseguimento paulatino, dentro das linhas mestras. Só assim, no futuro, na medida dos recursos disponíveis e em coordenação com os empreendimentos da esfera federal, poder-se-á cogitar de ampliá-los e desdobrá-los, para corresponder às exigências crescentes da coletividade. Dentro desse princípio básico da continuidade administrativa é que abordei, com critério objetivo e sob a diversidade de suas faces, os problemas peculiares de cada circunscrição, nas poucas concentrações regionais de que pude participar.¹⁵⁵

¹⁵² THOMPSON, Op. Cit., 1995, p. 86.

¹⁵³ Idem, p. 86.

¹⁵⁴ Diário de Notícias, 26 de setembro de 1950, p. 8.

¹⁵⁵ Diário de Notícias, 1 de outubro de 1950, p. 10.

Na capital do Estado, no auditório Araújo Viana, ocorreu o comício de encerramento da campanha pessedista. Cylon Rosa abordou a saúde pública e a assistência social como temas principais. Na página político-partidária do PSD, no Diário de Notícias, a matéria concernente ao comício é intitulada com uma das frases proferidas pelo candidato durante o discurso de encerramento: “Meu unico proposito é conservar o inestimavel patrimonio material e moral que o Estado representa e tudo fazer para dilata-lo e engrandece-lo”. [sic] ¹⁵⁶ Em suma, a racionalização da campanha de Cylon Rosa para governador do Estado esteve permeada pela manutenção do *status quo*, isto é, dar continuidade às ações do governo pessedista de Walter Jobim.

3. 10. A “polarização partidária” estadual

O escrutínio das eleições de três de outubro de 1950 foi amplamente favorável à coligação PTB-PSDA-PSP, no Rio Grande do Sul. As presidenciais definiram Getúlio Vargas (PTB-PSDA-PSP) como o candidato mais votado com 48,12% dos votos, seguido de Christiano Machado (PSD) com 28,86%, Eduardo Gomes (UDN/PL/PRP) com 20,51% e João Mangabeira (PSB) com 0,06% dos votos. Todavia, Café Filho, candidato à vice-presidência de Vargas, obteve uma votação significativamente inferior em relação à obtida por Vargas: foram 30,71% dos votos. Para o Senado da República, o candidato Alberto Pasqualini (PTB-PSDA-PRP) fora eleito com 47,78% dos votos. Plínio Salgado (PRP-PSD-UDN) ficou em segundo lugar com 34,02% dos votos e Décio Martins Costa (PL) em terceiro e último com 12,31% dos votos. ¹⁵⁷

Para o Legislativo, os dois maiores partidos - PTB e PSD - fizeram uma votação mais expressiva que em nível estadual onde se observa maior dispersão regional. Essa tendência de polarização partidária entre as duas maiores correntes se confirmaria de maneira mais acentuada nas eleições majoritárias - presidente, senador, governador – e no pleito federal, processos em que o eleitor identificou um confronto maior entre as grandes correntes políticas. ¹⁵⁸ De acordo com Miguel Bodea, “O eleitorado dos três grandes partidos nacionais – PTB, PSD e UDN dava demonstração de grande disciplina em solo gaúcho, apesar do confuso quadro de alianças em nível nacional e estadual.” ¹⁵⁹

¹⁵⁶ Diário de Notícias, 1 de outubro de 1950, p. 10.

¹⁵⁷ CÂNEPA, Op. Cit., p. 154.

¹⁵⁸ FLACH, Op. Cit., p. 69.

¹⁵⁹ BODEA, Op. Cit., p. 88.

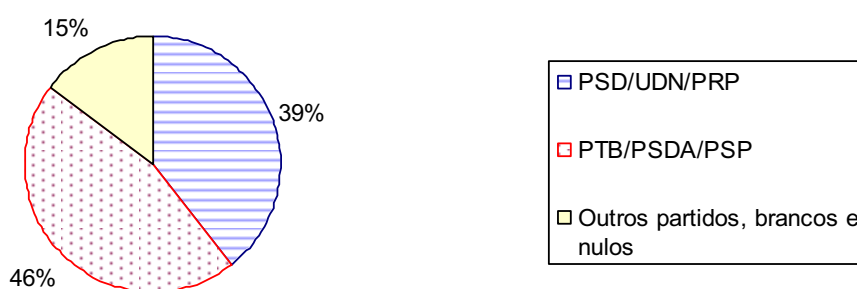
O resultado das urnas para o pleito majoritário estadual confirmaram a vitória de Ernesto Dornelles (PTB-PSDA-PSP) com 45,85% dos votos. Cylon Rosa (PSD-UDN-PRP) ficou em segundo lugar com 39,47%, seguido de Edgar Schneider (PL) com 11,23% e Mendonça Lima (PSB) que obteve 0,11% dos votos.

Tabela 3 – Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 3/10/50

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
Ernesto Dornelles	PTB/PSDA/PSP	329.884	45.85
Cylon Rosa	PSD/UDN/PRP	283.884	39.47
Edgar Schneider	PL	80.798	11.23
Mendonça Lima	PSB	858	0.11
Branco		18.401	2.56
Nulos		5.451	0.76
TOTAL		719.334	100

Fonte: CÂNEPA, Op. Cit., p. 152.

Gráfico 2 - Polarização Partidária (1950)



Pode-se atribuir a expressiva vitória petebista a fatores como o baixo desempenho da economia rio-grandense no período Jobim, incapaz de absorver a força de trabalho marginalizada nos principais núcleos urbanos; aos 66,23% de alfabetizados

no Estado que podiam votar; ao contingente eleitoral do PCB, que passou a votar significativamente no PTB após a sua cassação; à popularidade de Vargas e ao grande investimento de algumas lideranças petebistas na organização e no fortalecimento do partido, tanto na capital quanto no interior.¹⁶⁰

De acordo com Cortés,

Para Getúlio Vargas e para o Rio Grande do Sul, a eleição de 1950 finalizou uma época e inaugurou outra. Trouxe o fim do exílio de Vargas e iniciou para ele um novo paradoxo como chefe de Estado. Para o Rio Grande do Sul, esse período marcou o fim da experiência multipartidária, levando ao restabelecimento da tradicional polaridade gaúcha de dois partidos, com o estado dividido nos campos pró e anti-Vargas.¹⁶¹

Segundo Cánepa, levando em comparação a proporcionalidade dos votos em relação às eleições para governador e para o Legislativo estadual, é plausível que parte significativa do eleitorado do PRP tenha votado em Dornelles, contrariando a aliança PSD-PRP.¹⁶²

De fato, os ex-integralistas das regiões de colonização alemã e italiana tinham uma dívida para com Dornelles que, ao suceder o implacável general Cordeiro de Farias na interventoria do Estado em 1943, havia corrigido os “excessos” cometidos na primeira fase dos programas de “brasilianização”. O eleitor integralista certamente tinha restrições ao trabalhismo ideológico de um Pasqualini (embora, ironicamente, fora ele o secretário de Interior e Justiça de Dornelles justamente na fase moderada da “brasilianização”), mas era mais aberto ao trabalhismo pragmático de um Dornelles.¹⁶³

Quanto aos resultados eleitorais, observa-se no Rio Grande do Sul, já em 1950, certa distribuição geográfica dos votos, que apesar de algumas variações, permanecera durante o período de 1947 a 1962.

Grosso modo, se agruparmos os partidos em dois grandes blocos (os partidos populistas em torno do PTB e os conservadores-liberais do PSD), constataremos que o PTB predomina fortemente na metade sul do Estado, especialmente na zona da campanha pastoril, com uma incursão forte no noroeste das Missões, onde estão concentradas as grandes propriedades

¹⁶⁰ CORTÉS, Op. Cit., p. 210-212.

¹⁶¹ Idem, p. 212.

¹⁶² CÁNEPA, Op. Cit., p. 155.

¹⁶³ BODEA, Op. Cit., p. 89.

dedicadas à pecuária. Essa implantação aparentemente contraditória decorre do fato de que essas regiões, ligadas à economia tradicional, estão situadas em municípios com altos índices de urbanização, em que se formou um setor terciário ocioso. Além da fronteira sudoeste, o trabalhismo se faz presente, como seria de esperar, de forma dominante, na totalidade das cidades denominadas “pólos regionais” ou “sub-regionais” e, obviamente, na região industrializada e intensamente urbana da área metropolitana de Porto Alegre. Paradoxalmente, também o PSD, cuja característica nacional é de ser um partido de bases rurais tradicionais, prepondera na metade norte do Estado, onde o processo demográfico e econômico, sendo dos mais fortes, acolhe os setores mais dinâmicos da economia regional, embora com uma incursão no sul através da região da serra do sudoeste.¹⁶⁴

No que se refere aos resultados das eleições de 1950, evidenciou-se a capital do Estado como grande centro trabalhista. Para as eleições majoritárias, Getúlio Vargas - candidato à presidência - atingiu quase 70% dos votos e o mesmo ocorrendo com Alberto Pasqualini - candidato ao Senado da República -. Ernesto Dornelles - candidato ao governo estadual - alcançou 63% dos votos.¹⁶⁵

3. 11. O primado da sociedade urbano-industrial sobre a agrária tradicional: aspectos do governo Ernesto Dornelles

O governador Ernesto Dornelles realizou uma administração estreitamente afinada com o governo federal de Getúlio Vargas. A respectiva vinculação ocorreu no campo político e nas medidas econômico-administrativas adotadas pelo governo estadual. Contudo, diferentemente de Vargas – que nomeia um ministério integrado por representantes de vários partidos -, Dornelles, assim como fizera Jobim com o PSD, formou um secretariado inteiramente petebista, dando continuidade à prática de governos de cunho partidário.¹⁶⁶

O segundo governo Vargas caracterizou-se pelo modelo de desenvolvimento pautado na industrialização, no nacionalismo e no dirigismo estatal com certa aproximação em relação ao capital estrangeiro. Então, a base para o desenvolvimento brasileiro estava articulada sobre um tripé: empresa pública, empresa privada nacional e capital internacional.

Questões envolvendo soberania nacional, industrialização, defesa do mercado interno, intervenção estatal na economia, nacionalismo, incorporação das massas e extensão da legislação trabalhista às massas rurais eram recorrentes no respectivo

¹⁶⁴ TRINDADE; NOLL, Op. Cit., p. 23.

¹⁶⁵ CÁNEPA, Op. Cit., p. 155.

¹⁶⁶ Idem, p. 156.

contexto e definiam o discurso petebista rio-grandense e do governo Dornelles, estreitamente articulados ao discurso do governo federal.

Ao assumir o governo, Ernesto Dornelles priorizou o saneamento das finanças públicas. E, efetivamente restabeleceu o equilíbrio das contas públicas, passando a obter superávits, e reduziu o montante das operações de crédito junto ao banco estatal.¹⁶⁷ Para esse governo, as ações tomadas pelo governo federal eram fundamentais, pois repassavam aporte de recursos para as realizações estaduais.

Entre outras medidas adotadas pelo governo Dornelles, em relação à política econômica federal e suas implicações no Rio Grande do Sul, destacaram-se de forma positiva as que deram corpo ao Plano de Defesa do Carvão Nacional (1951) que beneficiaram este Estado. Este Plano objetivava promover a produção e o transporte do minério para o abastecimento da Siderúrgica de Volta Redonda e das usinas termelétricas, embora já estivessem sendo substituídas as locomotivas que consumiam carvão pelas locomotivas movidas a diesel.

Conforme Carlos Müller,

[...] Nacionalmente, o Plano só foi iniciado após dois anos de tramitação. Situação semelhante ocorreu no Rio Grande do Sul. Apesar de estar há anos sob controle do governo estadual, o transporte ferroviário, cujo grau de precariedade havia atingido níveis alarmantes, teve apreciável melhora [...] com aquisição de material novo. Este consistia em 30 locomotivas a vapor novas e 5 diesel-elétricas.¹⁶⁸

Quanto à questão da industrialização, o governo Dornelles considerava imprescindível assegurar o primado da sociedade urbano-industrial em detrimento da agrária tradicional. Do ponto de vista petebista, o Estado deveria fomentar a passagem para etapas mais avançadas do processo de industrialização, atingindo a produção de intermediários e criando um pólo industrial no Rio Grande do Sul.¹⁶⁹ Esse governo também se voltou para a questão do capital estrangeiro e não via incompatibilidade em se obter investimentos através do capital internacional, por meio de empréstimo, desde que houvesse coerência com as diretrizes do desenvolvimento econômico rio-grandense.

170

¹⁶⁷ MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998, p. 152-153.

¹⁶⁸ Idem, p. 163.

¹⁶⁹ PESAVENTO, Op. Cit., p. 126.

¹⁷⁰ MÜLLER, Op. Cit., 1979, p. 379-380.

De acordo com Cánepa, através da análise das mensagens do governador Dornelles enviadas à Assembleia Legislativa, pode-se identificar aspectos fundamentais da administração petebista. Quanto à questão do saneamento das finanças públicas, por exemplo, ele a atrela à intensificação dos serviços de arrecadação e fiscalização. Também, o governo identificou outros dois fatores que corroboraram para os problemas das finanças estaduais: o aumento dos gastos com o funcionalismo e o custeio, pelo Estado, do déficit da Rede Ferroviária.¹⁷¹

O panorama administrativo do governo de Dornelles envolveu significativos investimentos nos campos de enfrentamento de problemas sociais e de segurança pública. Na área da saúde, destacou-se o combate às doenças endêmicas e a ampliação da infraestrutura hospitalar. Na educação, foi priorizada a construção de escolas – com apoio empresarial de diversos setores – e o incentivo ao ensino profissional. Das ações da Secretaria da Agricultura, destacou-se a preocupação com a mecanização da lavoura por via da importação de máquinas e implementos, bem como a construção de uma rede de silos e armazéns que garantisse melhor aproveitamento da safra. Por fim, foi prevista a realização de obras públicas na área de transportes, em parceria com o governo federal, e houve a preocupação com as deficiências da eletrificação para o desenvolvimento regional.¹⁷²

Em suma, os conteúdos das mensagens à Assembleia Legislativa abordavam a reorientação das políticas em nível nacional e as implicações positivas para o desenvolvimento regional, através de ações interligadas com a União. Ressaltou-se, também, os progressos na área da saúde – queda da mortalidade infantil e controle da tuberculose -, na educação – expansão da rede escolar – e avanços significativos na área social, sem esquecer as preocupações com a economia.

¹⁷¹ CÁNEPA, Op. Cit., p. 160-163.

¹⁷² Idem, p. 160-164.

De acordo com Geraldo Müller,

Do período de governo de Jobim ao de Dorneles (1947 a 1955) a economia gaúcha revela extraordinário crescimento de renda interna [...] No entanto, ambos os dirigentes revelam-se extremamente preocupados tanto com a situação econômica quanto com a social. O êxodo rural, fuga para as cidades do Estado do RS e para as fronteiras agropecuárias do Brasil, extremada polarização da estrutura fundiária, esgotamento (apropriação prévia) de terras virgens no RS, aumento do desemprego e das favelas, dificuldades em aparelhar as cidades, em dotar o Estado de transportes e energia elétrica, dificuldades em alimentar a preços condizentes com o poder aquisitivo da maioria da população nas cidades e muitos outros problemas.¹⁷³

Neste momento, a visão petebista, quanto às implicações decorrentes do êxodo rural, era de incorporar essas massas à sociedade industrial. Neste sentido, o PTB defendia a elevação do nível de vida e a criação de oportunidades de trabalho. Em suma, o governo Dornelles, apesar de não contar com maioria na Assembleia Legislativa, não teve problemas quanto à aprovação de propostas. Todavia, no final da gestão, acentuaram-se as críticas da oposição, embora estivessem referidas mais ao alinhamento com o governo Vargas do que a problemas ligados diretamente às políticas estaduais de governo.

3. 12. Getúlio Vargas e as eleições estaduais

Observa-se que, nas eleições de 1947 e 1950, para governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas foi a figura política exponencial. Em ambas, ele foi fator determinante em relação às clivagens regionais, bem como nas implicações políticas e no desenvolvimento das respectivas campanhas eleitorais. O envolvimento direto ou indireto dele, nessas campanhas estaduais, era constante no jornal Diário de Notícias.

Nas eleições de 1947, entre outros aspectos importantes referentes ao envolvimento de Vargas na disputa entre pessedistas e petebistas, pode-se destacar a ambiguidade inicial quanto às candidaturas para o cargo majoritário estadual, o distanciamento progressivo em relação a Walter Jobim e as implicações com o PSD local.

¹⁷³ MÜLLER, Op. Cit., 1979, p. 375.

Os discursos proferidos por Vargas na convenção estadual do PTB – nos dias 11 e 12 de novembro de 1946 – demonstram um caráter ambíguo, ou seja, não definem claramente a sua posição em favor de Pasqualini,

Não importa quem seja o construtor da felicidade do Rio Grande. O importante é que ela seja construída. Os dois candidatos são dignos e representam suas correntes com um passado de serviços ao povo. Valter Jobim, nobre caráter e Alberto Pasqualini, um idealista empolgado pela bondade humana.¹⁷⁴

O distanciamento de Vargas em relação à candidatura Walter Jobim e o lançamento de Pasqualini para o pleito estadual ocuparam as páginas do noticiário político no Diário de Notícias, sobretudo no que concerne à ruptura entre Getúlio e seu irmão Protásio Vargas (PSD), devido ao virtual apoio dado por Getúlio ao candidato petebista.

Estava quebrado o compromisso assumido com o sr. Protasio Vargas. E estê, fiel aos seus princípios morais, compareceu à presença do sr. Getulio Vargas e esprobou-lhe o procedimento que taxou incompatível com os nobres sentimentos de fidelidade à palavra empenhada, apanágio da gente gaúcha.¹⁷⁵

Nesse momento, percebe-se que o noticiário político do jornal posicionou-se a favor de Protásio Vargas em detrimento de Getúlio Vargas. A constatação está pautada, sobretudo, na ênfase dada à questão da palavra. Getúlio, neste contexto, passou a ser apresentado-representado como alguém que não cumpria com a palavra. Além disso, a ambiguidade de Getúlio, em virtude do posicionamento político no Rio Grande do Sul, tornou-se temática recorrente também nos “A Pedidos” e “A Pedidos Anônimos”. Um “A Pedido”, mandado publicar por “um eleitor em dúvida”, fazia referências aos elogios de Getúlio Vargas tanto a Walter Jobim quanto a Alberto Pasqualini.¹⁷⁶ Portanto, os adversários políticos do PTB procuravam desqualificar as palavras de Vargas.

Os Diários Associados, no respectivo cenário político, estavam conduzidos numa linha de notório conservadorismo e intransigência em relação às esquerdas reformistas. Para que se possa aprofundar, de forma significativa, o posicionamento do

¹⁷⁴ Diário de Notícias, 12 de novembro de 1946, p. 14.

¹⁷⁵ Diário de Notícias, 21 de novembro de 1946, p. 12.

¹⁷⁶ Diário de Notícias, 26 de novembro de 1946, p. 16.

jornal, naquele contexto, é necessário fazer uma breve análise dos editoriais ¹⁷⁷ que se referiam à disputa eleitoral estadual.

Ernesto Corrêa – então diretor do jornal – era o responsável pelo editorial do Diário de Notícias,

Dr. Ernesto [...] chegava à redação por volta das três da tarde [...] estendia um com o olhar um cumprimento à redação inteira e se dirigia ao gabinete. Ali tratava de redigir o editorial, antes da chegada de amigos, políticos, empresários. Vinham trazer uma colaboração, fazer pedidos, conversar [...] ¹⁷⁸

Essa citação demonstra como as redações dos jornais eram frequentadas pelos grupos de interesses, políticos, intelectuais, empresários, enfim, todos os que pretendiam algum apoio do jornal. Além disso, fica evidente que Ernesto Corrêa era a figura exponencial do Diário de Notícias. Contudo, o respectivo jornal encontrava-se condicionado aos interesses de seu proprietário, Assis Chateaubriand.

Grosso modo, os editoriais abordavam, em especial, a necessidade do estabelecimento da democracia e a lisura no processo eleitoral. Também permeavam, nos editoriais, as críticas contundentes ao Estado Novo e o anticomunismo. ¹⁷⁹ No que diz respeito aos contingentes eleitorais da disputa entre pessedistas e petebistas, assim definiu o editorial: “[...] se o P.S.D. dispõe dos sufrágios do situacionismo, largamente majoritários nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o P.T.B. traz consigo o nome do ex-ditador, e sua incontestável popularidade [...]” ¹⁸⁰

Torna-se claro que, a partir do momento que o jornal apregoa os valores democráticos e critica o Estado Novo ou denomina Vargas de ex-ditador, está indireta e diretamente contrapondo-se a Getúlio Vargas e, em consequência, posicionando-se desfavoravelmente ao PTB. Outro ponto que merece ser destacado é a compreensão com que Corrêa observa o cenário político local, ou seja, o apoio comunista ou integralista poderia influenciar diretamente no resultado do pleito de 1947. ¹⁸¹ De fato, posteriormente, pode-se observar a importância da aliança pessedista-comunista-

¹⁷⁷ “Modernamente o editorial tem um tratamento gráfico e jornalístico de primeiro plano. Deixou de ser matéria negligenciada para representar um dos principais instrumentos do veículo, algo que nem sempre o público compreende, mas que pretende estar sempre a seu serviço. O diagrama do novo jornalismo criou a página editorial, que é onde o leitor encontra diariamente, de forma padronizada, a opinião do jornal [...]” BAHIA, Juarez. *Jornal História e Técnica*. São Paulo. Livraria Martins Editora, 1976, p. 162.

¹⁷⁸ DE GRANDI, Op. Cit., p. 14.

¹⁷⁹ Diário de Notícias, 7 de julho de 1946, p. 4; Diário de Notícias, 26 de setembro de 1946, p. 4.

¹⁸⁰ Diário de Notícias, 12 de novembro de 1946, p. 4.

¹⁸¹ Diário de Notícias, 5 de dezembro de 1946, p. 4.

integralista para a definição dos resultados finais da disputa eleitoral majoritária no Estado.

Já, nas eleições de 1950, – ressalta-se que foram às únicas concomitantes para governador do Estado e presidência da República no período entre 1947-1962 no Rio Grande do Sul – a presença de Vargas como candidato à Presidência foi fator determinante na conjuntura política concernente às clivagens regionais em todo país.

É notório que o binômio Vargas-Dornelles permeou a campanha eleitoral petebista para o pleito majoritário estadual de 1950. Na cobertura do comício do PTB, no município de Lajeado, o Diário de Notícias, observou, em relação ao discurso de Dornelles: “Com revelações [...] destinadas sem dúvida a captar a confiança dos ouvintes, em uma campanha sabiamente orientada em torno do incontestável prestígio de Vargas”.¹⁸²

Os comícios dos coligados PTB/PSDA/PSP nos municípios de Estância Velha, Campo Bom, Sapiranga, Parobé, Igrejinha, Novo Hamburgo e Taquara tiveram “calorosa recepção”, conforme a cobertura jornalística do Diário de Notícias. O jornal descreve a tônica de um dos discursos de Dornelles:

Em sua oração, que foi largamente aplaudida, como das vezes anteriores o sr. Ernesto Dorneles, trouxe a baila os principais tópicos políticos, econômicos e sociais da vida nacional, ressaltando a grande obra administrativa do governo do sr. Getúlio Vargas.¹⁸³

O PTB defendia que Dornelles seria o representante de Vargas no Rio Grande do Sul. “Representante autêntico [...] das idéias pregadas por Getúlio Vargas e adotadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro [...] candidato capaz de restaurar e impôr no Rio Grande do Sul o respeito a ordem pública.”¹⁸⁴ Falando na “Rádio Alto Taquari”, o candidato Dornelles pronunciou as seguintes palavras: “O que Getúlio fizer pelo Brasil, eu também prometo fazer pelo futuro do nosso Estado.”¹⁸⁵

¹⁸² Diário de Notícias, 5 de setembro de 1950, p. 14.

¹⁸³ Diário de Notícias, 9 de setembro de 1950, p. 4.

¹⁸⁴ Diário de Notícias, 10 de setembro de 1950, p. 8.

¹⁸⁵ Diário de Notícias, 14 de setembro de 1950, p. 2.

No comício realizado no município de Passo Fundo, Getúlio Vargas pronunciou-se sobre Dornelles, conforme reprodução do discurso na página político-partidária do PTB:

Quero ainda dizer-vos uma última palavra – a morte do saudoso Salgado Filho arrebatou-nos o companheiro ilustre, o amigo de todos os instantes, o correligionário da hora da amargura, mas o seu desaparecimento não nos levou a capitulação. Aqui tendes, ao meu lado, como sempre invariavelmente esteve, este outro campeão da lealdade, o senador Ernesto Dorneles. Seu espírito equilibrado e sereno, seu passado de governador operoso e capaz, sua desassomburada atuação no Senado Federal, recomendam-no ao voto dos rio-grandenses.¹⁸⁶

Na campanha petebista, percebe-se o fundamento carismático da legitimação: apela ao cunho excepcional de um indivíduo que exerce autoridade.¹⁸⁷ Para Thompson, a legitimidade consiste na construção de um raciocínio capaz de tornar uma ideia ou forma de pensamento digna de crédito e obediência. O fundamento carismático foi usado em torno de Getúlio Vargas para legitimar, através de uma construção simbólica, a candidatura de Ernesto Dornelles. Assim foi construída a campanha do PTB para o cargo majoritário estadual, especialmente, sob o signo da dependência do prestígio de Vargas.

Além disso, percebe-se outra estratégia fundamental de construção simbólica petebista para legitimar o seu respectivo candidato: racionalização, isto é, ação que pretende defender e justificar um conjunto de relações ou instituições sociais e, conseqüentemente, convencer a audiência de que isso é digno de apoio.¹⁸⁸

Intencionalmente foi construída uma campanha para criar, no eleitor, o raciocínio de que o governo federal - governo pessedista – era o maior culpado pelas dificuldades econômicas encontradas pelo Estado.¹⁸⁹ Logo, torna-se necessária uma

¹⁸⁶ Diário de Notícias, 21 de setembro de 1950, p. 2.

¹⁸⁷ Ver: THOMPSON, Op. Cit., 1995, p. 82.

¹⁸⁸ Idem, p. 82-83.

¹⁸⁹ “Embora com crises cíclicas (comuns às economias baseadas no setor primário e com baixo grau de tecnologia), pode-se afirmar que “o modelo gaúcho” de desenvolvimento funcionou até meados dos anos 40 sem apresentar graves problemas [...] Esta visão otimista começa a sofrer os primeiros abalos mais significativos ao final da Segunda Guerra, quando então a concorrência dos produtos de outras regiões situadas no centro do país se faz sentir de forma mais acentuada e o Rio Grande do Sul começa a perder posição no conjunto da economia nacional. O “modelo gaúcho” de desenvolvimento passa a ser repensado, buscando-se medidas que levem à dinamização do mercado interno. Essa mudança nos rumos da economia gaúcha e a conseqüente passagem de uma perspectiva otimista para uma posição de expectativa e apreensão por parte dos grupos dirigentes coincide, até certo ponto, com o momento da redemocratização e com a formação dos partidos políticos em âmbito nacional. No nível estadual, esses partidos tratarão de propor alternativas que viabilizem a dinamização da economia gaúcha.” CÂNEPA, Op. Cit., p. 76-77.

articulação entre as esferas federal – Getúlio – e estadual – Dornelles – a fim de sanear as finanças e promover o desenvolvimento estadual.

3. 13. O Trabalhismo de Alberto Pasqualini

Getúlio Vargas foi à grande liderança petebista nacional e Alberto Pasqualini no Rio Grande do Sul. Enquanto o primeiro foi um “estrategista político”, o segundo foi o “doutrinador e teórico”. O pensamento pasqualinista permeou tanto as eleições de 1947 quanto as de 1950. Em linhas gerais, o doutrinador petebista procurou descrever o trabalhismo, sendo que a principal preocupação foi situar o trabalhismo e diferenciá-lo do socialismo. “O trabalhismo brasileiro nada tem que ver com o socialismo condenado pela Igreja”.¹⁹⁰

Observa-se que, ao contrário do que ocorreu em 1947,¹⁹¹ Pasqualini esteve em total harmonia com Vargas nas eleições de 1950. Encontra-se na página político-partidária petebista, a reprodução do discurso do candidato ao Senado, Alberto Pasqualini, proferido no município de Allegretti onde fazia menção a Getúlio Vargas:

O movimento trabalhista é, sem dúvida, no Brasil, a obra de um rio-grandense e de um filho da fronteira: Getúlio Vargas. Poderá até parecer estranho e paradoxal que o trabalhismo seja impulsionado justamente por um homem que tem as suas origens e as suas raízes no meio pastoril que como sabeis, é geralmente conservador. Só esse fato seria o bastante para nos dar a medida de grau de evolução e de antevisão de nosso eminente candidato à Presidência da República. O fato de ser o trabalhismo, em nosso País, um movimento liderado por um homem vinculado ao campo deve constituir um motivo de tranqüilidade, pois nos dará de antemão a garantia de que não haverá o perigo de que o nosso trabalhismo possa descambar para os extremos. Temos a certeza de que se conterà dentro daqueles limites em que os trabalhadores poderão ver atendidas as suas legítimas necessidades e justas aspirações sem que para isso seja necessário subverter as linhas fundamentais da ordem existente. A legislação social do Governo do Presidente Vargas assinala o processo evolutivo de nosso trabalho. O proletariado brasileiro conquistou todo um sistema de garantias, sem uma greve, sem uma arruaça, sem derramamento de uma gota de sangue. É dessa circunstância que nasce esse profundo sentimento de gratidão que os trabalhadores votam a Getúlio Vargas e a confiança que nele depositam.¹⁹²

¹⁹⁰ Diário de Notícias, 6 de setembro de 1950, p. 12.

¹⁹¹ Ao contrário do que ocorria em nível nacional, no discurso pasqualinista do respectivo contexto, é notória a ausência referente à liderança de Vargas. Alberto Pasqualini expõe sua doutrina visando às colocações de conteúdo programático e doutrinário em detrimento da ênfase “getulista”, ou seja, a bandeira “antiimperialista” e a “questão nacional”. BODEA, Op. Cit., p. 41.

¹⁹² Diário de Notícias, 10 de setembro de 1950, p. 10.

Pasqualini, no município de Caxias do Sul, pronunciou a conferência intitulada “O Trabalhismo em Face do Pensamento Cristão”, na qual se defendia das acusações de seus adversários. Para tanto, Pasqualini citou amplamente as Encíclicas Sociais da Igreja Católica, com o intuito de definir teoricamente o capitalismo e o socialismo e situar o trabalhismo.

Meu propósito é antes prevenir-vos e alertar-vos contra a deturpação da doutrina e dos objetivos do trabalhismo, fato que, lamentavelmente, costuma acontecer por ocasião das campanhas eleitorais, quando ao invés de se esclarecerem os espíritos, se procura confundi-los, com o único objetivo de desviar de um lado e canaliza-lo para outra direção [...] Na porta das igrejas devem desaparecer os partidos para que, dentro delas, haja apenas filhos de Deus, porque Deus olha nossas consciências e nossas almas e não os emblemas partidários que trazemos no peito.¹⁹³

Alberto Pasqualini assim definiu o PTB e o papel do Estado na economia,

É o Partido Trabalhista Brasileiro socialista, já não digo no sentido materialista, mas socialista no sentido do trabalhismo inglês? Devemos responder negativamente. Partido Trabalhista Brasileiro não é socialista. Está, portanto, muito aquém da linha do próprio trabalhismo inglês. Só por esse simples fato não poderia ele estar de desacordo com o pensamento cristão tal como o encontramos expresso nos ensinamentos pontificais. O trabalhismo brasileiro não visa à instituição da sociedade socialista. Admite o princípio da iniciativa privada, da propriedade particular dos meios de produção, porém com limitações que o bem público exige. Entende o trabalhismo que o poder público deve intervir no mecanismo econômico, não para desorganizar a economia, mas para orientá-la, para substituir as puras forças do acaso pela racionalização, prevenindo e evitando assim as crises econômicas que tantos malefícios e sofrimentos causam ao povo, levando muitas empresas à falência e muitos trabalhadores ao desemprego.¹⁹⁴

Desta forma o doutrinador trabalhista estabeleceu os objetivos fundamentais do trabalhismo,

O objetivo fundamental do trabalhismo é realizar o princípio de cooperação e eliminar a exploração sob todas as formas e modalidades porque ela custa aos trabalhadores, da cidade e dos campos, o suor dos seus rostos e o pão dos seus filhos. Entendemos que o trabalho é a fonte originária, direta e indireta, de todos os bens e, por essa razão, os trabalhadores devem merecer especial atenção e proteção do Estado.¹⁹⁵

¹⁹³ Diário de Notícias, 14 de setembro de 1950, p. 7.

¹⁹⁴ Diário de Notícias, 14 de setembro de 1950, p. 7.

¹⁹⁵ Diário de Notícias, 14 de setembro de 1950, p. 7.

De acordo com Pasqualini, o trabalhismo estaria desenvolvendo uma nova etapa, ou seja, a inclusão do trabalhador rural na legislação social,

É necessário voltarmos os nossos olhos para os trabalhadores rurais, que vivem entregues a própria sorte, sem uma legislação e sem medidas econômicas que os amparem: para essa imensa legião de parias, chamados marginais, que não têm meios de trabalhar e creio que nem disposição de viver; para nossos honrados e laboriosos agricultores da colônia, a quem devemos o alimento de cada dia, para que tenham do Estado o amparo, a proteção e a assistência de que necessitam. Isso não constitui um favor, é um direito que lhes assiste.¹⁹⁶

Nos discursos de Pasqualini, pode-se observar dois aspectos importantes. Primeiro, o projeto global petebista que, apesar de ter uma proposta dirigida, sobretudo ao trabalhador urbano, também envolvia outros segmentos sociais, no caso em questão, os trabalhadores rurais. Os discursos pasqualinistas reproduzidos pelo jornal Diário de Notícias, nas páginas político-partidárias petebistas, estão permeados de preocupação em relação ao modo de operação, conhecido como fragmentação.

De acordo com Thompson, a fragmentação é o oposto da unificação e serve justamente para dividir. As relações de dominação podem ocorrer não somente através da unificação das pessoas numa coletividade, mas segmentando os indivíduos e grupos que possam, de alguma forma, ser capazes de se transformar num desafio aos grupos dominantes. O segmentado é visto como mau, perigoso e ameaçador.¹⁹⁷

Aqui, é plausível interpretar que a ênfase do discurso pasqualinista, quanto ao caráter cristão do trabalhismo, ocorre, principalmente, devido às estratégias de fragmentação utilizadas pelos seus opositores políticos. Portanto, Pasqualini agia contra as acusações pessedistas e de setores do clero católico, pois sabia das implicações negativas com o eleitorado rural-católico caso houvesse associação entre trabalhismo e socialismo.

3. 14. O caráter “cristão” e “democrático” de partidos e candidatos

Nas eleições de 1947 e 1950, o caráter cristão e democrático dos partidos políticos e dos candidatos tornou-se premissa básica no que concerne à aceitabilidade frente ao eleitorado rio-grandense. Por isso, pessedistas e petebistas, através das páginas político-partidárias e “A Pedidos”, procuravam demonstrar o perfil cristão e

¹⁹⁶ Diário de Notícias, 14 de setembro de 1950, p. 7.

¹⁹⁷ THOMPSON, Op. Cit., 1995, p. 86-87.

democrático de seus programas e ao mesmo tempo, desqualificar os opositores políticos, acusando-os de não possuírem tal perfil.

O PSD definiu-se de acordo com o próprio programa partidário: a favor da “igualdade de oportunidades”. De um lado, criticou o liberalismo exacerbado que é criador do “capitalismo pagão”; de outro, exortou qualquer afinidade com o comunismo, considerando-o “essencialmente mau”.¹⁹⁸ Encontram-se presentes, no discurso pessedista, acusações diretas ao PTB, caracterizando os petebistas como demagogos e adeptos do totalitarismo.¹⁹⁹ Além disso, foram feitos ataques diretos ao candidato Alberto Pasqualini, sobretudo acusando-o de comunista.²⁰⁰

De acordo com a página político-partidária pessedista, o PSD se autodenominava social, democrata, bem como cristão.

Sem ser um partido capitalista, sem ter quaisquer compromissos de formação ideológica com os princípios do liberalismo burguês, mas sendo, como é, social e democrático, busca atender, numa conciliação econômico-política, de ordem iminentemente cristã, os interesses da produção, da distribuição e do consumo [...] não somos um partido de classe; somos e queremos ser, puro e simplesmente um partido do povo, sem para isso recorreremos aos artificios da nomenclatura. Seremos, assim, a força controladora da nação, e falaremos em nome do povo, protestaremos em nome do povo e faremos política em benefício do povo, porque tal não constitui, privilégios de agitadores impenitentes, na sua faina de pregação demagógica.²⁰¹

Em campanha pelo interior do Estado, o candidato Alberto Pasqualini expôs sua doutrina visando dar clareza às colocações de conteúdo programático e doutrinário. Ao contrário do que ocorria em nível nacional, no discurso pasqualinista do respectivo contexto, é notória a ausência referente à liderança de Vargas. No comício realizado em 14 de dezembro de 1946, no município de Caxias do Sul, Alberto Pasqualini transmitiu didaticamente o seu pensamento político.

Refutou o “capitalismo individualista” e o “totalitarismo comunista” – demonstrou posição contrária à coletivização dos meios de produção no Brasil – e fez referência à existência de um “capitalismo solidarista” através de legislação justa que regule o capital e o trabalho. Pasqualini ressaltou a incompatibilidade do trabalhismo com o comunismo e afirmou que a sua doutrina estava permeada pelo pensamento

¹⁹⁸ Diário de Notícias, 06 de dezembro de 1946, p. 08.

¹⁹⁹ Diário de Notícias, 08 de dezembro de 1946, p. 24.

²⁰⁰ Diário de Notícias, 12 de janeiro de 1947, p. 11.

²⁰¹ Diário de Notícias, 11 de dezembro de 1946, p. 10.

cristão, com embasamento nas encíclicas sociais da Igreja Católica. Por fim, defendeu uma política de “crédito agrícola” para os pequenos produtores e respectivas cooperativas.²⁰²

Tanto pessedistas quanto petebistas buscavam representar para a coletividade – através da ênfase no “caráter cristão” de suas diretrizes políticas – aquilo que dava sentido à sociedade rio-grandense naquele contexto: os valores cristãos, sobretudo os arraigados no espaço rural, devido à forte influência da Igreja Católica. Portanto, tal discurso encontrava espaço naquele contexto social, estruturado para se tornar de cunho ideológico.

Percebe-se o Diário de Notícias como uma “tribuna política”, da qual os partidos, através das suas respectivas páginas político-partidárias, transmitiam suas formas simbólicas. Ressalta-se que as estratégias de construções simbólicas são instrumentos com que as formas simbólicas são capazes de criar e sustentar relações de dominação. No decorrer dessa análise, tornou-se perceptível que ambos os partidos utilizaram na campanha eleitoral, como modo de operação da ideologia, aquilo que Thompson denomina de legitimação.

Essa pode ser entendida através de relações de dominação representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio. Thompson cita Weber e respectiva caracterização das três formas de legitimação do poder: tradição, razão ou legalidade e carisma.

[...] Weber distinguiu três tipos de fundamentos sobre os quais afirmações de legitimação podem estar baseadas: fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade).²⁰³

As estratégias, tanto pessedista quanto petebistas estavam fundamentadas no apelo à sacralidade de tradições imemoriais. Assim, o PSD e o PTB procuravam demonstrar que eram propagadores e defensores das tradições cristãs. Uma estratégia típica é a racionalização, ou seja, os partidos buscaram demonstrar, através de uma cadeia de raciocínio, o zelo pelos valores democráticos e pelas questões sociais, bem como o perfil notavelmente cristão.

²⁰² Diário de Notícias, 17 de dezembro de 1946, p. 2-9.

²⁰³ THOMPSON, Op. Cit., 1995, p. 82.

Nas eleições de 1950, as afirmações referentes ao caráter cristão e democrático dos partidos e dos candidatos permaneceram como estratégia eleitoral. O candidato do PSD, Cylon Rosa, afirmou que as bases da campanha se sustentavam em propostas democráticas permeadas pelo “pensamento cristão”. “Nem socialismo, pois, nem capitalismo; nem personalismo autoritário, nem liberdade anárquica. Apenas isto, que é tudo: Democracia Social”.²⁰⁴

A aliança entre pessedistas e perrepistas, bem como o apoio à candidatura de Plínio Salgado ao Senado foram intensamente criticadas pelos adversários políticos, principalmente pelo PTB. Naquela conjuntura, onde a defesa dos “valores democráticos” era premissa básica para a aceitação do discurso político, o histórico do PRP tornava-o vulnerável às investidas dos petebistas.

Acusava-se o Partido de Representação Popular de traidor e de representar o fascismo herdado da Ação Integralista Brasileira. O manifesto publicado pelo PTB afirmava: “Rio Grande que luta [...] pela reintegração [...] contra vergonhosos conchavos políticos [...] fazendo do Sr. Plínio Salgado, chefe da 5ª coluna no Brasil, candidato a senador da República”.²⁰⁵ No que diz respeito à figura política de Plínio Salgado, a produção do discurso político do PTB almejava relacionar a imagem do respectivo político como contrária à democracia, isto é, uma ameaça à ordem e às conquistas democráticas.

As críticas contundentes à candidatura de Plínio Salgado, oriundas do PTB, fizeram com que o PSD reagisse às mesmas demonstrando o “lado cristão” e “nacionalista” de Plínio. “Nós, peessedistas, batalharemos pela vitória de Plínio Salgado nas urnas [...] Nós também defendemos as idéias cristãs, nacionalistas e democráticas, esposadas pelo nosso candidato a senador”.²⁰⁶

Diante do exposto, torna-se plausível afirmar que tanto o anticomunismo quanto as críticas contundentes à candidatura de Plínio Salgado estão relacionadas ao modo de operação da ideologia denominada, por Thompson, de fragmentação. A estratégia utilizada fora o expurgo do outro, ou seja, um processo que envolve a construção de um inimigo interno ou externo, retratado como mau, ameaçador, perigoso e contra o qual os indivíduos são chamados para resistir coletivamente ou a expurgá-lo.²⁰⁷

²⁰⁴Diário de Notícias, 22 de agosto de 1950, p. 2.

²⁰⁵Diário de Notícias, 14 de setembro de 1950, p. 2.

²⁰⁶Diário de Notícias, 12 de setembro de 1950, p. 7.

²⁰⁷ THOMPSON, Op. Cit., 1995, p. 87.

3. 15. O anticomunismo como estratégia eleitoral

O anticomunismo permeou o processo eleitoral local no Rio Grande do Sul e esta estratégia fora utilizada pelos dois partidos, para auferir votos. Nas eleições de 1947, embora o apoio do PCB ao candidato Walter Jobim fosse público, os pessedistas rejeitaram peremptoriamente tal apoio por receio de entrar em atrito com a Igreja Católica, uma vez que a LEC (Liga Eleitoral Católica) orientava o eleitorado católico a não votar em candidatos esquerdistas, sobretudo do Partido Comunista Brasileiro.

O próprio PSD transcreveu uma nota da LEC para demonstrar que a Igreja Católica não condenou a sua campanha política:

São os seguintes os candidatos que, até a presente data, responderam favoravelmente aos quesitos formulados e podem ser sufragados pelo eleitorado da LEC: Para o cargo de governador do Estado: Alberto Pasqualini, Décio Martins Costa e Valter Jobim.²⁰⁸

A atitude de Luís Carlos Prestes, figura exponencial do comunismo brasileiro, de apoiar Walter Jobim foi utilizada intensivamente pelos petebistas como arma política contra o PSD. Na página político-partidária do PTB, no jornal Diário de Notícias, foi publicada uma matéria intitulada “Tenebrosa e Sinistra Aliança” que denunciava o acordo pessedista tanto com os integralistas quanto com os comunistas para desestabilizar a democracia no Estado.

Valter Jobim é o candidato que, mais próximo do pensamento oculto da ação partidária ostensiva dos defensores do credo vermelho no Brasil, deve merecer os sufrágios do partido que funciona como um anexo da organização internacional de Moscou.²⁰⁹

Os petebistas apelaram ao eleitorado sul-rio-grandense, em tom de alerta: “Prestes ordenou ao Rio Grande que votasse contra Getúlio Vargas. Gaúcho, não permitas que tua terra seja equiparada a uma província soviética. Vota a favor de Getulio Vargas, vota em Alberto Pasqualini”.²¹⁰

²⁰⁸ Diário de Notícias, 05 de janeiro de 1947, p. 06.

²⁰⁹ Diário de Notícias, 14 de janeiro de 1947, p. 13.

²¹⁰ Diário de Notícias, 14 de janeiro de 1947, p. 13.

Na página político-partidária petebista, no jornal Diário de Notícias, é notório o anticomunismo.

Não podendo, de forma alguma, atacar Pasqualini em seu notável programa, impotentes ante a avalanche trabalhista que domina todo o Rio Grande do Sul, resolveram, então, os inescrupulosos, usar o velho truque, tão comum, de acoimar de comunista todos aqueles que discordassem de suas idéias. Enfim, tudo fizeram os nossos desesperados adversários do PSD para conseguir afastar um concorrente incomodo. E que aconteceu? Aconteceu o que aí está: o sr. Valter Jobim apoiado, franca e irrestritamente, pelos comunistas! Quer isso dizer que o candidato que mais se aproxima dos interesses ocultos dos comunistas é o mesmo candidato do PSD, partido que se diz cristão.²¹¹

Já, na página político-partidária do PSD, no Diário de Notícias, este partido defendeu-se de tais acusações, sobretudo repudiando o apoio de Prestes e indo além, ao insinuar que o apoio público do líder comunista seria premeditado, com objetivo de melhorar a imagem de Alberto Pasqualini perante o eleitorado católico, em detrimento de Walter Jobim.²¹²

Afirmava a propaganda pessedista:

O sr. Pasqualini se diz anti-comunista. Sim, porque ele é um moço inteligente. Ele sabe, e também o mestre Prestes, que o Rio Grande não aceita um [...] comunista; que pelo contrário, uma das qualidades que dever ter um cidadão, para merecer confiança do gaúcho é ser anti-comunista.²¹³

No entanto, os petebistas persistiram sistematicamente na acusação referente ao apoio dos comunistas à candidatura pessedistas. Tanto que o seu principal *slogan* no período centrava-se na necessidade de votar em Pasqualini para salvaguardar o Brasil e o Rio Grande do Sul da influência comunista.²¹⁴

Apesar de um processo vertiginoso de crescimento da população urbana, sobretudo a partir da década de 1950, a maior parte da população do Rio Grande do Sul vivia no meio rural e era fortemente influenciada pela Igreja Católica. As transformações socioculturais advindas da modernização da agricultura faziam com que

²¹¹ Diário de Notícias, 15 de janeiro de 1947, p. 05.

²¹² Constata-se que através das análises dos textos produzidos nas páginas político-partidárias podemos analisar a construção simbólica do conteúdo político tanto do PSD quanto do PTB por meio do espaço utilizado na imprensa e consequentemente com linguagem jornalística.

²¹³ Diário de Notícias, 15 de janeiro de 1947, p. 09.

²¹⁴ Diário de Notícias, 16 de janeiro de 1947, p. 08.

a Igreja reagisse frente a tais mudanças, com o intuito de manter sua influência diante das populações rurais. Também, o processo de laicização - separação do Estado da Igreja - e de secularização - perda ou enfraquecimento dos valores religiosos cristãos na vida dos fiéis - fizeram com que a Igreja se manifestasse diante dessas mudanças.

Tabela 4 – População urbana e rural no do Rio Grande do Sul - 1940-60.

Ano	Urbana	(%)	Rural	(%)	Total
1940	1.034.395	31,15	2.286.294	68,85	3.320.689
1950	1.421.980	34,14	2.742.841	65,86	4.164.821
1960	2.418.969	44,89	2.969.690	55,11	5.388.659

Fonte: SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-85). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). Op. Cit., p. 300.

A laicização e a secularização eram entendidas como causadoras dos males enfrentados pela humanidade, tais como as guerras, as injustiças, a destruição das famílias, etc. Tudo isso seria um campo fértil para o surgimento de um mal maior, ou seja, do comunismo. Portanto, justifica-se a preocupação dos políticos que, almejando a popularidade entre as comunidades rurais, deveriam afastar-se de qualquer relação que os remetesse ao comunismo.²¹⁵

Segundo Carla Simone Rodeghero,

Ser católico e ser anticomunista eram virtudes fundamentais a ser cultivadas por aqueles que se envolvessem em política, por isso, os candidatos procuravam deixar clara a sua identidade católica anticomunista nas suas falas, o que também ocorreu nas designações dos grupos que mandavam publicar manifestos e propagandas no jornal sem se identificarem ou revelarem o partido a que pertenciam.²¹⁶

De acordo com a concepção de ideologia de Thompson, pode-se observar que o modo de operação da ideologia que prevaleceu na respectiva campanha eleitoral, através dos textos produzidos pelos partidos e reproduzidos em jornal, nas páginas político-

²¹⁵ RODEGHERO, Op. Cit., p. 136.

²¹⁶ Idem, p. 109.

partidárias foi a fragmentação. A diferenciação e o expurgo do outro são estratégias típicas desse modo de operação da ideologia.

Segundo Thompson,

[...] diferenciação – isto é – ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder. Outra estratégia pertinente pode ser descrita como o expurgo do outro. Essa estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo. Essa estratégia, muitas vezes, sobrepõe-se com estratégias que têm como fim a unificação, pois o inimigo é tratado como desafio, ou ameaça, diante do qual as pessoas devem se unir [...] ²¹⁷

No caso específico das eleições de 1947, a diferenciação foi utilizada pelo PSD e pelo PTB. A estratégia ocorreu através da construção simbólica, com o objetivo de diferenciar o candidato cristão, ordeiro e democrático do candidato comunista, desordeiro e totalitarista. Outra estratégia - o expurgo do outro - consistiu na construção do inimigo, ou seja, o comunismo. Apesar de a última estratégia ser utilizada por ambos os partidos, o PTB foi mais enfático, sobretudo na fase final da campanha eleitoral.

Os últimos dias de campanha política pessedista giraram em torno do repúdio aos comunistas. Pela primeira vez, a propaganda política é estampada na capa do jornal Diário de Notícias, espaço habitualmente reservado às notícias internacionais. Destacou-se uma imagem de Walter Jobim e o *slogan* “Rio-Grandense: Este é o teu governador”, seguindo-se frases de aversão ao apoio comunista e a transcrição de uma nota da LEC afirmando não ter alterado sua posição em relação ao respectivo candidato devido à repulsa deste a qualquer tipo de aproximação com o comunismo. ²¹⁸

Todavia, o PTB não arrefeceu a estratégia de utilizar o discurso anticomunista em detrimento de Walter Jobim. Em uma montagem de imagem publicada através de um “A pedido”, com o título: “Este é o teu governador católico”, o rosto do candidato pessedista se assemelhava ao de Josef Stalin, pois foram acrescentados à figura de Walter Jobim um falso bigode e um gorro russo. ²¹⁹

²¹⁷ RODEGHERO, Op. Cit., p. 87.

²¹⁸ Diário de Notícias, 16 de janeiro de 1947, p. capa; Diário de Notícias, 17 de janeiro de 1947, p. capa; Diário de Notícias, 18 de janeiro, p. capa; Diário de Notícias, 19 de janeiro de 1947, p. capa.

²¹⁹ Diário de Notícias, 18 de janeiro de 1947, p. 10

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO
COM
WALTER JOBIM



RIO-GRANDENSE:
ESTE E' O TEU GOVERNADOR
QUE PROCLAMOU AO RIO GRANDE,
REFUDIANDO O AFOIO MARXISTA:

Se, por ventura, para vencer, fôsse necessária a colaboração do Partido Comunista, preferiria a derrota a ver o Rio Grande sob a influência da orientação comunista.

Fonte: Diário de Notícias, 16 de janeiro de 1947, p. capa.

Figura 3 – “A Pedido” do PSD demonstrando o repúdio em relação ao comunismo.



Fonte: Diário de Notícias, 18 de janeiro de 1947, p. 10.

Figura 4 – “A Pedido” do PTB associando Walter Jobim (PSD) a Josef Stálin.

Há, na disputa eleitoral, outro modo de operação da ideologia observado por Thompson: a dissimulação. A ideologia como dissimulação pode ser expressa em formas simbólicas, através de várias estratégias. Uma delas é o deslocamento, usada principalmente pelos petebistas em detrimento de Walter Jobim. Costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa, é usado para se referir a um outro e, com isso, por exemplo, conotações negativas são transferidas para outro objeto ou pessoa.²²⁰ Nesse sentido, se associou Walter Jobim a Josef Stalin objetivando a transferência de implicações inerentes ao respectivo deslocamento.

No Rio Grande do Sul, os embates entre o PSD e o PTB, nas eleições de 1950, foram menos intensos em relação à campanha de 1947. Apesar disso, o anticomunismo permaneceu como estratégia eleitoral de auferir votos, sobretudo através dos pessedistas.

Em comício realizado no município de Santa Cruz, o candidato petebista, Ernesto Dornelles, já alertava sobre o “espantinho do comunismo”. Evidencia-se que, desde 1950 – no contexto da guerra fria –, os partidos políticos tinham certa clareza de que o anticomunismo era uma estratégia eleitoral eficiente para auferir votos, em prejuízo dos adversários.

Prosseguindo em sua oração, disse o ilustre candidato da coligação que é preciso acabar com esse artifício de se assustar as populações menos experientes, notadamente do interior, com o comunismo, à falta de idéias para pregação, por parte dos adversários do sr. Getúlio Vargas. Condenou o comunismo russo, que aniquila a personalidade humana reduzindo-a apenas à situação de máquina do Estado, criticando enérgicamente o imperialismo soviético.²²¹

Segundo Rodeghero,

A Igreja tinha um discurso anticomunista bem elaborado e bem difundido, possuindo uma estrutura que permitia atingir grande parte da população e, portanto, dos eleitores. Tal discurso foi apropriado pelos candidatos e usado como escudo ou lança contra seus oponentes, independentemente até do posicionamento ideológico de cada um. Assim, pode-se depreender que o combate da Igreja ao comunismo não atingia apenas os fiéis isoladamente, mas repercutia no plano político-eleitoral e na definição de quem passaria a dirigir os destinos do Rio Grande do Sul.²²²

²²⁰ THOMPSON, 1995, p. 83-84

²²¹ Diário de Notícias, 19 de setembro de 1950, p. 2.

²²² RODEGHERO, Op. Cit., p. 109.

Dos embates diretos entre o PSD e o PTB, pode-se identificar novamente a fragmentação como modo de operação da ideologia. E o anticomunismo foi utilizado como estratégia de construção simbólica: a diferenciação. Naquela conjuntura, o candidato associado ao comunismo teria significativas implicações que até poderiam colocar em risco o sucesso de sua candidatura.

3. 16. A batalha pelo voto na zona colonial

Reafirma-se que, nas eleições de 1947 e 1950, a zona colonial do Rio Grande do Sul foi cenário de embates diretos entre pessedistas e petebistas. Nas páginas político-partidárias pagas ao Diário de Notícias pelos respectivos partidos, notabilizou-se avultado número de discussões girando em torno da questão colonial. Em um “A pedido”, intitulado: “A região colonial e o PSD”, faz-se uma dura crítica ao processo de nacionalização efetuado pelo Estado Novo, na conjuntura da Segunda Guerra Mundial.

Está ainda viva na lembrança das populações dos municípios coloniais, os vexames, as perseguições e as afrontas sofridas [...] quem nesse tempo mandava [...] no Brasil? O sr. Getulio Vargas! [...] Nada fez pela colônia o sr. Alberto Pasqualini.²²³

O PSD, através da utilização de panfletos escritos em italiano e alemão, associava os trabalhistas aos comunistas. Um “A pedido” publicado pelo PTB, intitulado: “Revivem, através do PSD, os métodos da camarilha nazista que ensangüentou o mundo e degradou a humanidade”, analisou a reprodução de um texto publicado em alemão pelos pessedistas.

O que causa indignação não é propriamente o fato de estar redigido numa língua estrangeira [...] O que repugna nesse boletim é a linguagem nazista [...] Hitler, Himmler, Goebbels et caterva começaram assim e, a pretexto de combater o comunismo escravizaram todo o povo alemão [...] Não contente de fazer uma aliança como o integralismo, o PSD usando a mesma técnica do nazismo, procura difamar os verdadeiros partidos democráticos, como o Partido Trabalhista, que nada tem a ver com o Partido Comunista.²²⁴

²²³ Diário de Notícias, 06 de dezembro de 1946, p. 08.

²²⁴ Diário de Notícias, 03 de janeiro de 1947, p. 06.

Walter Jobim defendeu-se por meio de um discurso publicado na página política do partido no jornal Diário de Notícias. O candidato pessedista esclareceu sua posição concernente ao totalitarismo, ou seja, repudiando todas as formas de ditadura e evocando o “amor pela liberdade” que caracteriza o brasileiro e, de modo especial, o rio-grandense. “O totalitarismo é planta daninha que não encontra ambiente para florescer em terras brasileiras”.²²⁵ Em contrapartida, o PSD também acusou o PTB de atitudes racistas e ludibrias: “Vem procurando suscitar na região colonial italiana a luta racial, com os slogans de que Pasqualini é [...] “enviado do governo da Itália para proteger os italianos do Rio Grande”, etc.”²²⁶

Em 1950, às vésperas das eleições, é publicada na página do PSD, no Diário de Notícias, a matéria intitulada “O Rio Grande que julgue! Com quem estão os comunistas?”. Essa matéria relacionou os comunistas aos candidatos petebistas Getulio Vargas e Ernesto Dornelles. O primeiro era acusado de legalizar o PCB e o segundo de votar, enquanto Senador, contra a cassação dos comunistas em 1947. Além disso, o PTB era acusado de utilizar folhetos com a fotografia de Cylon Rosa e Luiz Carlos Prestes como se fosse propaganda comunista e distribuí-los na zona colonial do Estado.²²⁷

Em síntese, torna-se perceptível que os aspectos relacionados ao “caráter cristão e democrático” dos partidos e candidatos, bem como a estratégia anticomunista estão interligados à disputa eleitoral na zona colonial do Estado. Assim como a fragmentação – modo de operação da ideologia estabelecido por Thompson – e as estratégias de diferenciação e de expurgo do outro foram utilizadas de forma sistemática.

²²⁵ Diário de Notícias, 14 de janeiro de 1947, p. 08.

²²⁶ Diário de Notícias, 14 de janeiro de 1947, p. 08.

²²⁷ Diário de Notícias, 1 de outubro de 1950, p. 12.

4. A crise política nacional e as eleições de 1954 para governador do Rio Grande do Sul

No presente capítulo, se analisará a disputa eleitoral entre pessedistas e petebistas, através dos modos de operação da ideologia, para governador do Rio Grande do Sul, tendo o jornal Diário de Notícias como fonte de pesquisa. Aborda-se a campanha eleitoral de 1954, alguns aspectos do governo Ildo Meneghetti e são identificados os eixos temáticos perpassantes nas disputas eleitorais entre o PSD e o PTB nas eleições de 1947, 1950 e 1954. .

4.1. O conturbado contexto político nacional

As eleições de 1954, no Rio Grande do Sul, foram condicionadas pelo impacto da crise nacional que desencadeou na morte do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto do mesmo ano, e pelos acontecimentos subsequentes. O segundo governo Vargas encontrou um cenário político difícil, pois governava num sistema político aberto e sem o apoio da maioria do Congresso. A política trabalhista e o desenvolvimento econômico de cunho nacionalista que tentava implantar enfrentaram forte oposição no Parlamento e em determinados setores das Forças Armadas.

O quadro se agravou com as tensões sociais decorrentes do processo inflacionário que atingia, sobretudo os setores médios e o operariado. Em junho de 1953, Vargas decidiu fazer uma reforma ministerial e, para o Ministério do Trabalho, nomeou João Goulart – liderança do PTB nos anos 1950 – com o intuito de neutralizar uma oposição mais radical das forças populares. Contudo, a pressão para medidas anti-inflacionárias não arrefeceu e, pelo contrário, cresceram as reivindicações dos trabalhadores pelo aumento do salário mínimo.

O ministro João Goulart, sob a pressão dos setores populares, decidiu formular uma proposta de 100% de aumento do salário mínimo. A mesma desencadeou uma forte oposição do empresariado e das Forças Armadas. Jango pediu demissão no mês de fevereiro de 1954, mas, em primeiro de maio daquele ano, Getúlio Vargas anunciou o novo salário mínimo, nos termos propostos por João Goulart. Apesar do sucesso popular da medida, ocorreu imediata reação do empresariado e dos meios políticos.

Conforme Delgado,

Sob a ótica dos setores conservadores, da UDN oposicionista e de importantes segmentos do Exército e do empresariado, a nomeação de Jango e sua atuação significava uma “virada” à esquerda dada pelo governo Getúlio. Esses setores da oposição argumentavam que a atuação do novo ministro vinha ao encontro das diretrizes sindicais e trabalhistas preconizadas pelos partidos e grupos mais à esquerda. Tomando a nomeação de Goulart como referência principal da reforma do Ministério Vargas, generalizaram as críticas ao governo, ultrapassando, em sua argumentação, os limites das questões trabalhistas. Afirmavam que a ordem liberal-democrática estava ameaçada pela ação [...] de Vargas e de seu Ministro João Goulart.²²⁸

Nesse contexto, a oposição civil e militar articulou o processo conspiratório que resultaria na crise de agosto de 1954 e na morte do presidente. As articulações políticas no Estado imergem nesses acontecimentos. O governo Dornelles estava alinhado ao governo Vargas e João Goulart - Secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul – chamado por Vargas para dirigir o PTB nacional, é posteriormente nomeado Ministro do Trabalho e acaba diretamente envolvido na crise política que se sucedeu. No plano político local, a oposição ao governo federal, em muitos casos, também representava oposição ao governo estadual.

4. 2. A Frente Democrática e a ruptura do PTB

Para se compreender as eleições de 1954, se torna necessário também entender alguns antecedentes em nível regional. A formação das clivagens políticas de 1954 deve ser buscada nas eleições de 1951 para a Prefeitura de Porto Alegre, a primeira para a capital após a democratização do país. Pela primeira vez, PSD, PL e UDN aliam-se na Frente Democrática em torno da candidatura de Ildo Meneghetti, do PSD, e derrotam o candidato petebista, Leonel Brizola. Do lado do PTB, Leonel Brizola havia buscado uma aproximação com o PSP e o PRP. O PSP já estava aliado ao PTB nas eleições de 1950, através do acordo Vargas-Ademar. Já, a aliança com o PRP foi criticada por setores petebistas, mas o pragmatismo eleitoral prevaleceu.

A Frente Democrática parecia ter um candidato natural ao governo estadual em 1954: Ildo Meneghetti. O PSD, PL e UDN estavam reunidos na oposição ao governo

²²⁸ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 143.

Vargas e constituíram uma aliança vitoriosa, em 1951, em Porto Alegre. Assim, é reeditada a Frente Democrática, reunindo, no Estado, os três partidos em torno do candidato Ildo Meneghetti. A Frente Democrática teve também o apoio do recém-formado PDC.

Do lado petebista, a situação era mais complexa, pois tinham vários nomes possíveis de candidatura: João Goulart, presidente nacional do PTB e que havia sido Ministro do Trabalho no governo Vargas; Alberto Pasqualini, senador pelo Rio Grande do Sul, que detinha grande popularidade; José Diogo Brochado da Rocha, deputado federal mais votado e Loureiro da Silva, o principal responsável pela organização do partido no Estado em 1945.

A disputa interna terminou quando João Caruso Scuderi – presidente regional do PTB – adotou a candidatura Pasqualini como a melhor opção. Caruso convenceu Vargas e Jango, que passaram a apoiá-la. Para Vargas, seria interessante manter João Goulart atuando em âmbito nacional. Loureiro da Silva, também passou a apoiar a candidatura Pasqualini. Contudo, preterido pela direção do PTB, Brochado da Rocha rompe com os trabalhistas em julho de 1954.²²⁹

Essa ruptura levou o partido a uma cisão. No mês de julho de 1954, na convenção do PSP, Brochado da Rocha foi indicado candidato ao governo do Rio Grande do Sul.²³⁰ O PRP também resolveu concorrer com candidato próprio ao governo do Estado e a candidatura Wolfram Metzler é oficializada na convenção de julho do corrente ano. Então, ficaram assim definidas as candidaturas para o pleito majoritário estadual de 1954: Ildo Meneghetti (PSD-PL-UDN), Alberto Pasqualini (PTB), Wolfran Metzler (PRP) e José Diogo Brochado da Rocha (PSP).

Apesar da existência do PDC e de outros partidos menores, a luta rio-grandense se havia reduzido ao conflito político entre o PTB e a Frente Democrática: aliança anti-PTB. O PSD, o PL e a UDN continuaram a concorrer em chapas separadas para a Câmara dos Deputados e para o legislativo estadual. Todavia, nos embates eleitorais com os petebistas, para o Senado e para governador, bem como, no geral, nas disputas

²²⁹ BODEA, Op. Cit., p. 108.

²³⁰ “As frustrações de José Diogo atraíram a atenção de Adhemar de Barros, o esperançoso candidato presidencial paulista, cuja lua-de-mel com Getúlio havia terminado há muito. Adhemar planejava concorrer à presidência da República em 1955 e, por essa razão, precisava estabelecer bases de apoio nos estados mais importantes. Um dos alvos principais era o Rio Grande do Sul [...] Além disso, procurava aliados políticos fortes [...] Com garantias de apoio de Adhemar e de sua máquina paulista de fabricar dinheiro, José Diogo aceitou concorrer como candidato do PSP a governador, com esperança de vencer, porque tinha muitos seguidores pessoais espalhados por todo o estado”. CORTÉS, Op. Cit., p. 225-226.

para o legislativo estadual, os três partidos da Frente Democrática funcionavam basicamente como força única.²³¹

4. 3. “Honestidade e Trabalho”: a campanha Ildo Meneghetti

A Frente Democrática (PSD-PL-UDN) foi nucleada em torno da oposição ao governo Vargas, sendo que se estendeu ao governo Dornelles. O engenheiro Ildo Meneghetti, com o lema “Honestidade e Trabalho”, iniciou, oficialmente, a campanha eleitoral no dia 6 de julho de 1954. O Diário de Notícias fez a cobertura jornalística do lançamento da candidatura no Cine-Teatro Baltimore. Usaram da palavra, os representantes de todos os partidos integrantes da coligação oposicionista. Em seu pronunciamento, o candidato Ildo Meneghetti, saudou adversários políticos e criticou a centralização dos poderes nas “mãos” do governo federal.²³²

Em campanha pelo interior do Estado, Ildo Meneghetti, concedeu uma entrevista ao Diário de Notícias abordando algumas questões sociais. Inicialmente, o candidato deixou claro que sua posição frente à questão social era de absoluta fidelidade às diretrizes das encíclicas sociais da Igreja Católica. De um lado, repelindo o capitalismo voraz, de outro, reprovando o marxismo e a luta de classes. Posteriormente, Meneghetti criticou o governo pelo encarecimento do custo de vida no país através do processo inflacionário que assolava as classes trabalhadoras.

²³¹ CORTÉS, Op. Cit., p. 235.

²³² Diário de Notícias, 8 de julho de 1954, p. 2.



Fonte: Diário de Notícias, 4 de julho de 1954, p. 5.

Figura 5 – “A Pedido” do PSD convidando os correligionários e o “povo em geral” para o lançamento oficial dos candidatos da Frente Democrática.

Depois, Meneghetti comentou a relação do Estado com a livre iniciativa:

[...] reconhecemos caber ao Estado, pela justiça distributiva, a supervisão do trabalho, mas dentro de certos limites, penetrado de um seguro devotamento aos interesses supremos da Pátria, sem ingerências exageradas, atentatorias aos direitos da Pátria, da personalidade humana e cerceadora da livre iniciativa que, quando superiormente inspirada, é fonte de progresso e de enriquecimento nacional.²³³

²³³ Diário de Notícias, 11 de julho de 1954, p. 4.

Após várias notícias sobre o roteiro do candidato Ildo Meneghetti pelo interior do Estado – vinte cidades e quarenta distritos –, o Diário de Notícias, em 27 de julho de 1954, publicou, através de matéria paga pelo partido, os pontos essenciais afirmados pelo candidato da Frente Democrática no “roteiro cívico” pelo Rio Grande do Sul.

1 – Precisarei lembrar-vos o sentido da luta em que nos empenhamos? Por certo não, pois a coligação dos partidos fala bem claro da significação desta cruzada democrática de um povo que se afirma na resolução de sobreviver e no juramento de encaminhar seus angustiantes problemas através do despeito aos direitos da pessoa humana e da austera dignidade dos costumes republicanos; 2 – Clama-se por êsse país afora pela batalha da produção [...] Para isso, formam-se num abrir e fechar de olhos verdadeiras entidades burocráticas, quase sempre ricas em aparato e vazias em ação. Pedisse eu nesse momento o depoimento de boa parcela da assistência presente e essa cerimônia cívica e, certamente, chegaríamos a triste conclusão de que o homem do campo, o agricultor, é, na maioria das vezes, vítima da mais grosseira e criminosa mistificação; 3 – O imposto territorial [...] cabe melhor no elenco impositivo dos municípios [...] Delegá-los aos municípios, portanto, parece duplamente conveniente. Primeiro, porque concorrerá para fortalecer as finanças locais [...] Em segundo lugar, porque os municípios dispõem de melhores condições para promover a discriminação conveniente, para justa arrecadação do imposto territorial; 4 – O Estado democrático somente se concebe como instrumento de realização das finalidades humanas [...] Deve, pois, concorrer para a existência, para a valorização e a expansão dos indivíduos, dentro da família e da sociedade, facilitando-lhes penosa e eterna conquista do bem estar e da felicidade [...] 5 – [...] a Secretaria da Agricultura, com magnífica operosidade dos seus técnicos, precisa ter os seus quadros redobrados para a vastidão das incumbências que lhe pesam. É que a assistência eficiente ao agricultor terá efetividade maior se forem criados órgãos regionais e municipais que levem ao centro de produção [...] Trata-se em suma de promover a descentralização dos serviços [...]; 6 – Em relação as rodovias, pretendo, como governante, restaurar o DAER em sua tradição de órgão dedicado, sem preocupações eleitoreiras, ao aperfeiçoamento de nossas estradas. Impõe-se devolver a esse órgão [...] com aparelhamento e organização e pessoal dedicado exclusivamente a sua enorme tarefa.²³⁴

Em entrevista concedida ao Diário de Notícias, no dia 1º de agosto de 1954, Meneghetti falou sobre a resolução dos problemas de assistência e saúde pública no Estado. Segundo o candidato pessedista, havia índices elevados de doenças contagiosas no Rio Grande do Sul e a resolução desse problema passaria por uma completa reestruturação da Secretaria de Saúde e dos serviços de assistência social, ou seja, a instalação de novos centros de saúde e postos de higiene, estendendo a rede de unidades sanitárias a todos os municípios.

²³⁴ Diário de Notícias, 27 de julho de 1954, p. 11.

Para tanto, segundo Meneghetti, seria necessária uma cooperação assistencial:

No planejamento e execução da política de saúde e assistência a ação do Estado deverá exercitar-se em íntima articulação com os órgãos federais, municipais e para oficiais e, em perfeito entrosamento com a iniciativa particular [...] ²³⁵

Permaneceu avultado o número de notícias concernentes ao roteiro do candidato Ildo Meneghetti pelo interior do Estado. Em matéria paga ao jornal, pelo partido, foram publicados cinco pontos essenciais afirmados pelo candidato da Frente Democrática:

1 – O Banco do Rio Grande do Sul deve voltar-se para as finalidades que inspiraram sua constituição [...] embora sem abandono de outras operações, retorne a cuidar do crédito agro-pastoril; 2 – [...] O incremento ao cooperativismo, quer de produção quer de consumo como estímulo à formação de redes comerciais centralizadas, representam fórmulas já experimentadas por outros povos com proveito para a economia coletiva e para o barateamento das utilidades. 3 – [...] estimular a organização de equipes mecanizadas que nas regiões de pequenas e médias propriedades, realizem sob regime de empreitada, os principais serviços [...] empresas privadas ou de economia mista, porém sob direção privada, devem ser fomentadas para a mais eficiente alteração desse importante mister; 4 – [...] quero imprimir à administração o cunho da impessoalidade e de respeito, de ordem e disciplina [...] obedecer às leis e ao princípio da mais vigorosa moralidade no trato da coisa pública, criando um ambiente de confiança assim entre governantes e governados [...]; 5 – [...] em vários setores o governo se omitiu pelo temor ou por cálculo [...] A iniciativa privada tem feito verdadeiros prodígios para cobrir a sua parte [...] mas é mister que o poder público a seu turno, cumpra a sua missão sem interferências descabidas, sem exageros de estatismo, mas amparando e estimulando a produção, facilitando o desenvolvimento [...] e não o entervando e dificultando. ²³⁶

As notícias sobre os partidos políticos, no Diário de Notícias, abordavam frequentemente os itinerários dos comícios de cada candidato. No caso do PSD, é notória a ênfase na questão do papel do Estado na economia e sua relação com a iniciativa privada. De acordo com o jornal, o candidato Ildo Meneghetti, no comício realizado no município de Santa Maria, falou sobre a excessiva e desorientada intervenção dos poderes públicos que vem sujeitando aos que trabalham e produzem no país. ²³⁷

²³⁵ Diário de Notícias, 1 de agosto de 1954, p. 12.

²³⁶ Diário de Notícias, 12 de agosto de 1954, p. 11.

²³⁷ Diário de Notícias, 17 de agosto de 1954, p. 2.

No discurso proferido no município de Carazinho, o candidato Ildo Meneghetti posicionou-se sobre a questão da intervenção do Estado na economia:

O intervencionismo excessivo amarra a atividade econômica, sujeitando-a a um número de normas muitas vezes contraditórias [...] É preciso desamarra as mãos dos que trabalham [...] criam riquezas e bem-estar [...]²³⁸

Em suma, as afirmações de Ildo Meneghetti, na sua campanha pelo interior do Rio Grande do Sul, permitem identificar a crítica ao governo federal, evidenciada tanto pelas alusões feitas ao “burocratismo”, como pela crítica à partidarização dos órgãos e serviços públicos. No que se refere a questões de cunho regional, evidencia-se a defesa do “municipalismo”, o elogio à iniciativa privada e a crítica ao exagero da intervenção estatal na economia.

4. 4. “O Estado como promovedor da justiça social”: a segunda campanha Alberto Pasqualini

A campanha petebista iniciou um pouco depois, em relação à do PSD, devido aos problemas de saúde do candidato Alberto Pasqualini, escolhido na convenção do PTB em 18 de junho de 1954. O estado de saúde do candidato petebista foi motivo de especulações, mas sua candidatura fora mantida. Conforme noticiado pelo Diário de Notícias,

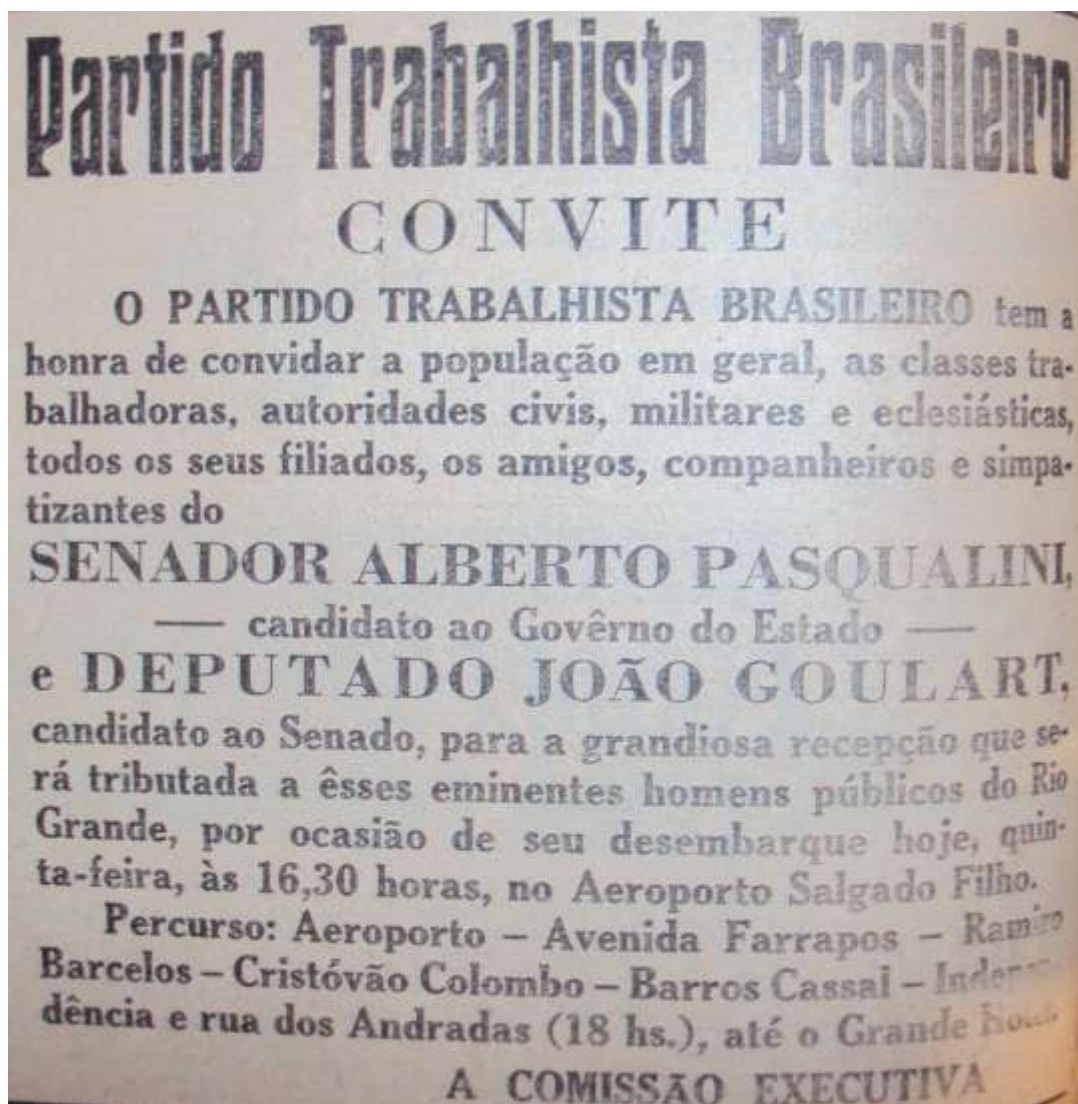
Ficou assentado que o sr. Alberto Pasqualini fará a campanha, mas atendendo o seu estado de saúde, traçará um roteiro de convenções e comícios, de modo que não fique muito exausto. Será uma campanha leve, atingindo os principais municípios.²³⁹

O PTB, através das páginas político-partidárias, veiculou no Diário de Notícias, uma ampla reportagem da chegada de Pasqualini e Goulart à capital do Estado para o lançamento oficial da campanha: “Alberto Pasqualini e João Goulart ovacionados por dezenas de milhares de pessoas, ao longo do trajeto entre o Aeroporto e o Grande

²³⁸ Diário de Notícias, 21 de agosto de 1954, p. 2.

²³⁹ Diário de Notícias, 16 de julho de 1954, p. 16.

Hotel”.²⁴⁰ Na sacada do Grande Hotel, João Goulart declarou: “Pasqualini um candidato que será eleito sem conchavos políticos”.²⁴¹ Pasqualini afirmou: “O povo decidirá nas urnas quem deve governar o Rio Grande do Sul: se as forças do conservadorismo ou as forças do progresso e da justiça social”.²⁴²



Fonte: Diário de Notícias, 22 de julho de 1954, p. 16.

Figura 6 – “A Pedido” do PTB convida a população em geral por ocasião da recepção do senador Alberto Pasqualini, candidato ao governo estadual, e do deputado João Goulart, candidato ao Senado.

²⁴⁰ Diário de Notícias, 23 de julho de 1954, p. 5.

²⁴¹ Diário de Notícias, 23 de julho de 1954, p. 5.

²⁴² Diário de Notícias, 23 de julho de 1954, p. 5.

O lançamento da candidatura Pasqualini, dia 24 julho de 1954, realizado em um bairro operário, no Cine-Teatro Tália, contou com ampla cobertura do Diário de Notícias no dia subsequente. João Goulart – candidato a senador pelo PTB no Estado – fez o discurso de abertura, falou sobre o caráter democrático e cristão da campanha petebista. Além disso, afirmou que Pasqualini era o candidato que mais se identificava com as reivindicações dos trabalhadores.

Sobre a campanha, João Goulart afirmou,

A nossa bandeira está desfraldada. Não andamos à procura de um lugar de governador. Defendemos idéias e princípios que pairam acima de egoísmos ou interesses personalistas [...] Que não partam de nós as provocações. Porém se elas vierem ou continuarem, saberemos mostrar a determinados politiquês que no Rio Grande não há lugar para injúrias e as calúnias que alimentam certos panfletários da Capital da República, a serviço quase sempre de manobras escusas e de interesses inconfessáveis”.²⁴³

Observa-se que a fala de Goulart está permeada pela crise política existente no país. Posteriormente, o candidato Alberto Pasqualini fez uso da palavra. O PTB publicou o discurso plataforma de Pasqualini no Diário de Notícias. Foi reafirmado o programa de 1947, sendo observadas algumas alterações pormenorizadas do mesmo. O candidato abordou o sentido da disputa eleitoral, isto é, seguir o caminho que conduz à paz e à justiça social, dentro da ordem democrática e cristã ou retroceder às fórmulas arcaicas de uma política inteiramente vazia de verdadeiro conteúdo humano.²⁴⁴

A seguir, Pasqualini abordou a tirania da miséria,

É a tirania da miséria, da necessidade e do sofrimento, que aflige imensas parcelas de nossa população: que transforma em tragédia a vida daqueles que lutam pelo pão de cada dia, de todos os que vivem de salários, cujo nível sempre abaixo das necessidades mais elementares e, quanto se fala em elavá-los, desencadeia-se tormenta que quase abala as próprias instituições, como se o Governo não assistisse o direito, quando na verdade tem o dever, de proteger os fracos e os humildes, contra o pior de todos os inimigos da paz, da liberdade da democracia, da justiça e da tranqüilidade social, que é o abuso do poder econômico [...] Invocam-se então todas as teorias do liberalismo, manipulando-as [...] de modo a confundi-las e identificá-las com o liberalismo político, a fim de dar a impressão de que toda a intervenção do Estado no campo econômico e social é atentar contra a democracia e a liberdade.²⁴⁵

²⁴³ Diário de Notícias, 25 de julho de 1954, p. 10.

²⁴⁴ Diário de Notícias, 25 de julho de 1954, p. 11.

²⁴⁵ Diário de Notícias, 25 de julho de 1954, p. 11.

Pasqualini defendia a intervenção do Estado na economia para suprir as deficiências da iniciativa privada, bem como para corrigir suas “anomalias”, pois o Estado deveria ser colocado acima dos interesses particulares de pessoas ou grupos. Segundo Pasqualini, o papel do Estado seria o de administrar a justiça, ou seja, defender os mais “fracos” numa sociedade em que alguns setores dominantes têm todas as condições favoráveis. No que diz respeito aos aspectos mais concretos da administração pública, abordou a questão da moralidade administrativa como princípio essencial e a manutenção das finanças públicas.²⁴⁶

Nesse momento, pode-se identificar o pano de fundo que permeou as eleições desde 1947 no Rio Grande do Sul, isto é, de um lado, o trabalhismo e o primado da sociedade urbano-industrial, a intervenção estatal na economia e a legislação social e, de outro, o liberalismo pessedista, bem como a defesa de um modelo primário-exportador.

Pasqualini fez referência ao saneamento das finanças efetuadas pelo governo Ernesto Dornelles:

Seria, pois, uma incoerência se não cuidássemos de manter saneadas as finanças do Estado. O trabalho do futuro governo será facilitado pelos esforços coroados de êxitos feitos nesse sentido pelo governo do eminente general Ernesto Dorneles, com a colaboração eficiente e o esclarecido apóio da Assembléia Legislativa do Estado.²⁴⁷

Entre outras questões, Pasqualini ainda abordou a questão do desenvolvimento industrial através de uma relação harmônica entre a indústria e as atividades agropecuárias. Também ressaltou que o sistema de geração e transmissão de energia e o sistema de transporte constituem bases fundamentais concernentes ao desenvolvimento econômico. Para tanto, seria necessária articulação das esferas federais, estaduais e municipais.²⁴⁸

No dia 31 de julho de 1954, Pasqualini iniciou sua campanha pelo interior do Estado, no município de Novo Hamburgo, uma das principais bases de apoio ao candidato Wolfran Metzler e ao PRP. O candidato trabalhista abordou, entre outras temáticas: a modernização dos transportes e dos processos de criação e produção agrícola e a viabilidade de recursos técnicos para os pequenos agricultores.

²⁴⁶ Diário de Notícias, 25 de julho de 1954, p. 11.

²⁴⁷ Diário de Notícias, 25 de julho de 1954, p. 11.

²⁴⁸ Diário de Notícias, 25 de julho de 1954, p. 11.

Mas a ênfase de seu discurso estava permeada pelo contexto da crise política existente, pois o segundo governo Vargas enfrentava um quadro de tensões sociais provocadas pelo aumento da inflação e do custo de vida que atingia, sobretudo os setores médios e o operariado. A grande imprensa, – principalmente os Diários Associados – interligada aos setores oposicionistas, tornava-se porta voz dos interesses contrários ao governo federal.

Vargas governava o país num contexto de pressão com perspectivas de *impeachment* e golpe de Estado. Entre outras questões, destaca-se a crítica oposicionista a aspectos nacionalistas desse governo. Já, em 1953, havia uma tentativa de *impeachment* quando Vargas foi acusado de favorecimento relacionado a empréstimos oriundos do Banco do Brasil para financiar o jornal Última Hora, de Samuel Wainer. No ano seguinte, as denúncias foram mais intensas e objetivavam afastar o presidente do poder.

O Diário de Notícias, no dia 3 de agosto de 1954, nas notícias políticas estaduais, publicou parte do discurso de Alberto Pasqualini:

Estamos, mais uma vez, lado a lado, num outro embate que decidirá os rumos políticos e administrativos do Estado. Não se trata de uma competição pessoal pela posse do governo. Se assim fôsse, eu não estaria aqui a vos falar neste momento. O que está novamente em jôgo é a causa do trabalhador. Não podeis alimentar qualquer ilusão a respeito das verdadeiras intenções daqueles que, a pretexto de salvaguardar a democracia, que dizem ameaçada, investem contra os trabalhistas e o govêrno, acusando-nos até de estarmos conspirando contra o regime. Há, em verdade, no meio de tudo isso, uma grande conspiração, mas que não parte de nós e sim das forças reacionárias. Exploram uma situação ocasional de dificuldades, tentam minar a fé e as esperanças do povo, espalhando a confusão e a descrença, a fim de preparar ambiente para retroceder na marcha das conquistas sociais.²⁴⁹

O candidato petebista, apesar do seu instável estado de saúde, percorreu vários municípios com a comitiva trabalhista. No município de Caxias do Sul, Pasqualini voltou a destacar o papel estatal e sua relação direta com a promoção da justiça social: “O Estado deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para aliviar a situação dos trabalhadores, porque os trabalhadores são os que produzem a riqueza e devem, portanto, ter nela uma justa participação”.²⁵⁰

²⁴⁹ Diário de Notícias, 3 de agosto de 1954, p. 9.

²⁵⁰ Diário de Notícias, 8 de agosto de 1954, p. 5.

Grosso modo, a proposta de Pasqualini defendia o desenvolvimento econômico estadual através de investimentos em setores estratégicos, tais como transportes e energia. Além disso, enfatizou que a indústria e a agricultura – acesso aos recursos técnicos para o pequeno produtor – precisariam desenvolver-se em harmonia e que o Estado deveria ser o promovedor da justiça social.

4. 5. A busca pela legitimação

No mês de agosto de 1954, através de “A pedidos,” o PSD acusou o PTB de utilizar dinheiro público para a campanha política. As acusações eram realizadas em termos ofensivos ao governo Dornelles: “[...] o governo está gastando dinheiro público em propaganda política, mistificadora e demagógica [...]”.²⁵¹

Além disso, os pessedistas criticavam tanto o governo federal quanto o estadual. O PSD acusava o governo trabalhista de ser “nefasto” e “prejudicial” aos “interesses nacionais”.

“[...] Todos sabem, o país inteiro conhece, que a grande crise do Brasil, passados estes anos de administração trabalhista, é de ordem moral. A suspeição, os escândalos, as denúncias e as acusações, roubaram ao governo autoridade e confiança popular [...]”.²⁵²

Observa-se, nos primeiros meses da disputa política para o cargo majoritário estadual, que ambos os partidos, através da legitimação – modo de operação da ideologia – utilizaram a racionalização como estratégia de construção simbólica.²⁵³ O PSD, através da construção simbólica negativa em relação ao governo petebista – federal e estadual – buscou criar o raciocínio que levasse o leitor a uma conclusão: a crise política, econômica e social era fruto de uma administração permeada por escândalos e que não tinha autoridade moral para administrar o país e o Estado. Portanto, os governos trabalhistas de Vargas e Dornelles eram responsáveis pelo clima de “intranquilidade” e “desordem”. Sendo assim, Meneghetti seria o candidato que estaria acima dos conflitos pessoais ou partidários, ou seja, o candidato ideal para

²⁵¹ Diário de Notícias, 7 de agosto de 1954, p. 2.

²⁵² Diário de Notícias, 19 de agosto de 1954, p. 2.

²⁵³ THOMPSON, Op. Cit., 1995, p. 82-83.

governar o Rio Grande do Sul, ancorado em sua honestidade e capacidade administrativa.

Enquanto isso, no PTB, por meio da construção simbólica, percebe-se que o partido buscou demonstrar a preocupação com a moralidade administrativa, com o saneamento das finanças públicas e com o processo de industrialização. Esse partido também procurou mostrar que aquilo que estava em jogo na disputa eleitoral eram dois lados opostos. De um, estavam os petebistas que defendiam os trabalhadores e preconizavam a justiça social e, de outro, os pessedistas reacionários que ameaçavam as conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores após a ascensão dos governos trabalhistas.

Reitera-se a posição de perceber o jornal Diário de Notícias como uma tribuna política, isto é, espaço utilizado pelo PSD e PTB para a construção simbólica dos respectivos discursos políticos. Ali, tanto pessedistas quanto petebistas buscavam a legitimidade de suas propostas visando convencer o eleitorado através dos modos de operação da ideologia.

4. 6. O Diário de Notícias e a crise política

No cenário político nacional, os Diários Associados destacavam-se como opositores diretos do governo federal. Assis Chateaubriand, então senador pelo PSD, criticava contundentemente os aspectos nacionalistas do governo Vargas. Essa oposição intensificou-se após o atentado ao jornalista Carlos Lacerda. O Diário de Notícias fez intensa cobertura jornalística do caso, sendo o diretor-secretário da redação – Say Marques – um convicto opositor de Vargas.²⁵⁴

Os editoriais do jornal – produzidos por Ernesto Corrêa - abordaram sistematicamente a questão do atentado a Carlos Lacerda e a necessidade de os fatos serem apurados. Todavia, sempre foi destacado o zelo pela constitucionalidade.²⁵⁵ Faz-se necessário ressaltar que as eleições estaduais estavam intrinsecamente ligadas à crise política nacional e o que se referia ao governo Vargas tinha implicação direta com o governo Dornelles e com a disputa eleitoral local.

²⁵⁴ Ver: DE GRANDI, Op. Cit., p. 85.

²⁵⁵ Diário de Notícias, 7 de agosto de 1954, p. 4; Diário de Notícias, 14 de agosto de 1954, p. 4; Diário de Notícias, 21 de agosto de 1954, p. 4.

Não se pretende reconstruir a história desse meio de comunicação, mas é plausível observar sua relação com o cenário político local e que o mesmo foi um importante agente político. Levando-se em consideração somente a produção editorial, percebe-se o referido jornal como um mecanismo de elaboração de representações possuidoras de um conteúdo político. Enfim, ao produzir representações de uma intencionalidade política, o jornal atua também no campo da ideologia.

Cortés descreve assim a crise política nacional:

Liderados pelo enfurecido Lacerda, explodiram por todo o país, nos editoriais dos jornais e das rádios, pedidos para que Getúlio renunciasse. Os ex-presidentes Arthur Bernardes e Eurico Gaspar Dutra pediram a Vargas que, pelo bem do país, renunciasse. Oficiais da Força Aérea e generais do Exército exigiram que Getúlio abandonasse o cargo. O vice-presidente Café Filho sugeriu a Vargas que ambos renunciassem, para que o Congresso pudesse eleger um sucessor interino até a eleição de 1955, mas Vargas respondeu: “Em hipótese nenhuma renunciarei. Se eles tentarem tomar o Catete, terão de passar primeiro por cima de meu cadáver”.

O impacto da morte do presidente Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto de 1954, foi violento no Rio Grande do Sul. As sedes dos partidos PSD, UDN e PL foram saqueadas e incendiadas, vários prédios destruídos ou seriamente danificados. As instalações do jornal Diário de Notícias foram destruídas e o jornal deixou de circular naquele momento. Houve um efeito imediato da morte do presidente sobre o processo político rio-grandense: a paralisação da campanha eleitoral.

Após a retomada dessa, ocorreu um processo de radicalização da campanha eleitoral petebista. Políticos influentes do trabalhismo estadual, como o candidato ao senado João Goulart, trouxeram para o primeiro plano as bandeiras nacionalistas e antiimperialistas. Entre os líderes trabalhistas ocorreu o que Bodea denomina de “radicalismo” e “emocionalidade”, cujo efeito eleitoral tornou-se negativo. Naquela conjuntura, o partido passou a ter uma oposição mais aberta da Liga Eleitoral Católica (LEC).

Segundo Bodea,

No campo trabalhista [...] houve erros de avaliação em relação ao impacto mais imediato do 24 de agosto. Se é verdade que o gesto extremo de Getúlio conjurara o perigo de um golpe militar por parte das forças de direita, os incidentes que se seguiram, somados à radicalização e emotividade crescentes da campanha trabalhista tiveram o efeito negativo de assustar a classe média e

alienar setores mais moderados do eleitorado, efeito este que os líderes trabalhistas certamente subestimaram.²⁵⁶

Cortés definiu a campanha petebista, após a morte de Vargas, como numa “cruzada metafísica por vingança”,

Com a tradicional bravata gaúcha e falta de sutileza, o PTB superestimou sua posição, transformando a campanha numa cruzada metafísica por vingança. Ficou claro que uma vitória estadual do PTB ultrapassaria a mera expressão de ressentimento gaúcho contra o Brasil, como já acontecera durante a Revolução Farroupilha e a Revolução de 1930. Também, resultaria na vingança do PTB gaúcho contra os inimigos locais de Vargas, principalmente contra a Frente Democrática. A campanha do PTB ficou caracterizada pelos discursos inflamados e por ameaças de violência, liderados pelo candidato ao Senado Ruy Ramos e pelo candidato ao Congresso Leonel Brizola. Moderados, independentes e gente que defendida a autonomia do estado, que talvez teriam votado em protesto com o PTB, ficaram, ao contrário, assustados e correram para a FD [Frente Democrática].²⁵⁷

Já, o PSD utilizou habilmente os efeitos da morte de Vargas. O pânico e os receios dos setores médios urbanos e dos pequenos e médios agricultores foram explorados pelos pessedistas. O candidato Ildo Meneghetti pregou a defesa da “ordem e tranquilidade”, sendo o candidato da Frente Democrática apresentado como defensor da propriedade privada, da família e da religião. Além disso, a reaproximação do PTB com o PCB, após a morte de Vargas, foi utilizada intensamente contra os petebistas acusados de comunistas.²⁵⁸

A morte do presidente e os acontecimentos subsequentes foram determinantes no processo de construção simbólica de ambos os partidos. O PTB, através da fragmentação, utilizou a estratégia do expurgo do outro²⁵⁹ para construir o raciocínio de que a Frente Democrática era agente do imperialismo nocivo ao país, bem como uma ameaça à ordem democrática vigente.

O PSD utilizou-se do mesmo modo de operação da ideologia com mais veemência. Denominando-se defensor da “ordem e tranquilidade”, buscou criar um raciocínio que levasse o leitor a uma conclusão: o PTB era uma grande ameaça à

²⁵⁶ BODEA, Op. Cit., p. 123.

²⁵⁷ CORTÉS, Op. Cit., p. 231-232.

²⁵⁸ BODEA, Op. Cit., p. 121-122.

²⁵⁹ “Essa estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo. Essa estratégia, muitas vezes, sobrepõe-se com estratégias que têm como fim a unificação, pois o inimigo é tratado como desafio, ou ameaça, diante do qual as pessoas devem se unir [...]” THOMPSON, Op. Cit., 1995, p. 86-87.

propriedade privada, às famílias e à religião. E, Meneghetti, como baluarte destes valores, poderia salvaguardar o Estado da ameaça trabalhista-comunista.

Em decorrência do contexto político da época, os discursos produzidos pelos partidos e reproduzidos na linguagem jornalística, através do Diário de Notícias, atuavam como construtores de um ideário político. A intencionalidade visava estabelecer relações de dominação, constituindo um fenômeno ideológico.

Nessa perspectiva, os partidos políticos se utilizam do simbólico para se representar e se fixam quando conseguem estabelecer sentido entre aquilo que está sendo representado em relação àqueles que se relacionam com estas representações. O imaginário político não surge do vazio; pelo contrário, possui uma estrutura social para efetivar-se. Portanto, esse imaginário se constrói através das relações simbólicas e de sentido que envolvem os indivíduos e os grupos em torno de algo.

Assim, os petebistas buscavam legitimar o seu discurso político através da racionalização; baseada, sobretudo, no avanço das conquistas sociais pelos trabalhadores. Enquanto isso, a racionalização pessedista estava pautada no restabelecimento da ordem em contraposição à desordem provocada pelos governos trabalhistas. Nessa linha de raciocínio, a ordem era positiva, enquanto as lutas sociais, a mobilização e os conflitos seriam campo fértil para o advento do comunismo.

4. 7. A “tradição da alternância no poder”

Nas eleições do dia 3 de outubro de 1954, Meneghetti suplantou Pasqualini por uma margem pequena de votos. De acordo com Cánepa, o pleito foi nitidamente polarizado: de um lado, o candidato da Frente Democrática (PSD-PL-UDN), com 46,17% dos votos e, de outro, o candidato do PTB que atingiu 42,51% dos votos. Apesar de o PTB ter sido derrotado, tanto para o cargo majoritário estadual, como para o Senado, os petebistas se mantêm como o maior partido estadual, aumentando sua representatividade na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa.²⁶⁰

²⁶⁰ CÁNEPA, Op. Cit., p. 203-204.

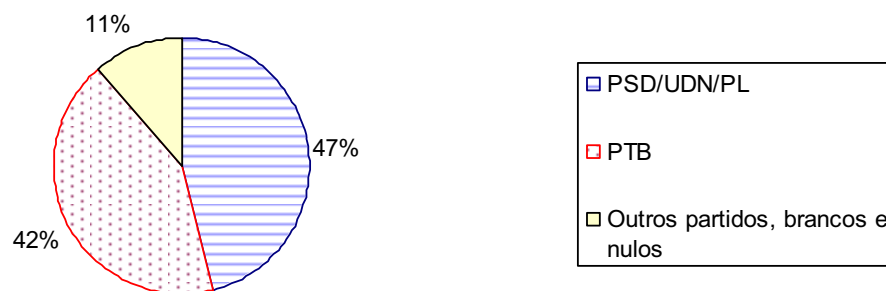
Tabela 5 – Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 3/10/54

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
Ildo Meneghetti	PSD/UDN/PL	386.821	46.17
Alberto Pasqualini	PTB	356.183	42.51
Wolfran Metzler	PRP	71.110	8.48
José Diogo Brochado da Rocha	PSP	7.396	0.88
J. Pereira Sampaio*	PSB	73	0.00
Branco		11.010	1.38
Nulos		5.162	0.61
TOTAL		837.755	100

Fonte: CÂNEPA, Op. Cit., p. 201.

* A candidatura de J. P. Sampaio foi retirado ao final da campanha.

Gráfico 3 - Polarização Partidária (1954)



Com as eleições de outubro de 1954, encerrou-se toda uma fase do trabalhismo no Rio Grande do Sul. A morte de Getúlio Vargas e a segunda derrota eleitoral de Alberto Pasqualini fizeram desaparecer do cenário político as duas grandes lideranças históricas do PTB. Pasqualini, acometido de grave enfermidade, praticamente retirou-se das atividades políticas, vindo a falecer em 1962. Duas novas lideranças, Leonel Brizola e João Goulart assumiram a direção do partido. E Brizola consolidou-se, a partir de

então, como liderança petebista em nível regional, enquanto Jango afirmou-se como figura exponencial do partido em nível nacional.

Cortés enfatiza ser o ano de 1954 o divisor de águas na história do PTB:

O ano de 1954 caracterizou-se por mudanças na liderança do PTB gaúcho, com efeitos sobre o partido trabalhista nacional, em virtude do controle gaúcho sobre a máquina do partido. Ocorreu a morte de Getúlio Vargas, fundador e líder do partido, como também foi o fim do período dos três líderes estaduais que haviam, originalmente, construído o PTB gaúcho: Pasqualini, que estava morrendo, o derrotado José Diogo e o frustrado Loureiro da Silva. Finalmente, o ano foi marcado pela ascensão ao poder de um novo trio de líderes petebistas, os herdeiros de Vargas: Leonel Brizola, Fernando Ferrari e João Goulart, que, quando morreu seu benfeitor, tomou conta do partido.²⁶¹

Após 1954, ocorreu um processo de cisão interna no PTB estadual, através da disputa entre as alas de Pasqualini e Brizola, sendo a primeira fora superada pela segunda. Brizola representou a tentativa de incorporar as massas dentro de uma perspectiva de redistribuição do capital e da terra. Além disso, posicionou-se frontalmente contra a presença do capital estrangeiro, em detrimento da ala pasqualinista que aceitava o capital estrangeiro, desde que controlado pelo Estado.

No que concerne à divisão geográfica no Rio Grande do Sul, os partidos mantêm a mesma distribuição. O PTB foi o partido mais urbano e, na capital, firmou-se como partido francamente majoritário tanto nas eleições para o Executivo como nas legislativas. Na Frente Democrática, PL e UDN eram mais urbanos, sobretudo a UDN, e o PSD era o partido das pequenas localidades do interior; disputando, em muitos casos, a mesma área geográfica do PRP.²⁶²

Na terceira eleição ao governo estadual, após a democratização no país, pode-se observar aquilo que Trindade e Noll denominaram de “padrão latino de polarização partidária” e “tradição da alternância no poder”.²⁶³ Ocorreu, nesse Estado, uma

²⁶¹ CORTÉS, Op. Cit., p. 237.

²⁶² CÁNEPA, Op. Cit., p. 204-207.

²⁶³ “O tipo de clivagem político-eleitoral que se estruturava no Rio Grande do Sul é provavelmente tributário também da cultura política platina onde digladiavam-se, desde o século passado, “federales” e “unitários” na Argentina e “blancos” e “colocados” no Uruguai. A confrontação PTB/anti-PTB do pós-45, fugindo ao padrão brasileiro dominante, em grande medida, é a reprodução no interior do sistema multipartidário da polarização preexistente, cuja origem histórica configurou-se no estuário da Revolução dos Farrapos, definindo o processo de estruturação das opções políticas regionais. Esse padrão torna mais consistente no Império a competição entre conservadores e liberais e explica, também, na República Velha o estilo radicalizado do confronto entre conservadores-liberais (federalistas e libertadores) e conservadores-autoritários (republicanos positivistas) [...] Outro traço que, na tradição gaúcha, não pode ser dissociado do bipartidarismo de fato é o persistente padrão de alternância político-eleitoral. A análise

progressiva aglutinação das forças políticas contrárias ao PTB, nucleadas em torno do PSD – dissidente do diretório nacional – para disputar as eleições contra o PTB.

Outro traço que, na tradição rio-grandense, não pode ser dissociado da polarização é o persistente padrão de alternância político-eleitoral. Nas eleições de 1947, o PSD de Walter Jobim, mesmo sem o apoio do PL e da UDN, derrotou o candidato petebista Alberto Pasqualini. Em 1950, o PTB de Ernesto Dornelles, sob o impulso da candidatura de Vargas à Presidência, derrotou o pessedista Cylon Rosa, aliado à UDN e ao PRP. Já, em 1954, o PSD de Ildo Meneghetti retornou ao poder, com o apoio da UDN e do PL, derrotando o candidato petebista Alberto Pasqualini.

Em relação ao sistema democrático-representativo vigente no período abordado, pode-se observar que as estruturas autoritárias do período estadonovista permaneceram significativamente, provocando o retardamento do processo de institucionalização do sistema partidário. Contudo, no Rio Grande do Sul, os partidos políticos estiveram próximos da realização das funções atribuídas nos sistemas democrático-liberais.

De acordo com Cánepa,

[...] Os partidos políticos gaúchos apresentam diferenças importantes desde o momento de sua formação, as quais serão redefinidas no decorrer do período. Tais diferenças podem ser identificadas, tanto em relação à composição social de suas bases eleitorais como em relação às propostas políticas que são por eles defendidas [...] As redefinições partidárias não são aleatórias nem tampouco se restringem à “lógica” decorrente da necessidade de ganhar eleições que, num sistema multipartidário, tende a determinar a formação de alianças. Pensamos que essas redefinições estão intimamente associadas aos desdobramentos das próprias contradições que sobretudo as classes, frações de classe, como também diferentes segmentos, grupos ou setores da sociedade, foram desenvolvendo durante o período e da repercussão desse processo no conjunto da sociedade, em especial de sua expressão no plano político [...] A relação partido-classe é entendida como uma relação complexa, significando aqui, basicamente três coisas: a) não pode ser entendida de uma perspectiva reducionista de determinação do político pelo econômico; b) sofre alterações importantes durante o período; c) sobre as conseqüências das defasagens originárias da necessidade de articulação em nível regional e nacional.²⁶⁴

da série temporal de eleições de 1947 a 1986 permite vislumbrar que não apenas configura-se um padrão bipartidário de fato, mas, o que parece igualmente relevante, a seqüência de eleições até 1962, em que o cargo de Governador do Estado estava em disputa, segue em ritmo de rigorosa alternância de poder entre PTB e anti-PTB.” TRINDADE; NOLL, Op. Cit., p. 64-81. .

²⁶⁴ CÁNEPA, Op. Cit., p. 71-72.

Assim argumenta Cánepa sobre o desenvolvimento do sistema partidário:

[...] embora a criação dos partidos políticos em 1945 se tenha processado em condições adversas a uma representação efetiva das principais forças sociais em confronto, estas foram capazes de se organizarem num segundo momento e, utilizando-se das instituições criadas, por assim dizer de “cima para baixo”, se fazerem nelas representar. Na verdade, poderíamos dizer que se assiste a dois movimentos conjugados: de um lado, são as forças sociais já constituídas ou em constituição que buscam através das instituições políticas então criadas; de outro, é a classe política que, no processo de construção ou afirmação de identidades, aproxima-se de determinados setores sociais e, nesse processo, “transforma-se”, por assim dizer, assumindo características de verdadeiras forças sociais. Os partidos em sua atuação concreta seriam os elementos de “canalização” desse duplo processo.²⁶⁵

Os partidos políticos estaduais constituíram-se canais significativos de representação dos interesses das principais forças sociais e representaram um instrumento para a própria constituição das classes ou frações de classes no nível político. Além disso, a própria dinâmica do sistema democrático-representativo estava na direção de sua “consolidação”, até sua ruptura com o advento do Golpe de Estado em 1964.

4. 8. Investimentos estrangeiros para o desenvolvimento estadual: aspectos do governo Ildo Meneghetti ²⁶⁶

Ildo Meneghetti assumiu o governo do Rio Grande do Sul no ano de 1955, ainda sob o impacto dos acontecimentos que se seguiram à morte de Vargas e no momento em que a crise econômica estadual começou a aparecer de forma mais efetiva. Meneghetti não possuía um plano de governo previamente elaborado, mas seu programa incluía algumas diretrizes gerais, como: a necessidade da colaboração do poder estatal a setores de forma equilibrada, sobretudo dando maior atenção aos projetos de infraestrutura – transporte e energia – e planos setoriais que dariam continuidade à administração anterior.

²⁶⁵ CÁNEPA, Op. Cit., p. 66.

²⁶⁶ Apesar de ultrapassar o recorte temporal do presente trabalho, entendemos que é necessário realizar uma breve caracterização do governo Ildo Meneghetti (1955-1958). Logo, consideramos que a análise do exercício das funções governativas é um elemento que corrobora para compreendermos a disputa eleitoral, pois a ação política envolve o que é proposto pelos partidos e aquilo que é feito de concreto à frente do governo.

Com Juscelino Kubitschek na Presidência da República, a industrialização intensiva foi o caminho escolhido pelo governo federal. No centro-sul do país, o Plano de Metas posto em prática acelerou a implantação do desenvolvimento industrial. No extremo-sul, este mesmo movimento converteu a industrialização como problema central do desenvolvimento desta área do país.

A industrialização intensiva provocou desequilíbrios estruturais, institucionais, setoriais e regionais, com acelerado e progressivo aumento de preços. A economia rio-grandense ingressou em um período de profunda crise. Conforme Geraldo Müller: “[...] a crise tem como ponto nevrálgico o setor agropecuário que, ao se deprimir, carregou consigo os demais setores. O que vem sublinhar a dependência estrutural da economia do RS ao setor primário”.²⁶⁷

De acordo com Cortés,

Ano após ano, o Rio Grande do Sul se tornou cada vez mais dependente da indústria do centro-sul, enquanto essa região ficou menos dependente dos produtos primários gaúchos. A agricultura rio-grandense permaneceu sobrecarregada por causa das técnicas ineficientes, da rede de transportes ineficaz e da falta de possibilidade de armazenamento. Os vários governos rio-grandenses fizeram tentativas esporádicas para corrigir certas deficiências estruturais. Contudo, até os melhores desses programas não foram suficientes para sanar as graves deficiências do estado. Além disso, a persistente falha, por parte das administrações, de não continuar os programas começados por seus predecessores resultou numa falta de continuidade e em desperdício de recursos financeiros estaduais.²⁶⁸

Naquele contexto, do ponto de vista do desenvolvimento industrial, a questão fundamental referia-se à necessidade de intensificar a industrialização no Estado. Surgiram duas estratégias alternativas para isso e ambas visavam a dinamização do mercado interno. A primeira, do PSD, enfatizaria a criação de unidades produtoras interligadas ao aproveitamento de matérias-primas locais, ou seja, apenas em uma segunda etapa, como resultado de um desdobramento natural, seriam criadas condições para a implantação de empresas que produziriam bens de capital e de insumos. A segunda, defendida pelo PTB, previa a necessidade de criação de um pólo de bens de capital e insumos industriais com maior brevidade possível.²⁶⁹

²⁶⁷ MÜLLER, G. Op. Cit., p. 387.

²⁶⁸ CORTÉS, Op. Cit., p. 247.

²⁶⁹ CÁNEPA, Op. Cit., p. 82-83.

De acordo com Cánepa, através da análise das mensagens do governador Meneghetti enviadas à Assembleia Legislativa, pode-se identificar aspectos fundamentais da administração pessedista.²⁷⁰ Inicialmente, o governador Meneghetti atribui a crise a fatores de cunho político – resultante da morte de Vargas – mostrando-se otimista quanto à recuperação do dinamismo e do desenvolvimento equilibrado da economia estadual. Mais adiante, Meneghetti compreendeu a crise não por razões simplesmente políticas, mas observou fatores estruturais, a excessiva centralização da União e a consequente dependência dos estados.

Para Geraldo Müller,

Cabe notar que o executivo do RS tinha consciência do grande processo por que passava o país, como um todo, e do papel secundário do Estado gaúcho [...] o governador anuncia a criação do Conselho Estadual de Economia, à semelhança dos já existentes em Rio e São Paulo, órgão considerado indispensável para o conhecimento da vida econômica do Estado [...]²⁷¹

Embora com os problemas da inflação e da dificuldade de obter recursos para financiar investimentos que possibilitassem o desenvolvimento estadual, o governo Meneghetti realizou um expressivo número de obras pela Secretaria do Interior e Justiça – reaparelhamento penitenciário, construção de presídios e a criação da Polícia Rural Montada - e desenvolveu a ampliação da rede escolar estadual. Além disso, ofereceu assistência do Estado à agricultura e à pecuária. Mas a ênfase do governo Meneghetti é à política de desenvolvimento dos transportes.

O desenvolvimento estadual poderia ser auferido através de investimentos estrangeiros e a tônica pessedista passou a ser a necessidade de investimentos, sobretudo estrangeiros, para que o Estado não ficasse atrás no processo de desenvolvimento brasileiro.

O governo Meneghetti, da mesma forma que os anteriores, não contou com a maioria na Assembleia Legislativa. Todavia, assim como nos outros dois casos, isso não foi o problema para a administração pessedista. Meneghetti deu significativa continuidade aos programas aprovados ainda no governo Dornelles, o que não implicou em grandes diferenças na condução de políticas estaduais. Ressalta-se que, ao contrário de Dornelles, alinhado de forma direta a Vargas, Meneghetti manteve uma relação

²⁷⁰ CÁNEPA, Op. Cit., p. 207-217.

²⁷¹ MÜLLER, Op. Cit., 1979, p. 391.

difícil com o governo Kubitschek. Por isso, o conflito entre os governos estadual e federal restringia a capacidade de o Rio Grande do Sul obter benefícios federais e muitas vezes levou o Estado a sofrer retaliações federais.

Cortés descreve a conflituosa relação entre o governo estadual e o governo federal:

[...] Quando o governo de Meneghetti começou seu próprio programa de construção de rodovias, financiado pelo estado, o governo federal negou permissão para importar as máquinas necessárias. Em 1957, quando uma seca dizimou os rebanhos gaúchos e o Rio Grande do Sul tentou recuperar-se, comprando cinqüenta mil bezeros da Argentina e quinhentos mil carneiros do Uruguai, o governo recusou-se a conceder a licença para importação. O governo federal também proibiu a exportação de lã gaúcha, forçando, assim, o estado a vender seu produto às indústrias brasileiras de lã sediadas em São Paulo. Isso fez com que o estancieiro gaúcho se transformasse em um verdadeiro escravo da indústria paulista de lã.²⁷²

No fim desse governo, com a perspectiva do ano eleitoral de 1958, ocorre uma articulação em torno do PTB, PRP e PSP para criticar, de forma mais contundente, o governo estadual. Em geral, essas críticas dizem respeito à inoperância da administração Meneghetti para responder aos novos problemas em decorrência da crise econômico-social.

4. 9. Novas eleições velhos eixos temáticos

Assim como nas eleições analisadas anteriormente, identificam-se eixos temáticos interligados que compõem o cenário político estadual. O presidente Getúlio Vargas fora figura fundamental para compreender a disputa eleitoral ao cargo majoritário estadual em 1954. Ressalta-se que as eleições estaduais estavam intrinsecamente ligadas à crise política nacional. Sendo assim, aquilo que se referia ao governo Vargas tinha implicação direta com o governo Dornelles e com a disputa eleitoral local.

O envolvimento de Getúlio Vargas, de modo direto ou indireto, foi presença constante nas páginas do jornal Diário de Notícias. Inclusive, a própria morte dele, em 24 de agosto de 1954, foi fator determinante no processo eleitoral desse ano. Nas eleições de 1947, 1950 e 1954, para governador do Rio Grande do Sul, Vargas interferiu

²⁷² CORTÉS, Op. Cit., p. 250.

direta e decisivamente em relação às clivagens regionais, bem como no desenvolvimento das respectivas campanhas eleitorais.

Getúlio Vargas foi a grande liderança petebista em nível nacional e Alberto Pasqualini estadual. O pensamento pasqualinista permeou as eleições estaduais de 1947, 1950 e 1954. Na segunda campanha eleitoral, Pasqualini voltou a destacar o papel estatal e sua relação direta com a promoção da justiça social. Além disso, pode-se observar a preocupação dele em situar o trabalhismo e diferenciá-lo do socialismo.

Outro aspecto fundamental que perpassou as eleições anteriores e também pode ser observado nas de 1954 foi a ênfase dada pelos partidos políticos e candidatos ao “caráter cristão” e “democrático”. Então, a lógica recorrente foi sempre demonstrar o perfil cristão e democrático, bem como identificar, nos opositores, a falta do respectivo perfil.

Tanto o PSD quanto o PTB utilizaram, na página político-partidária do jornal Diário de Notícias, as diretrizes das encíclicas sociais da Igreja Católica e defenderam a “ordem democrática e cristã” como princípio primordial. Além disso, torna-se perceptível a desqualificação que ambos os partidos procuravam fazer de seus adversários políticos. Enquanto os petebistas acusavam o PSD de ser uma ameaça a “ordem democrática”, os pessedistas acusavam o PTB de ser uma ameaça à “ordem cristã”.

Outro aspecto permanentemente encontrado na disputa eleitoral local entre pessedistas e petebistas e que está interligado à questão do perfil “democrático” e “cristão” é o anticomunismo, utilizado como estratégia eleitoral. Inicialmente, identifica-se o anticomunismo de maneira mais enfática nos petebistas, sobretudo nas eleições de 1947. Contudo, nas eleições subsequentes – 1950 e 1954 – é o PSD que faz o uso de tal estratégia para desqualificar o PTB perante o eleitorado estadual.

Nas eleições de 1954, a construção simbólica da campanha do candidato da Frente Democrática, Ildo Meneghetti, foi permeada pelo anticomunismo. O pessedista se autodenominou baluarte da propriedade privada, da família e da religião, bem como criticou intensamente os petebistas, acusando-os de comunistas. Em suma, a campanha da Frente Democrática procurou criar o raciocínio de que o PTB era uma ameaça aos valores apregoados pela Igreja Católica e à “ordem” nacional.

4. 10. PSD e PTB: a defesa pela implantação de modelos em contradição

Observou-se, no decorrer dessas análises, que as questões envolvendo o êxodo rural, a industrialização, os transportes e a energia sempre estiveram presentes na disputa eleitoral entre o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro para o cargo de governador do Estado nas eleições de 1947, 1950 e 1954. A partir dessas problemáticas é que se pretende compreender os modos de operação da ideologia de pessedistas e petebistas nas respectivas eleições.

Na disputa eleitoral, o jornal Diário de Notícias permaneceu como uma espécie de tribuna política da qual o PSD e o PTB, através de suas páginas político-partidárias, transmitiam suas formas simbólicas. Tais representações estavam em disputa e inseridas numa relação conflituosa de sobreposição em relação às outras. Portanto, as representações carregadas de sentido buscavam o convencimento do eleitorado.

Neste momento, torna-se fundamental recapitularmos dois aspectos fundamentais do presente trabalho. Primeiro: é da resolução do problema, isto é, no espaço entre o problema e o discurso que está situada a mediação política. Segundo: a campanha eleitoral é a manifestação das preocupações dos eleitores; *grosso modo*, um período de interação e de adaptação.

As formas simbólicas transmitidas pelos partidos políticos devem fazer sentido para os receptores. A atividade simbólica está permeada pela disputa do poder, pois este tem a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, bem como de influenciar as ações dos outros. Assim, a busca pelo convencimento dá-se na política, através de representações carregadas de sentido e projetadas para despertar certas ideologias capazes de alterar as práticas sociais.

A problemática do êxodo rural foi sempre determinante para a constituição dos modos de operação da ideologia de ambos os partidos. A posição do PSD estava pautada na política de contenção da massa no campo, sobretudo por ser um fator de estabilidade social. Na década de 1950, a crescente concentração da propriedade das terras no Rio Grande do Sul acelerou o êxodo rural, sendo que esta massa concentrou-se nos núcleos urbanos. O processo de urbanização contribuiu para o agravamento da tensão social. A construção simbólica pessedista, inclusive utilizando o recurso do anticomunismo, objetivava conter o populismo do PTB. Já, os petebistas procuravam

incorporar e controlar a massa emergente – urbana e rural – defendendo uma legislação social.

Além disso, pode-se perceber que, assim como em 1947, a questão referente à industrialização e ao capital estrangeiro foram recorrentes nas eleições de 1950 e 1954. Os modos de operação da ideologia – relações de poder - pessedista procuravam identificar a industrialização como apêndice do desenvolvimento agrícola, enquanto o discurso petebista defendia o primado da sociedade urbano-industrial em detrimento da agrária tradicional.

No que concerne à questão dos transportes e energia, percebe-se que o PSD posicionou-se incondicionalmente a favor do capital estrangeiro para buscar o desenvolvimento estadual. As críticas ao “burocratismo” das instituições, bem como ao excesso da intervenção estatal na economia eram temas recorrentes nas páginas político-partidárias pessedistas. Já, os petebistas mantinham uma postura comedida, implicando na aceitação do capital estrangeiro através do controle estatal.

Em suma, pessedistas e petebistas procuraram, via debate jornalístico – no Diário de Notícias –, o convencimento do eleitorado através de representações que identificavam dois modelos opostos. De um lado, o PSD e a defesa do modelo primário-exportador. De outro, o PTB – como elemento novo no panorama político estadual – defendendo o modelo urbano-industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política está presente nas mediações das relações estabelecidas entre sujeitos na sociedade. As dimensões dela, no universo humano e social, são complexas, pois envolvem ações humanas imbuídas de relações de poder dentro da sociedade. Ela é atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder e isso permite afirmar que os partidos são políticos, porque têm a finalidade de chegar ao poder.

Esses nascem somente quando a sociedade atinge um determinado estágio de desenvolvimento, ou seja, quando congregam algumas condições de modernidade, tais como: a existência de uma especialização profissional, a constituição de um conjunto nacional e de uma consciência nacional pela expansão do mercado interno, o progresso dos meios de informação e, acima de tudo, a mobilidade espacial e social. Além disso, é necessário que, no interior desse desenvolvimento social, ocorra uma crise, uma ruptura para justificar a emergência de um partido. Então, um partido político surge como solução para certos problemas, isto é, no espaço entre o problema e o discurso, onde se situa a mediação política.

Nessa mediação, através da linguagem que lhes é própria, os partidos devem articular as suas estratégias com as necessidades e/ou aspirações da população. Em decorrência disso as eleições são, por si só, objeto de observação, pois demonstram a complexidade de um determinado cenário político através da compreensão dos comportamentos dos eleitores. A campanha eleitoral, por exemplo, é parte integrante de uma eleição, período de manifestação das preocupações dos eleitores e espaço para apresentação de programas dos candidatos e de temas partidários. Também é ela que permite a entrada em operação de estratégias, promove a interação entre os cálculos políticos e movimentos de opinião e modifica as intenções e relações de força, a cada dia.

A campanha eleitoral é inerente à disputa entre os partidos políticos pelo poder. O poder simbólico, utilizado por eles, representa a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e de influenciar as ações dos outros. As estratégias de construções simbólicas são instrumentos com os quais as formas simbólicas são capazes de criar e de sustentar relações de dominação. Essas estratégias ideológicas facilitam a

mobilização de sentido em sociedades estruturadas. Portanto, a ideologia está permeada pelas relações de poder e de dominação.

A imprensa, por exemplo, é importante mecanismo de elaboração de representações possuidoras de um conteúdo político. O envolvimento dela na produção e divulgação de fatos sociais resulta, inevitavelmente, na tomada de decisões em relação ao jogo político, isto é, ela se torna um ator político. O poder da imprensa está nas condições de produção do discurso e este, dependendo do contexto em que aparece, acaba adquirindo representatividade e tornando-se legítimo. Também, ao produzir representações de uma intencionalidade política, a imprensa atua no campo da ideologia.

O jornal Diário de Notícias – que pertencia à rede de jornais Diários Associados, de Assis Chateaubriand – foi, no Rio Grande do Sul, um tradicional periódico portoalegrense que, desde os anos 1930, combatia Vargas e a política deste. Assis Chateaubriand conduzia os seus jornais na linha de notório conservadorismo e intransigência em relação às esquerdas reformistas. Esse jornal estava permeado pelo anticomunismo. Apesar de ele não ter sido o objeto deste trabalho, é plausível concluir observando sua relação com o cenário político local e que o Diário de Notícias foi um importante ator político, principalmente, no que diz respeito ao seu recorrente posicionamento contrário ao trabalhismo.

Seguindo os modos de operação da ideologia propostos por John Thompson, percebe-se que, nas disputas eleitorais para o cargo de governador do Rio Grande do Sul – 1947, 1950 e 1954 –, entre pessedistas e petebistas, as relações de dominação se estabeleceram e se sustentaram quando apresentadas como legítimas, isto é, dignas de apoio e justificadas. Constrói-se uma racionalização, onde se procura defender ou justificar os interesses dos respectivos partidos, algo que é digno de apoio e que são apresentados como interesses de todos. Então, elas são estabelecidas onde se concretiza a universalização – identidade coletiva – ou quando se segmentam indivíduos e grupos através da retratação de algo nocivo que deve ser combatido e expurgado.

Nas eleições de 1947, percebe-se que alguns modos de operação da ideologia foram utilizados tanto pelo PSD, de Walter Jobim, quanto pelo PTB, de Alberto Pasqualini, através das páginas político-partidárias e “A Pedidos” produzidos pelos respectivos partidos e reproduzidos no jornal Diário de Notícias. Ambos os partidos buscaram a legitimação por meio da estratégia da racionalização: demonstrar, através de uma cadeia de raciocínio, o zelo pelos valores democráticos e pelas questões sociais,

bem como o perfil notavelmente cristão de seus programas. Além disso, encontra-se a fragmentação permeada pelo anticomunismo. No que diz respeito ao anticomunismo, naquele contexto, o PTB, foi mais enfático, inclusive utilizando a dissimulação como modo de operação da ideologia.

É possível afirmar que as formas simbólicas apresentadas tornaram-se ideológicas em decorrência das circunstâncias sócio-históricas do referido contexto. A influência da Igreja Católica, sobretudo nas comunidades rurais e o alinhamento incondicional do governo brasileiro aos Estados Unidos em plena Guerra Fria eram fatores imprescindíveis a serem considerados nas campanhas eleitorais. Sendo assim, o discurso político acaba adquirindo representatividade tornando-se legítimo.

O alinhamento ou não alinhamento a Getúlio Vargas foi um aspecto determinante que definiu os modos de operação da ideologia na campanha eleitoral de 1950, para o cargo majoritário estadual. A campanha petebista girou em torno do prestígio político e da popularidade de Getúlio Vargas para legitimar, através de uma construção simbólica, a candidatura Ernesto Dornelles. Foi trabalhada na perspectiva de criar o raciocínio, no eleitor, de que o governo federal – governo pessedista – era o culpado pelas dificuldades econômicas vividas pelo Estado. Logo, seria necessária uma articulação entre as esferas federal – Vargas – e estadual – Dornelles – a fim de sanear as finanças e promover o desenvolvimento local.

A racionalização da campanha do candidato pessedista Cylon Rosa esteve permeada pela manutenção do *status quo*, isto é, dar continuidade às ações do governo pessedista, Walter Jobim. No que diz respeito aos embates diretos entre o PSD e o PTB, evidencia-se que ambos os partidos utilizaram a fragmentação como modo de operação da ideologia. De um lado, os pessedistas com o anticomunismo, de outro, os petebistas com críticas contundentes à aliança PSD-PRP, em decorrência das implicações políticas do envolvimento direto de Plínio Salgado na campanha.

Já, a campanha eleitoral de 1954 ocorreu em plena crise política nacional. Observa-se, nos primeiros meses da disputa política para o cargo majoritário estadual, que ambos os partidos, através da legitimação – modo de operação da ideologia – utilizaram a racionalização como estratégia de construção simbólica. O PSD, por meio da construção simbólica negativa, em relação ao governo petebista – federal e estadual – buscou criar um raciocínio que levasse o leitor a uma conclusão: a crise política, econômica e social era fruto de uma administração permeada por escândalos e de que não tinha autoridade moral para administrar o país e o Estado. Diante disso, o governo

trabalhista era responsável pelo clima de “intranquilidade” e de “desordem”. Sendo assim, Meneghetti seria o candidato que estaria acima dos conflitos pessoais ou partidários, o ideal para governar o Rio Grande do Sul com sua honestidade e capacidade administrativa.

No que diz respeito ao PTB, percebe-se que, por meio da construção simbólica, o partido pretendeu demonstrar preocupação com a moralidade administrativa, citando como principal exemplo, o saneamento das finanças públicas realizado pelo governo Dornelles. Esse partido também procurou mostrar o que estava em jogo na disputa eleitoral: dois lados opostos. De um, estavam os petebistas que defendiam os trabalhadores e preconizavam a justiça social, de outro, os pessedistas reacionários que ameaçavam as conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores, após a ascensão dos governos trabalhistas.

A morte de Getúlio Vargas e os acontecimentos subsequentes foram determinantes no processo de construção simbólica de ambos os partidos. O PTB, através da fragmentação utilizou a estratégia do expurgo do outro para construir o raciocínio de que a Frente Democrática era agente do imperialismo nocivo ao país, bem como uma ameaça à ordem democrática vigente. Já, o PSD, utilizou o mesmo modo de operação da ideologia com mais veemência, denominando-se defensor da “ordem e tranquilidade”, criando um raciocínio que levasse o leitor a uma conclusão: o PTB era uma grande ameaça à propriedade privada, às famílias e à religião. Meneghetti, como baluarte destes valores, poderia salvaguardar o Rio Grande do Sul da ameaça trabalhista-comunista.

A busca pelo convencimento através de representações carregadas de sentido, projetadas para despertar certas ideologias capazes de alterar as práticas sociais é a política. Percebe-se que a prática discursiva de conteúdo político, tanto pessedista quanto petebista nas campanhas eleitorais de 1947, 1950 e 1954, perpassou por três problemáticas recorrentes: êxodo rural, industrialização e transportes e energia. Tais questões envolviam diretrizes político-partidárias que, por sua vez, se revelavam associadas a programas de desenvolvimento econômico que se apresentavam ao Brasil.

A problemática do êxodo rural foi determinante para a construção do discurso político de ambos os partidos. A posição do PSD estava pautada na política de contenção da massa no campo, sobretudo por ser um fator de estabilidade social. A construção simbólica pessedista, inclusive utilizando o recurso do anticomunismo,

objetivava conter o trabalhismo. Já, os petebistas procuravam incorporar e controlar a massa emergente – urbana e rural – defendendo uma legislação social.

Além disso, pode-se perceber que as questões referentes à industrialização e ao capital estrangeiro foram recorrentes nas citadas eleições. O discurso ideológico – relação de poder - pessedista procurava identificar a industrialização como apêndice do desenvolvimento agrícola, enquanto o discurso petebista defendia o primado da sociedade urbano-industrial em detrimento da agrária tradicional. Em relação a transportes e energia, o PSD posicionou-se, incondicionalmente, a favor do capital estrangeiro para buscar o desenvolvimento estadual, enquanto o PTB manteve uma postura comedida implicando a aceitação do capital estrangeiro através do controle estatal.

Conclui-se esse estudo, não pelo esgotamento do assunto, mas por ser preciso dar-lhe um ponto final, ressalta-se que não se pretendeu demonstrar a veracidade ou a falsidade das formas simbólicas, pois o interesse é perceber como essas formas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Também, destaca-se ter sido analisada a produção do discurso e não a recepção, bem como um modesto avanço no campo dos enfrentamentos diretos entre pessedistas e petebistas em termos de historiografia.

Pode-se afirmar que o jornal Diário de Notícias foi uma espécie de tribuna política utilizada pelo PSD e pelo PTB, através dos “A Pedidos” e das páginas político-partidárias, para transmitir aos leitores-eleitores as suas representações políticas. Enfim, pessedistas e petebistas procuraram, via debate jornalístico, o convencimento do eleitorado por meio de representações que identificavam dois modelos opostos. De um lado, o PSD e a defesa de um modelo primário-exportador. De outro, o PTB – como elemento novo no panorama político estadual – defendendo um modelo urbano-industrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

ABREU, Alzira Alves de. (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Em busca da cidadania política: o quererismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Dissertação). Porto Alegre, 2006.

ALBERT, P; TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 5 Antropos-homem, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BAHIA, Juarez. *Jornal História e Técnica*. São Paulo. Livraria Martins Editora, 1976.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, David (Org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981. v. 1.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ediufrgs, 1992.

BOSETTI, Cleber José. *O jornal Folha d'Oeste e a ordem do progresso (1966-1972)*. Programa de Pós-Graduação em História. UPF (Dissertação). Passo Fundo, 2007.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Ediufrgs, 2005.

CARNEIRO, Glauco. *Brasil primeiro: história dos Diários Associados*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

DORATIOTO, F. F. M; FILHO, J. D. *De Getúlio a Getúlio: O Brasil de Dutra a Vargas, 1945 a 1954*. SP: Saga, 1969.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudo do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, n. 13, p. 21-22, 1995.

ESPIG, Márcia Janete. “O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXIV, n. 2, p.269-289, dez. 1998.

FELIZARDO, J. Joaquim. *Partidos Políticos e Eleições no Brasil*. Porto Alegre: Vozes, 1982.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: Populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira. O sistema partidário a redemocratização (1945-1964). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. *Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. *Locus*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007.

FOYACA, C. *As encíclicas sociais*. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Omega, 1974.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, 2007, v. 2.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, política e Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, 2007, v. 2.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa (1870-1930). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.3 t.2.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998.

MÜLLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60. In: DACANAL, J. H; GONZAGA, S. (Org.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. *O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Tese). Porto Alegre, 2009.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF (Comp.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. O Partido Social Democrático (PSD). In: FLEISCHER, David (Org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981. v. 1.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Tese). Porto Alegre, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Olympia, 1958, v. 1.

_____. Discurso de Instalação da União Social Brasileira. In: SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini Obra Social & Política: Bases do Trabalhismo (1929-1945)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1994. v. 1.

_____. Manifesto-Programa da União Social Brasileira. In: SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini Obra Social & Política: Bases do Trabalhismo (1929-1945)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1994. v. 1.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *O pacto ABC: as relações Brasil-Argentina na década de 1950*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é Vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ROMÁN, Rossana Margot Tolovera. Opinião Pública. IN: AZEVEDO, Martha Alves d' (Coor.). *O jornal como formador de opinião pública*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1983.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ediufgrs, 1993.

_____. Cotidiano, mídia e indústria cultural: modernidade e tradicionalismo: dos anos 1930 à atualidade. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.4.

SILVA, Heber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa (1945-1948)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, Jandira; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-riograndense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Editora Alfa - Omega, 1990.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Isabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ediufrgs/Sulina, 1991.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUCSP – nº 4, junho, 1985*.